DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

BRASÍLIA, sexta-feira, 20 de junho de 1975 — **ANO VIII - Nº 91**

Elmo Serejo recebe comenda do Grão-Mestre da Maçonaria



A Medalha do "Mérito Pedro I" foi entregue ao Governador Elmo Serejo Farias pelo Grão-Mestre Geral da Maçonaria, sr. Osmani Rezende, como homenagem ao Chefe do Governo do DF por suas realizações em Brasília.

A solenidade foi realizada no Palácio do Buriti e contou ainda com a presença do Senador Osires Texeira, Grão-Mestre Adjunto e várias outras personalidades maçônicas.

O sr. Osires Texeira falou ao Governador sobre a condecoração, salientando que a comenda entregue representa o reconhecimento da Maçonaria à destacada atuação do governante de Brasília. Lembrou o orador que a Ordem do "Mérito Pedro I" é a mais alta condecoração entregue pela Maçonaria.

Novas tarifas de ônibus em vigor a partir de zero hora de amanhã

A partir de zero hora de amanhã, entrarão em vigor as novas tarifas dos ônibus urbanos que servem ao Distrito Federal.

A tabela foi organizada pela Secretaria de Serviços Públicos, com base em resolução do Conselho Interministerial de Preços, e aprovada através de decreto assinado pelo governador Elmo Serejo Farias, e já publicada pela imprensa brasiliense.

O secretário de Serviços Públicos, José Geraldo Maciel, ao anunciar o reajuste, explicou que ao fixar os novos preços baseou-se nos 19,24 por cento fixados pelo CIP, mas não se esqueceu do aspecto social da questão, distribuindo assim, esse percentual, de acordo com o poder aquisitivo de cada região do DF. As linhas que servem aos núcleos residenciais de menor renda "per capita" tiveram aumento menor do que aquelas que atendem ao Plano Piloto, onde há maior poder aquisitivo dos usuários. Essa distribuição equitativa foi feita com base em levantamento realizado pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto.

-NOVOS PREÇOS

Segundo a tabela publicada pela SSP, que entra em vigor, são estes os preços para as linhas que ligam as cidades-satélites do Plano Piloto: Planaltina, 2 cruzeiros; Gama Leste e Gama Oeste, 1 cruzeiro e 90 centavos; Sobradinho, 1 cruzeiro e 80 centavos; Núcleo Bandeirante, 1 cruzeiro e 50 centavos; Cruzeiro, 1 cruzeiro e 10 centavos; Guará, 1 cruzeiro e 50 centavos; Ceilândia, 2 cruzeiros; Brazlândia, 2 cruzeiros; Setor L—Norte Taguatinga, 1 cruzeiro e 90 centavos; Taguatinga (Sul e Norte 1 cruzeiro e 80 centavos; e Taguatinga Centro, 1 cruzeiro e 50 centavos.

Os estudantes, na compra de "passes", terão desconto de cinquenta por cento, conforme estabelece o decreto referente ao reajuste.

TCB recebeu mais cinco ônibus tipo suburbano

Cinco novos ônibus tipo suburbano acabam de chegar para Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília, destinados ao setor de transportes especiais, para servir aos diversos órgãos públicos do Distrito Federal.

Os veículos, que completam vinte do total de vinte e quatro encomendados, são panorâmicos, modernos e confortáveis.

Para servir às diversas linhas da TCB, a empresa receberá também, cinco micro ônibus e dois ônibus de luxo, com música-ambiente e poltronas reclináveis.

RELAÇÕES HUMANAS

A quarta fase do curso de Relações Humanas, destinado a motoristas e cobradores da TCB, foi iniciada esta semana, com 20 alunos.

Planejamento e participação social

O professor Ivandro Costa Salles, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, virá a Brasília para dar o curso de Planejamento Intervenção e Participação Social, promovido pelo Departamento de Ciências Sociais e Câmara de Extensão da Universidade de Brasília. O curso se realizará no período de 1º. a 12 de julho próximo.

A idéia do curso surgiu da necessidade cada vez mais crescente de um entrosamento das diversas áreas ligadas a planejamento, e para isso o curso prevê a participação de vários profissionais como: Economistas, Sociólogos, Antropólogos, Urbanistas, Agrônomos, Assistentes Sociais, Orientadores Educacionais, Médicos, Enfermeiras e Psicólogos.

O Prof. Ivandro, pós-graduado na Universidade da Paraíba, vem estudando a participação social em nível de planejamento. Com grande experiência em análise de projetos de planejamento propostos pela SUDAM e SUDENE.

O curso é dirigido a técnicos das várias secretarias do GDF, como também a qualquer pessoa interessada. As inscrições já estão sendo feitas na Diretoria de Assuntos Acadêmicos (DAA) da UnB. Será dado certificado aos participantes.

Titular da SEA inicia um programa de visita a todas as suas Coordenações

O Secretário de Administração, do GDF, Sr. José Affonso Monteiro de Barros Menusier, está levando a efeito, na área de sua administração, um programa de visitas periódicas às Coordenações Sistêmicas daquela Secretaria, a fim de melhor avaliar os resultados de suas atividades específicas.

As visitas são feitas com a presença dos respectivos Coordenadores, Diretores e Assessores das Coordenações dos Sistemas de Transportes Internos, de Pessoal, de Material, de Documentação e Comunicação Administrativa, Divisão de Divulgação e do Centro de Seleção e Treinamento.

De acordo com o esquema de visitas organizado para o corrente mês, a Coordenação do Sistema de Transportes Internos foi a primeira a ser visitada, sendo o



Secretário de Administração do GDF representado, na oportunidade, por seu Chefe de Gabinete, Sr. José Antonio Dias.

A visita teve lugar no dia 17 último, ocasião em que o Coordenador daquele Sistema, Sr. José Pires Aguiar Neto recebeu os visitantes e cumpriu objetivo roteiro de sua administração, fazendo completo relato das atividades, funcionamento e finalidades do setor que dirige que, como se sabe, é órgão diretamente subordinado à SEA e executa as atividades específicas dos transportes internos do GDF.

A próxima Coordenação a ser visitada será a do Sistema de Material, na manhã do próximo dia 27.

Brasil de Hoje

A Previdência Social na Baixada Fluminense

O programa de assistência médico-hospitalar-odontológica que o Ministério da Previdência vem implantando na Baixada Fluminense, em conjugação de esforços com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, já apresenta os primeiros resultados positivos.

Ainda antes do fim do mês, estarão concluídas as instalações da nova Agência do INPS em Nova Iguaçu, com 32 Consultórios e capacidade de atendimento mensal da ordem de 30 mil consultas médicas e 2.300 odontológicas.

Será implantado, no próximo mês de agosto, o Posto de Assistência Médica de Queimados, cujo atendimento previsto é de 80 mil pessoas por mês. Ao mesmo tempo, funcionará em Duque de Caxias o Centro de Reabilitação Profissional, ocupando área construída de 900 metros quadrados, onde 85 técnicos estarão empenhados em recuperar trabalhadores acidentados. Além disso, os beneficiários, no Município de Duque de Caxias, vão dispor de mais 80 leitos em um hospital particular que firmará convênio, para esse fim, com o INPS.

Em Nilópolis, o Instituto já autorizou a utilização, mediante contrato, de 96 leitos ociosos existentes em hospitais da localidade. No Município de Nova Iguaçu, haverá nos próximos meses capacidade de internamento mensal para, aproximadamente, 1.200 beneficiários do INPS, enquanto, em São João de Meriti, serão utilizadas algumas Casas de Saúde locais, devidamente reaparelhadas de pessoal e material, para atendimento dos segurados da Previdência. Com a mesma finalidade, estão sendo adotadas providências em Campos Elísios e Cordovil.

Assim, o Ministério da Previdência e o Governo do Estado do Rio de Janeiro envidam esforços no sentido de tornar efetiva e real a assistência médico-hospitalar-odontológica na Baixada Fluminense.

GDF está recapeando a estrada do Gama



Trabalhos de recapeamento e colocação de camada asfáltica no acostamento da estrada que liga o Plano Piloto ao Gama — trecho compreendido entre o Núcleo Bandeirante e a EPCT — estão sendo executados pelo Governo do Distrito Federal, através do Departamento de Estradas de Rodagem.

Iniciada no princípio de fevereiro, a obra será entregue em meados de setembro vindouro, já estando sessenta por cento dos trabalhos concluídos. Seu valor é de Cr$ 12.000.000,00. De acordo com o contrato feito entre o DER-DF e a firma encarregada pelos trabalhos, será feita a duplicação do trecho compreendido entre a EPIP e a EPCT, numa extensão de dez quilômetros.

Antes de ser entregue ao tráfego, a estrada será sinalizada com tinta termoplástica e com a aplicação de taxas, que permitirão melhor visibilidade aos usuários, principalmente à noite.

EPIP-DF 16

O restante da duplicação da via que liga a EPIP ao Gama está em fase de imprimação. Cerca de cinquenta por cento dos trabalhos já estão concluídos. Em trinta e sete por cento do trecho está sendo feito o revestimento em concreto betuminoso uzinado a quente. O valor desta obra, que também será concluída em meados de outubro, é de Cr$ 5.500.000,00.

GDF - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO
EXPEDIENTE
"DISTRITO FEDERAL"
Orgão Oficial do Governo do Distrito Federal
Diretor
Antônio Castelo Branco
Redação e Administração
SBS - ED. BRASÍLIA -
12º ANDAR - FONE: 24-1303
Composição e Impressão
OFICINAS DO "CORREIO BRAZILIENSE"
SETOR DE INDÚSTRIAS GRÁFICAS
FONE: 23-3450 - RAMAL 10.

Ônibus com horário regular e em número suficiente: SSP

A oferta ideal de ônibus à população, bem como as respectivas atribuições horárias, vêm sendo dimensionadas por técnicos da Secretaria de Serviços Públicos. Estudos do comportamento do fluxo de passageiros nas diversas linhas de coletivos do Distrito Federal são levantados periodicamente por aqueles técnicos, com tal finalidade.

O trabalho foi iniciado nas cidades-satélites de Sobradinho, Planaltina e Guará. Os resultados até agora obtidos ainda que incompletos, devido ao período de implantação - já possibilitaram providências no sentido de se melhorar sensivelmente o atendimento aos usuários de transporte coletivo daquelas cidade-satélites de Brasília.

AS OUTRAS

Os estudos referentes a Taguatinga, Gama, Ceilândia, Núcleo Bandeirante e Brazlândia estão em fase final, prevendo-se para brevemente a adoção das medidas deles decorrentes para aprimoramento nos serviços das linhas.

O Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Públicos vai, assim, atualizar a regulamentação referente aos horários e ao número de ônibus nas diversas linhas.

A SSP determinará que cada linha tenha em tráfego coletivos em número suficiente, de acordo com a demanda previamento apurada, e com hora certa de saída e de chegada.

Verifique se o seu carro está multado

Veículos automotores multados pela 1ª Companhia de Trânsito do 1º Batalhão de Polícia Militar, na área do Plano Piloto e adjacências no dia 21 de maio de 1975.

Placas: AA - 7145 - 2367 - 3348 - 2955 - 7061 - 5094 - 8435 - 2358.
Placas: AB - 7280 - 8348 - 6556 - 2888 - 1426 - 0571 - 6347 - 2574.
Placas: AC - 3612 - 0565 - 9907 - 4990 - 4696 - 0667 - 8921 - 7000 - 0798 - 2700 - 4570 - 4540 - 2773.
Placas AD - 4665 - 1055 - 6426 - 6969 - 4835 - 2262 - 0282 - 9707 - 9304 - 0346 - 3682 - 9629 - 9092 - 7435 - 3732.
Placas: AE - 5547 - 4211 - 5306 - 8584 - 5386 - 5662 - 3341 - 9876 - 0679 - 8368.
Placas: AF - 5084 - 1621 - 0307 - 2202 - 8993 - 0330 - 2236 - 6593 - 4113 - 2202.
Placas: AG - 2126 - 4006 - 8544 - 0635 - 3214 - 4431 - 7049 - 2663 - 5443.
Placas: AH - 4274 - 2727 - 0412 - 0903 - 9495 - 6603 - 1243 - 1409 - 0537 - 8114 - 8428 - 6484 - 6133 - 6128 - 2993 - 6112 - 0484 - 5175 - 9750.
Placas: AI - 1137 - 1897 - 7600 - 0600.
Placas: AJ - 0880 - 4380.
Placas: CA - 2555 - 4678.
Placas: OF - 0392 - 1199 - 4615 - 2931 - 5033 - 6292.
Placas: ON - 1344 - 1050 - 0295 - 1278.
Placas: TX - 0129 - 1702 - 2089 - 1826 - 0984.
CARROS DE OUTROS ESTADOS:
Placas: EA-5936/GB - AF8251/GB - AB4715/GO - IG0643/GB - CK1402/SP - DB0435/GO - BA 5144/GO - CX 3545/SP - LG 4242/GB - BB 4777/SP - GC0221/GO - DI 7040/GB - RB 3330/GB - AE 5291/GO - CR 0169/SP.

Cursos de Especialização serão oferecidos na UnB

O Departamento de Estatística da Universidade de Brasília vem oferecendo Cursos de Especialização em nível de Pós-Graduação nas áreas de Métodos Quantitativos e Estatística Pura e Aplicada e planeja para o futuro próximo criar o Curso de Mestrado. O objetivo fundamental do Curso é a formação de Especialistas e Pesquisadores em Métodos Quantitativos e Estatísticos, visando suprir as necessidades básicas do mercado nacional.

Para o próximo semestre do corrente ano serão oferecidos os seguintes cursos: Probabilidade e Estatística Matemática; Análise de Investimentos; Modelos de Análise de Regressão e Correlação; Delineamento e Análise de Experimentos; Análise de Sistemas; Amostragem; Metodologia de Pesquisas; Séries Temporais e Espaciais.

A admissão dos candidatos será através de prova de seleção, a ser realizada amanhã, às 8:00 horas.

Campus avançado da UnB constrói centro de lazer em Mato Grosso

Professores e alunos do Campus Avançado da Universidade de Brasília, no Médio Araguaia, vão construir em Torixoréu, no Estado de Mato Grosso, na área denominada Pontal, um centro de lazer formado por um clube de diversões com piscina e quadras de esportes que atenderá as populações de Aragarças e Barra do Garças, municípios localizados em Goiás e Mato Grosso.

Mais um curso de Mestrado será criado na UnB

A Universidade de Brasília oferecerá mais um curso de Pós-Graduação ainda em 1975. Trata-se do Mestrado em Psicologia, que vai ser iniciado em agosto próximo, com um programa que oferecerá disciplinas nas áreas de Psicologia Organizacional, Psicologia do Escolar e Análise do Comportamento.

O exame de seleção será aplicado em oito estados brasileiros, no dia 25 de julho próximo, às 8:00 horas, nos seguintes locais: em Recife, na Universidade Federal de Pernambuco; no Rio de Janeiro, na Pontifícia Universidade Católica; em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais; em São Paulo, na U.S.P; em Porto Alegre, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; em Brasília, no Departamento de Psicologia da UnB; em Belém, na Universidade Federal do Pará e em Fortaleza, na Universidade Federal do Ceará.

Destaques

Hoje, em cerimônia que terá início às 13:30 horas, o Professor José Carlos Moreira Alves será empossado no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, ocupando a vaga deixada pela recente aposentadoria do Ministro Oswaldo Trigueiro.

•

Sob a presidência do Ministro Sylvio Couto Coelho da Frota, terá lugar nesta Capital, no próximo dia 25, reunião do Alto Comando do Exército, participando desse encontro os Generais Comandantes dos quatro Exércitos e os dos seis Departamentos.

•

Os Jogos Universitários Brasileiros serão realizados no corrente ano no Estado de Alagoas: sua abertura oficial, a 18 de julho, em Maceió, contará com a presença do Presidente Ernesto Geisel que, àquela oportunidade, deverá, também, inaugurar a BR-104, que liga o Estado de Alagoas ao da Paraíba.

•

Desde o último dia 18, e até hoje, realiza-se em todo o Distrito Federal, o "Censo Escolar", que vem empenhando cerca de oito mil alunos das sétimas e oitavas séries do 1º Grau e de todo o 2º Grau, com a finalidade precípua de saber-se "quantos somos".

•

Atendendo a convite de Sharp S.A., viajou ontem para Manaus o Comandante Naval de Brasília, e a senhora Almirante José Pardellas.

•

Ao ser condecorado, anteontem, em solenidade realizada em seu Gabinete, o Governador Elmo Serejo Farias pediu aos que o distinguiam naquela oportunidade — líderes maçons, sediados no Distrito Federal - que transferissem a honraria que lhe era destinado à memória de seu filho, Rogério, tragicamente falecido aqui em Brasília, na última semana.

•

Os guardas-Marinha do Brasil, que estão em Roma, em viagem de instrução, foram recebidos em audiência especial pelo Papa Paulo VI.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO N°. 29 22 DE 16 DE JUNHO DE 1 975

Dispõe sobre a transposição de cargo para a Categoria Funcional de Arquiteto, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei N°. 3.751 de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o disposto nos artigos 8°. e 9°., da Lei n°. 5.920 de 19 de setembro de 1 973, e o constante do processo n°. 5.037/75,

DECRETA:

Art. 1°. - Fica transposto para a Classe "B" da Categoria Funcional de Arquiteto, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, o cargo de Arquiteto nível 22-a, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, ocupado por OSCAR BORGES KNEIPP, habilitado no processo seletivo de que trata o artigo 8°, do Decreto n°. 2.416, de 23 de outubro de 1973.

Art. 2°. - A Coordenação do Sistema de Pessoal apostilará os títulos do funcionário a que se refere o anterior.

Art. 3°. - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal 16 de Junho de 1975.

87°. da República e 16°. de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER.

DECRETO N° 2923 DE 16 DE JUNHO DE 1975

Dispõe sobre a transposição de cargo para a Categoria Funcional de Engenheiro, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei n° 3.751 de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o disposto nos artigos 8° e 9°, da Lei n° 5.920 de 19 de setembro de 1973, e o constante dos processos n°s 3.210/75, 30.377/74 e 5.251/75,

DECRETA:

Art. 1° - Ficam transpostos para a classe "A", da Categoria Funcional de Engenheiro, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, os cargos de Engenheiro do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, ocupados por AROLDO DA SILVA AMORIM, nível 22-B, FRANCISCO VALIAS WENCESLAU, nível 21-A e ANTONIO WILLIAM RAMALHO, nível 22-A, habilitados no processo seletivo de que trata o artigo 8° do Decreto n° 2.416 de 23 de outubro de 1973.

Art. 2° - A Coordenação do Sistema de Pessoal apostilará os títulos dos funcionários a que se refere o artigo anterior.

Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 16 de junho de 1975

87°. da República e 16°. de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1975

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei n° 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo n° 18.698/75,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, WILMA ABDO, Escriturário, nível 8-A, matrícula n° 5.610, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 16 de junho de 1975

ELMO SEREJO FARIAS

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1975

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei n° 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo n° 19.816/75,

RESOLVE:

APOSENTAR, nos termos dos artigos 176, ítem III, e 178, ítem III, da Lei n° 1.711 de 28 de outubro de 1952, combinado com os artigos 101, ítem I, e 102, ítem I, alínea "b", da CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Motorista, nível 10-B, JORGE EUZEBIO EWERTON, matrícula n° 15.842, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal,

Distrito Federal, 16 de junho de 1975

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1975

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei n° 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo n° 19.997/75,

RESOLVE:

CONSIDERAR APOSENTADO nos termos dos artigos 176, item I, e 181 da Lei n° 1.711 de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 101, item II, e 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Operário Rural, nível 6, JOSÉ MARIA FERREIRA, matrícula n° 11.031, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 26 de março do corrente ano.

Distrito Federal, 16 de junho de 1975

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1975.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei n° 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido, MARCOS VENICIOS DE OLIVEIRA, Oficial de Administração, nível 14-B, matrícula n° 16.003, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-8, de Secretário-Executivo da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Distrito Federal, 16 de junho de 1975

ELMO SEREJO FARIAS

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1975

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei n° 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo n° 59.536/75,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, JOSÉ ESTEVÃO GOMES ALVES, do cargo de Escriturário, nível 8-A, matrícula n° 4.057, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 15 de maio do Corrente ano.

Distrito Federal, 16 de junho de 1975

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1975

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei n° 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo n° 19.998/75,

RESOLVE:

CONSIDERAR APOSENTADO, nos termos dos artigos 176, item I, e 181 da Lei n° 1.711 de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 101, item II, e 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Guarda, nível 10-B, TIBURTINO LOPES DA COSTA, matrícula n° 15.420, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 16 de maio de 1974

Distrito Federal, 16 de junho de 1975,

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DESPACHOS

PROCESSO N°: 106.318/75
INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM — ABEn
ASSUNTO: DISPENSA DE PONTO
Senhor Governador:
A Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem encaminhou, aos 26 de maio findo, comunicação sobre a realização do XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, em Salvador-Bahia, no período de 27 de julho a 2 de agosto do corrente ano.
A Secretaria de Saúde manifestou-se favoravelmente nos termos do artigo 2° do Decreto n° 2.814/74.
Proponho a Vossa Excelência autorizar a liberação de ponto dos servidores, que comprovadamente, comparecerem ao conclave referido, nos termos do artigo 1° do Decreto citado.
Brasília, 12 de junho de 1975.
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal
De acordo. Autorizo.
Brasília. 16 de junho de 1975.
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO N°: 57.790/75
INTERESSADO: JOSÉ ANTONIO FURTADO LEAL, Inscr. n° 90.986-CLT-FEDF e mat. n° 124-CLT-DEFER
ASSUNTO: Licença para afastar-se do País.
Senhor Governador:
O Presidente do CEUB ESPORTE CLUBE solicitou autorização de Vossa Excelência para que JOSÉ ANTONIO FURTADO LEAL, Professor de Educação Física da TEP-FEDF, inscrição n° 90.986, e da TEP-DEFER, matrícula n° 124, se afaste do país para aconpanhar a delegação daquele clube a diversos países da Europa e África, pelo período de sessenta dias, a partir de 27 de abril do ano em curso.
Os órgãos de lotação do servidor opinaram favoravelmente quanto ao pretendido.
Assim, por se tratar de evento que proteje Brasília no exterior, opino pela autorização do afastamento em caráter excepcional.
Brasília, 11 de jnho de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal
De acordo. Autorizo.
Brasília, 16 de junho de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO N°: 5.037/75
INTERESSADO: OSCAR BORGES KNEIPP
ASSUNTO: INCLUSAO NO NOVO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS
Senhor Governador:
OSCAR BORGES KNEIPP, Arquiteto, nível 21-A, matrícula n° 10.005, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, solicita sua inclusão no Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei n° 5.920/73.
Alega o requerente que se encontrava em licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares na ocasião da convocação para o processo seletivo.
De acordo com o artigo 11, da Lei n° 5.920/73, deverá haver uniformidade de critério dos trabalhos de elaboração e execução do Plano de Classificação de Cargos entre o Distrito Federal e a Administração Federal.
Considerando o exposto e, ainda, que a Instrução Normativa n° 10, de 18 de janeiro de 1973, do DASP, determina em seu item 12.1 que a Administração deve esgotar todos os meios para a convocação dos funcionários que não se pronunciarem, por escrito, quanto à sua inscrição, opino no sentido de que seja acolhida a pretensão do requerente, já que não foi adotado tal procedimento na sua convocação.
Brasília, 16 de junho de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administaração do Distrito Federal
DE ACORDO. Lavre-se o ato.
Brasília, 16 de junho de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO N°: 18.698/75
INTERESSADA: WILMA ABDO — MAT. 5.610—SEF
ASSUNTO: EXONERAÇÃO
Senhor Governador:
Trata-se de pedido de exoneração do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal formulado pela funcionária WILMA ABDO, Escriturário, nível 8-A, matrícula n° 5.610.
A requerente faltou indevidamente ao serviço por tempo superior ao permitido em Lei.
Todavia, por medida de economia processual, proponho a Vossa Excelência seja concedida a exoneração, a pedido.
Brasília, 12 de Junho de 1975
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal
De acordo. Lavre-se o ato
Brasília, 16 de junho de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PROCESSO N°: 60.071/75
INTERESSADO: JOÃO DE SOUZA LIMA— MAT. 4. 503—FHDF—CLT.
ASSUNTO: REQUISIÇAO (PRESIDENCIA DA REPUBLICA)
Senhor Governador:
Pela autorização do afastamento nos termos do artigo 5° item IV do Decreto n° 2.628/74 sem prejuízo dos seus salários.
Brasília, 16 de junho de 1 75
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal
De ACORDO. Autorizo.
Brasília, 16 de junho de 21975
ELMO AEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PROCESSO N°: 60.070/75
INTERESSADO: FRANCISCO RODRIGUES MACEDO —MAT. 51.663—NOVACAP/CLT
ASSUNTO: REQUISIÇAO (PRESIDENCIA DA REPUBLICA
GABINETE CIVIL)
Senhor Governador:
Pela autorização do afastamento nos termos do artigo 5° item IV do Decreto n° 2.628/74 sem prejuízo dos seus salários.
Brasília,16 de junho de 1975
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal
DE ACORDO. Autorizo.
Brasília,16 de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PROCESSO N°: 3.210/75
INTERESSADO: AROLDO SILVA AMORIM
ASSUNTO: Inclusão no Novo Plano de Classificação de Cargos
Senhor Governador:
AROLDO SILVA AMORIM, Engenheiro, nível 22-B, matrí-

cula nº 14.812, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, solicita sua inclusão no Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.920/73.
O requerente alega que se encontrava em licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares, não tomando conhecimento do Edital nº 54/73-CEST, razão por que deixou de atender à exigência da inscrição para concorrer à seleção dos candidatos à transposição de cargos.
Tendo em vista que a Lei nº 5.920/73, determina em seu artigo 11 que o Distrito Federal deverá manter os contatos necessários com a Administração Federal, a fim de que haja uniformidade de critérios dos trabalhos da elaboração e execução do Plano de Classificação de Cargos e considerando, ainda, que a Instrução Normativa nº 10, de 18 de janeiro de 1973, do DASP, dispõe em seu item 12-1 que a Administração deve esgotar todos os meios para a convocação dos funcionários que não se pronunciarem, por escrito, quanto à inscrição, opino pelo acolhimento da pretensão do requerente, por considerar a ocorrência de falha na sua convocação.
Brasília, 16 de junho de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal
DE ACORDO; Lavre-se o ato.
Brasília, 16 de junho de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PROCESSO Nº: 60.069/75
INTERESSADO: MARCELO SILVA ARAUJO - Insc. 82.896 FEDF-CLT
ASSUNTO: REQUISIÇAO (PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA-GABINETE CIVIL)
Senhor Governador:
Pela autorização do afastamento nos termos do artigo 5º item IV do Decreto nº 2.628/74 sem prejuízo dos seus salários.
Brasília, 16 de junho de 1975.
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal
DE ACORDO. Autorizo.
Brasília, 16 de junho de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PROCESSO Nº. 5.251/75
INTERESSADO: ANTONIO WILLIAM RAMALHO
ASSUNTO : Inclusão no Novo Plano de Classificação de Cargos

SENHOR GOVERNADOR:

Trata-se de solicitação feita pelo funcionário ANTONIO WILLIAM RAMALHO, Engenheiro, nível 21-A, matrícula nº. 9.241, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, no sentido de ser incluído no Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº. 5.920/73.
Alega o requerente que por se encontrar fora do Distrito Federal em licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares, não tomou conhecimento da publicação do Edital nº. 54/73-CEST, deixando, por isso, de atender à exigência da inscrição para concorrer à seleção dos candidatos à transposição de cargos.
O artigo 11 da Lei nº. 5.920/73, determina que o Distrito Federal deverá manter com o Orgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal os contatos necessários para que haja uniformidade de critério dos trabalhos de elaboração e execução do Plano de Classificação de Cargos.
Considerando o acima exposto e, ainda, que a Instrução Normativa nº. 10, de 18 de Janeiro de 1 973 do DASP, determina em seu item 12-1 que a Administração deverá esgotar todos os meios para convocação do funcionário que se pronunciar, por escrito, quanto a sua inscrição, opino no sentido de que seja acolhida a presente pretensão, já que tal procedimento não foi adotado na convocação do requerente.
Brasília, 16 de Junho de 1 975

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

DE ACORDO. Lavre-se o ato
Brasília, 16 de Junho de 1 975

ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR.

PROCESSO Nº: 7.997/75.
INTERESSADO:CARLOS BENEVENUTO PEREIRA DA SILVA —Mat. 1.843 SEF.
ASSUNTO: SOLICITA O CANCELAMENTO DO "AUXILIO PARA COMPENSAR DIFERENÇA DE CAIXA".

Excelentíssimo Senhor Governador:
No presente processo, o funcionário CARLOS BENEVENUTO PEREIRA DA SILVA, Exator, nível 16, matrícula nº. 1.843, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, por intermédio do documento de fls. 1, está solicitando o cancelamento do "auxílio para compensar diferença de Caixa", concedido quando de sua designação para ocupar a função em comissão, símbolo FC-7, de Coletor, da Divisão de Arrecadação do Departamento da Receita da Secretaria de Finanças.
2. Com sua dispensa da referida função, publicada no "Distrito Federal" nº 63 de 24 de abril de 1975, cessou, consequentemente, o seu direito à percepção de tal vantagem.
3. Desta forma, proponho Vossa Excelência determine o cancelamento do mencionado auxílio a partir de 24 de abril de 1975, devendo o aludido funcionário recolher aos cofres do Distrito Federal o que porventura tenha recebido, a esse título, dessa data em diante.
Brasília, 16 de junho de 1975

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
DE ACORDO.
Brasília, 16 de junho de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR;

PROCESSO Nº: 60.175/75
INTERESSADO: RANULFO ARAUJO BARCELAR—MAT. 305—GAG
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (PRESIDENCIA DA REPUBLICA)
Senhor Governador:
Pela autorização do afastamento nos termos do parágrafo 2º do artigo 2º do Decreto nº 2.628/74 sem prejuízo dos seus vencimentos e vantagens.
Brasília, 16 de junho de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal
DE ACORDO. Autorizo.
Brasília, 16 de junho de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
Governador
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCESSO Nº: 58. 706/75
INTERESSADO: NIVALDO DE OLIVEIRA — MAT.13.850-SSP
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (PRESIDENCIA DA REPUBLICA)
Senhor Governador:
Pela autorização do afastamento nos termos do parágrafo 2º do artigo 2º do Decreto nº 2.628/74 sem prejuízo dos seus vencimentos e vantagens.

Brasília, 12 de junho de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal
DE ACORDO. Autorizo.
Brasília, 16 de junho de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº : 30.337/74
INTERESSADO : FRANCISCO VALIAS WENCESLAU
ASSUNTO : INCLUSÃO NO NOVO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS
Senhor Governador:
Trata-se de solicitação feita pelo funcinário FRANCISCO VALIAS WENCESLAU, Engenheiro, nível 21—A, matrícula nº 14.816, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, no sentido de ser incluído no Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.920/73.
Alega o requerente que, por se encontrar de licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares não tomou conhecimento de Edital nº 54/73-CEST, deixando, portanto, de atender à exigência de inscrição para que pudesse concorrer à seleção dos candidatos à transposição de cargos.
Considerando que, de acordo com o artigo 11, da Lei nº 5.920/73, deverá haver uniformidade de critério dos trabalhos de elaboração e execução do Plano de Classificação de Cargos entre o Distrito Federal e a Administração Federal e , ainda, que a Instrução Normativa nº 10, de 18 de janeiro dos 1973 , do DASP, dispõe em seu item 12.1, quanto à inscrição dos candidatos, que a Administração deve esgotar todos os meios para a convocação dos funcinários que não se pronunciarem por escrito, opino no sentido de que seja acolhida a pretensão do requerente, já que tudo indica ter havido falha da Administração quando da sua convocação ao processo seletivo.

Brasília, 16 de junho de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENSIER
Scretário de Administração

DE ACORDO ; Lavre-se o ato.
Brasília, 16 de junho de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PARECER N.º: 50/75 /4a.SPRG

PROCESSO N.º: 121 081/74

INTERESSADO: JACY COSTA - 3º Sargento PM

ASSUNTO: Transferência para a reserva remunerada

EMENTA:
Na reserva remunerada, o policial-militar somente virá a ser reformado quando atingir o limite fixado para permanência naquela condição de inatividade.
Por incapacidade física, somente os elementos que se encontrarem na ativa serão reformados.

Senhor Governador

Aprovamos o Parecer nº 50/75-4a. SPRG, de fls. 49/52, na forma do encaminhamento procedido pelo Ilmo. Sr. Dr. 4º Subprocurador Geral às fls. 53, opinando pelo indeferimento.

À superior consideração de Vossa Excelência.

PRG, em 03 de junho de 1 975.

PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral

De acordo.
Em, 11/06/75.

PARECER N.º: 49/75 / 4a.SPRG

PROCESSO N.º: 121 792/74

INTERESSADO: ANGELO AUGUSTO DE SOUZA - Cabo PM -

ASSUNTO: Transferência para a Reserva Remunerada

EMENTA:
Encontrando-se na reserva remunerada, o policial-militar somente será reformado ao atingir a idade-limite fixada para permanência naquela condição de inatividade. Somente serão reformados, por incapacidade física, os elementos que se encontrarem na ativa.

Senhor Governador

Aprovamos o Parecer nº 49/75-4a. SPRG, de fls. 50/53, de acordo com o encaminhamento procedido pelo Ilmo. Sr. Dr. 4º Subprocurador Geral às fls. 54, opinando pelo indeferimento.

À superior consideração de Vossa Excelência.

PRG, em 03 de junho de 1 975.

PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral

De acordo.
Em, 11/06/75.

PARECER N.º: 66 / 75 4a SPRG.

PROCESSO N.º: 122 634/74

INTERESSADO: SEBASTIÃO GOMES DA SILVA - Soldado PM.

ASSUNTO: Alteração de Proventos.

EMENTA:

O policial-militar, na reserva remunerada, somente será reformado quando atingir a idade-limite fixada para permanência naquela condição de inatividade. Somente serão reformados, por incapacidade física, os elementos que se encontrarem na ativa.

Senhor 4º Subprocurador Geral:

Relatório:

O Soldado PM SEBASTIÃO GOMES DA SILVA, da Polícia Militar do Distrito Federal, em virtude de haver atingido a idade-limite estabelecida para permanência no serviço ativo, foi transferido, ex officio, para a reserva remunerada, por Decreto datado de 29 de maio de 1 974, com proventos proporcionais ao tempo de serviço (fls. 26).

Submetido à inspeção de saúde, em 27 de março de 1 975, constatou-se encontrar-se o mesmo incapaz definitivamente para o serviço da Corporação, em virtude de moléstia incurável, que não foi adquirida em ato nem em consequência de ato de serviço e que não o torna incapaz definitivamente para qualquer trabalho (fls. 40).

Face a essa situação, propôs o Comando-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, via do presente processo, a reforma, ex officio, do policial-militar em questão (fls. 35).

Parecer:

A reserva remunerada, para os membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, é um instituto novo, que surgiu com o advento dos Estatutos do pessoal daquelas Corporações, de que tratam as leis nºs. 6 023 e 6 022, ambas de 03 de janeiro de 1 974.

Conquanto se revista de caráter transitório, a reserva remunerada é uma das formas de inatividade. A transitoriedade está em que, atingido o limite de permanência na reserva remunerada, o elemento será reformado, o que já é outra forma de inatividade.

Temos, então, que duas são as formas de inatividade dos elementos, no caso, da Polícia Militar do Distrito Federal: a reserva remunerada e a reforma (artigos 93 e 101, da Lei nº 6023/74).

A criação do instituto referido determinou a passagem para a inatividade, mediante transferência para a reserva remunerada, de inúmeros policiais-militares que haviam atingido ou vieram a atingir a idade-limite para permanência no serviço ativo.

Atingida a inatividade, através da transferência para a reserva remunerada, cessa, em tese, a prestação de serviços à Corporação, ocasião em que o elemento é desligado do serviço ativo da Polícia Militar do Distrito Federal (art. 90, da Lei nº 6 023/74). Nessa condição, somente em casos extraordinários, previstos em lei, poderá o elemento retornar ao serviço ativo.

Quanto às causas que determinam a reforma, instituiu a citada Lei nº 6 023/74, in verbis:

"Art. 101 - A passagem do policial-militar à situação de inatividade, mediante reforma, será sempre ex officio e aplicada ao mesmo, desde que:

I - atinja as seguintes idades-limites - de permanência na reserva remunerada:

a) para Oficiais Superiores, 64 anos;

b) para Capitães e Oficiais Subalternos, 60 anos:

c) para Praças, 56 anos.

II - For julgado incapaz, definitivamente, para o serviço ativo da Polícia Militar;

III - Esteja agregado por mais de 2(dois) anos, por ter sido julgado incapaz, temporariamente, mediante homologação da Junta de Saúde, ainda mesmo que se trate de moléstia curável;

IV - Seja condenado à pena de reforma - prevista no Código Penal Militar, por sentença passada em julgado;

V - Sendo Oficial, a tiver determinada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, em julgamento por ele efetuado, - em consequência de Conselho de Justificação a que foi submetido; e

VI - Sendo Aspirante-a-Oficial PM ou praça com estabilidade assegurada, for para tal indicado ao Comandante-Geral da Polícia Militar, em julgamento de Conselho de Disciplina" (grifamos).

Deduz-se que o elemento, na reserva remunerada, somente será reformado quando atingir a idade-limite que - lhe for fixada para permanência naquela condição.

Por outro lado, o mesmo Estatuto dispõe, textualmente:

"Art. 104 - O policial-militar da ativa, julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes dos incisos I, II, III e IV do art. 103, será reformado com qualquer tempo de serviço.

Art. 105 - O policial-militar da ativa, - julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes do item I do art. 103, será reformado com remuneração calculada com base no soldo correspondente- ao grau hierárquico imediato ao que possuir na ativa.

Art. 106 - O policial-militar da ativa, julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes do item V do art. 103, será reformado:" (grifamos).

.....

Das disposições transcritas, vem-nos a convicção de que o elemento, para ser reformado, por incapacidade definitiva, terá que se encontrar na ativa. Encontrando-se na reserva remunerada, o elemento somente terá direito à reforma quando atingir a idade-limite fixada para permanência naquela condição de inatividade.

Temos, pois, que imutável é a forma de inatividade do policial-militar transferido para a reserva remunerada, até que, por limite de permanência nessa condição - hipótese única - for reformado.

Tratando-se de matéria ainda virgem na Administração do Distrito Federal e que a conclusão a que chegássemos poderia ser passível de discussão, procuramos a Diretoria de Inativos e Pensionistas, do Departamento Geral do Pessoal, do Ministério do Exército, onde constatamos ser esse o entendimento adotado por aquela Força Armada.

Por oportuno, seria recomendável que a PMDF fizesse submeter-se à inspeção de saúde os policiais-militares, antes da transferência para a reserva remunerada.

Em conclusão, somos pelo não acatamento da proposição do Comando-Geral da Polícia Militar - do Distrito Federal, quanto à reforma, ex officio, do Soldado PM SEBASTIÃO GOMES DA SILVA, da reserva remunerada daquela Corporação, vez que, naquela condição de inatividade, o elemento somente será reformado quando atingir o limite fixado para nela permanecer. Em síntese, somente os elementos da ativa poderão ser

reformados por incapacidade definitiva.

É o parecer,

sub censura.

Brasília, 23 de abril de 1 975.

RONALD BARCELLOS SILVA
Procurador

PROCESSO Nº: 122 634/74
INTERESSADO: SEBASTIÃO GOMES DA SILVA - Soldado PM
ASSUNTO : Alteração de Proventos

Aprovo o Parecer nº 66/75 de fls. 44/48.

Pela Lei nº 6023/74, somente podem ser reformados por incapacidade física os policiais-militares que estiverem na ativa. Os que se encontram na reserva remunerada só serão reformados quando atingirem o limite de idade fixado por lei.

Pelo indeferimento do pleiteado pelo Comando-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal.

À consideração do Doutor Procurador Geral.

Brasília, 24 de abril de 1 975.

POMPÍLIO ALMADA HORTA CRUZ
4º Subprocurador Geral

PROCESSO Nº: 122 634/74
INTERESSADO: SEBASTIÃO GOMES DA SILVA
ASSUNTO : Transf. p/ reserva remunerada.

Senhor Governador

Aprovamos o Parecer nº 66/75-4a. SPRG de fls. 44/48, de acordo com o encaminhamento efetuado pelo Ilmo. Sr. Dr. 4º Subprocurador Geral às fls. 49, opinando pelo indeferimento.

À superior consideração de Vossa Excelência.

PRG, em 03 de junho de 1 975.

PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral

De acordo.
Em, 11/06/75.

PARECER N.º: 85/ 75 - 4a. SPRG.

PROCESSO N.º: 122 111/74

INTERESSADO: PEDRO RAMOS - Soldado PM.

ASSUNTO: Anulação de ato de transferência para a reserva remunerada.

EMENTA:
Transferência para a reserva remunerada: a situaçao é irreversível, a menos que ocorram as hipoteses de atingir-se a idade-limite de permanência na reserva remunerada, de suspensão do ato na vigência do estado de guerra, estado de sítio ou em caso de mobilização - Revisão da medida quando constatados erros evidentes na verificação das condições determinantes da inatividade.

Senhor Governador

Aprovamos o Parecer nº 085/75-4a. SPRG, constante às fls. 50/55, de acordo com o encaminhamento efetuado às fls. 56, pelo' Ilmo. Sr. Dr. 4º Subprocurador Geral, concluindo pelo indeferimento.

À superior consideração de Vossa Excelência.

PRG, em 03 de junho de 1 975.

PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral

De acordo.
Em, 11/06/75.

PARECER N.º: 084/75/ 4ª SPRG

PROCESSO N.º: 122 072/74

INTERESSADO: GUILHERME LICURCI CHICHERCHIO-SOLDADO PM

ASSUNTO: TRANFERÊNCIA PARA RESERVA REMUNERADA

EMENTA:

Militar da PMDF - Impossibilidade de alteração da situação de inatividade, da Reserva Remunerada para a condição de reformado, por incapacidade definitiva para o serviço da Corporação (Art. 101 - Lei nº 6 023/74).

Senhor Governador

Aprovamos o Parecer nº 084/75-4a. SPRG, de fls. 48/50, na forma do encaminhamento procedido pelo Ilmo. Sr. Dr. 4º Subprocurador Geral às fls. 51, opinando pelo indeferimento.

À superior consideração de Vossa Excelência.

PRG, em 03 de junho de 1 975.

PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral

De acordo.
Em, 11/06/75.

PARECER N.º: 87/ 75 - 4a. SPRG.

PROCESSO N.º: 121 369/74

INTERESSADO: FRANCISCO DE AQUINO AMORIM - 3º Sargento PM.

ASSUNTO: Alteração de Ato.

EMENTA:

O policial-militar, na reserva remunerada, somente será reformado quando atingir a idade-limite fixada para permanência naquela condição de inatividade. Somente serão reformados, por incapacidade física, os elementos que se encontrarem na ativa.

Senhor Governador

Aprovamos o Parecer nº 87/75-4a. SPRG, de fls. 61/64, na forma do encaminhamento procedido pelo Ilmo. Sr. Dr. 4º Subprocurador Geral às fls. 65, opinando pelo indeferimento.

À superior consideração de Vossa Excelência.

PRG, em 03 de junho de 1 975.

PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral

De acordo.
Em, 11/06/75.

PARECER N.º: 094/75/4ª SPRG

PROCESSO N.º: 121 367/74

INTERESSADO: CLAUDIO STERQUE - SOLDADO PM

ASSUNTO: TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA REMUNERADA

EMENTA:
Militar da PMDF - Impossibilidade de alteração da situação de inatividade, da Reserva Remunerada para a condição de reformado, por incapacidade definitiva para o serviço da Corporação (Art. 101 - Lei nº 6 023/74).

Senhor 4º Subprocurador Geral:

Relatório:

O 3º Sargento PM - JOÃO GOMES, da Polícia Militar do Distrito Federal, foi transferido para a reserva remunerada, ex officio, em 5 de junho de 1 974, por atingir o limite de idade para permanência no serviço ativo, nos termos dos artigos 93, II e 95, I, letra "c", da Lei nº 6 023, de 03 de janeiro de 1 974, com proventos constituídos de tantas cotas do soldo de sua graduação quantos forem os anos de serviço, além de gratificações incorporáveis, de acordo com os artigos 94, 1 e 2; 96, 1 e 99 e seu parágrafo único, da Lei nº 5 619, de 3 de novembro de 1 970.

2. Agora, em expediente datado de 13 de fevereiro de 1 975, o Comando Geral da Polícia Militar do Distrito Federal propõe a anulação do ato de transferência para a reserva remunerada, com a finalidade de considerá-lo reformado nos termos dos artigos 90, 2; 101, II; 103, V e 106, letra "b", da Lei nº 6 023, de 03 de janeiro de 1 974, e declarar que seus proventos são constituídos de soldo integral, na mesma graduação, e gratificações incorporáveis a que fizer jus, nos termos dos artigos 93, I; 94-1 e 2; 103-1 e 2, com seu parágrafo único e 104,4 da Lei nº 5 619, de 03 de novembro de 1 970, por ter sido julgado inválido e incapaz definitivamente para o serviço da Corporação, sem poder prover os meios de subsistência.

3. O processo está encaminhado à PRG/DF para novo exame e parecer, nos termos do Decreto nº 1 304/70.

Parecer:

4. O que se objetiva, na realidade, com a complementação de fls., é transformar-se o ato de transferência para a reseva remunerada em ato de reforma, ensejando a melhoria de proventos.

Ocorre, todavia, que o policial-militar só passa à condição de reformado, uma vez transferido para a reserva remunerado, quando é por êle atingida a idade-limite prevista no Art. 101, da Lei nº 6 023, de 03 de janeiro de 1 974.

A hipótese está também configurada no Art. 102 e parágrafo, da citada Lei nº 6 023/74:

> "Art.102- Anualmente, no mês de fevereiro, o órgão de inativos da Polícia Militar organizará a relação dos Policiais-Militares que houverem atingido a idade-limite de permanência na Reserva Remunerada, a fim de serem reformados.
>
> Parágrafo único-A situação de inatividade do Policial-Militar da Reserva Remunerada, quando reformado por limite de idade, não sofre solução de continuidade, exceto quanto às condições de mobilização."

Fora daí, a situação de Reserva Remunerada não serve de trampolim para melhoria da condição de inatividade.

5. Entendemos, assim, como irreversível, salvo melhor juízo, o ato de passagem do policial-militar à situação de inatividade, mediante transferência para a reserva remunerada (que é o caso em exame), salvo a ocorrência também prevista no art. 100, da mesma Lei nº 6 023/74, isto é, o da suspensão da medida "na vigência do estado de guerra, estado de sítio ou em caso de mobilização", e salvo, ainda, as hipóteses de constatação evidente de erro de direito ou de fato na verificação das condições determinantes da inatividade.

Dentro desse quadro restrito de revisão do ato de passagem à situação de inatividade, mediante transferência para a reserva remunerada, pode-se citar o exemplo da verificação de incapacidade definitiva, para o serviço da Polícia Militar, apurada à época da aplicação da medida de transferência.

6. O processo ora em exame acena com essa possi

Senhor Governador

Aprovamos o Parecer nº 094/75-4a. SPRG, de fls. 52/54, placitado pelo Ilmo. Sr. Dr. 4º Subprocurador Geral às fls. 55, opinando pelo indeferimento do pedido.

À superior consideração de Vossa Excelência.

PRG, em 03 de junho de 1 975.

PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral

De acordo.
Em, 11/06/75.

PARECER N.º: 86 / 75 - 4a. SPRG.

PROCESSO N.º: 122 066/74

INTERESSADO: JOÃO GOMES - 3º Sargento PM.

ASSUNTO: Anulação de ato de transferência para a reserva remunerada.

EMENTA:
Transferência para a reserva remunerada: a situaçao é irreversível, a menos que ocorra as hipóteses de atingir-se a idade-limite de permanência na reserva remunerada, de suspensão do ato na vigência do estado de guerra, estado de sítio ou em caso de mobilização - Revisão da medida quando constatados erros evidentes na verificação das condições determinantes da inatividade.

bilidade de revisão, mediante anulação do ato administrativo que efetivou a transferência para a reserva remunerada, tendo em vista a incapacidade definitiva do inativo para o serviço policial-militar.

Na informação de fls. 41, encontramos o seguinte:

> "O policial-militar em apreço, por ocasião de sua transferência para a reserva remunerada, quando atingir na sua graduação a idade-limite para permanência no serviço ativo da Corporação, de acordo com a letra "c", do inciso I, do artigo 95 da Lei nº 6 023, de 03 de janeiro de 1 974, não foi - submetido a inspeção de saúde pela Junta Médica desta Polícia Militar, embora esta lei seja omissa a esta exigência.
> 2. O policial-militar em referência, requereu a este Comando, fosse inspecionado de saúde pela Junta Médica da Corporação, em virtude de se achar - doente e seu estado de saúde agravar -se progressivamente, encontrando-se em tratamento no Centro Médico Social desta Milícia".

E, em seguida:

> "3. O policial Militar em questão, no dia 30 de setembro de 1 974, foi inspecionado de saúde conforme requereu . A Junta Médica que o examinou, exarou em Ata o seguinte resultado: "DIAGNOSTICO.- 713.1 + 735 -Espondelite osteoartrítica + Desvio da coluna vertebral. PARECER:- Incapaz definitivamente para o serviço policial-militar. A moléstia é incurável e não foi adquirida em ato nem em consequência de ato de serviço. Está total e permanentemente incapacitado para todo e qualquer trabalho. Não pode prover os meios de subsistência."

7. Como fundamentos básicos do pedido de alteração do ato para reforma, às fls. 42, estão citados os artigos 90,II; 101,II; 103,V e 106, "b", da Lei nº 6 023/74, legislação aplicável apenas ao policial-militar da ativa.

No processo em tela, verifica-se que o interessado já estava desligado do serviço ativo desde 5 de junho de 1 974, por ter atingido o limite de idade para permanência no serviço da Corporação.

Uma vez desligado em junho, por medida automática, não há o que se questionar em torno da incapacidade definitiva para o serviço ativo, em setembro, para fins de reforma, a menos que se constate erro evidente na fundamentação do processo de passagem para a inatividade.

Estaria o interessado já incapacitado definitivamente para o serviço policial-militar na data de 5 de junho de 1 974, quando foi declarado inativo?

O laudo de fls. 39, datado de 30 de setembro de 1 974, atesta que a moléstia é incurável e que o paciente está total e permanentemente incapacitado para todo e qualquer trabalho.

Se realizada a inspeção de saúde na época da passagem para a inatividade, a situação do processo seria presumivelmente outra, tendo em vista o espaço de tempo ocorrido, relativamente curto, entre o ato de agregação (fls.02) e o requerimento de fls. 37, alusivo ao exame de saúde.

No Exército, conforme o signatário do presente parecer teve oportunidade de constatar, os processos de transferência para a Reserva Remunerada são obrigatoriamente instruídos com o laudo relativo à inspeção de saúde, o que resguarda os atos de desligamento, por força de limite de idade , no tocante às reivindicações sobre problemas de incapacidade ' físico-orgânicas do inativo.

Os atestados de origem ou os inquéritos sanitários de origem dão o indispensável respaldo às decisões sobre a matéria.

8. Em tese, não há fundamentação de ordem legal que sirva de suporte ao pedido de anulação de fls..

Se atendida a pretensão, os efeitos do ato de reforma teriam de retroagir à data do desligamento. E como atingir a data de 5 de junho se o laudo sobre a incapacidade definitiva é de 30 de setembro e não cogita da retroação?

Por outro lado, se aprovada a reforma, com efeitos a partir do novo ato, ou mesmo do laudo de fls. 39, como resguardar-se o período anterior da inatividade, até 5 de junho, diante da impossibilidade de transformação do ato de transferencia para a reserva remunerada em ato de reforma, pelos motivos já alegados?

9. Na prática, tendo em vista a ausência de inspeção de saúde, na época da passagem para a inatividade, e levando-se em conta que o policial-militar interessado não contribuiupara a não efetivação da medida cautelar, somos de parecer que o Comando Geral da PMDF, no uso das suas prerrogativas, poderá determinar a realização do inquérito sanitário de origem, instruindo-se, assim, o processo, com elemento de maior valia para a decisão sobre o fundamento essencial da inatividade em exame.

Note-se, ainda, a esse respeito, que na certidão de assentamentos do 3º Sargento PM- JOÃO GOMES, anexada ao processo, lê-se, às fls. 19, que o aludido policial-militar, em janeiro de 1 974, foi submetido a exame pela Junta Médica ' da Corporação e considerado apto para efeito de inclusão no Quadro de Acesso.

Resta saber, por conseguinte, se a alegada incapacidade definitiva para o serviço, não constatada em janeiro, poderá sobrepor-se, já em junho do mesmo ano, ao fundamento do limite de idade.

Parece-nos, salvo melhor juizo, que só o inquérito sanitário de origem terá condições de dar a orientação definitiva, mesmo não se tratanto de incapacidade física decorrente de moléstia não contraída em ato de serviço.

Diante do exposto, somos de parecer, em conclusão , que a situação de transferência para a reserva remunerada do 3º Sagento PM- JOÃO GOMES é irreversível, a menos que se constate, através de inquérito sanitário de origem, que o referido policial- militar já se encontrava incapaz definitivamente para o serviço da Corporação à época do decreto que o desligou do quadro efetivo, por limite de idade.

É o Parecer,

sub censura.

Brasília, 12 de maio de 1 975.

JÚLIO CÉSAR SANTOS
Procurador

PROCES , nº: 122 066/74

INTERESSADO: JOÃO GOMES - 3º Sargento PM

ASSUNTO : Anulação de ato de transferência para a reserva remunerada.

Aprovo Parecer nº 86/75 de fls. 48/53.

Pelo indeferimento do pretendido, visto não haver ' fundamentação de ordem legal que ampare o pedido de anulação do ato que transferiu o policial-militar para a reserva remunerada, si

tuação esta que somente poderá ser alterada quando ocorrer uma das hipóteses previstas em lei.

À consideração do Doutor Procurador Geral.

Brasília, 15 de maio de 1 975.

POMPILIO ALMADA HORTA CRUZ

4º Subprocurador Geral

PROCESSO Nº: 122 066/74
INTERESSADO: JOÃO GOMES
ASSUNTO : Transf. p/ reserva remunerada.

Senhor Governador

Aprovamos o Parecer nº 086/75-4a. SPRG, de fls. 48/53, na forma do encaminhamento procedido pelo Ilmo. Sr. Dr. 4º Subprocurador Geral às fls. 54, opinando pelo indeferimento.

À Superior consideração de Vossa Excelência.

PRG, em 03 de junho de 1 975.

PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO.
Procurador Geral

De acordo
Em, 11/06/75

PARECER N.º: 100/75 / 4ª SPRG

PROCESSO N.º: 08055/75

INTERESSADO: POLICIA MILITAR DO DF

ASSUNTO: GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO POLICIAL

EMENTA:

A Gratificação de Função PoliciaI Militar-Categoria II, tipo 2, somente é devida nas hipóteses previstas no art. 25 da Lei nº 5 619/70, isto é, no exercício de função em unidade de tropa ou de ensino ou instrução em estabelecimento de ensino ou de instrução policiais militares.
A inclusão de órgão de Informação da SEP, entre as unidades de tropa da PMDF, depende de prévia autorização legal.

Senhor 4º Subprocurador Geral:

Relatório:

Gonçalo de Lima e outros requerem diferença de gratificação de função, de 15% para 20%, percentual previsto para a Categoria II, tipo 2, prevista no artigo 1º, item II, do Decreto nº 2 458, de 04 de setembro de 1 973.

2. Na PMDF, a matéria recebeu os pronunciamentos constantes de fls. 09 a 15.

3. Diante da dúvida suscitada nos pareceres retro citados, o Gabinete Militar solicita a apreciação da Procuradoria-Geral, em despacho exarado às fls. 27.

Parecer:

4. A Gratificação de Função Policial-Militar, objeto do presente processo, encontra-se, como bem salientou o Senhor Diretor de Intendência, em seu bem lançado pronunciamento, bastante definida na Lei nº 5 619/70, que disciplina o assunto, em seus artigos 24, 25, 26 e 27:

> " Art. 24 - A Gratificação de Função - Categoria II, tipo 1 - é devida ao Oficial PM possuidor do Curso Superior de Polícia e em efetivo desempenho de sua função específica.
>
> Art, 25 - A Gratificação de Função - Categoria II, tipo 2 - é devida ao policial militar em função em unidade de tropa.
>
> Parágrafo único - Percebe também esta gratificação o policial militar em função de ensino ou instrução em estabelecimento de ensino ou de instrução policiais militares.
>
> Art. 26 - A Gratificação de Função - Categoria II, tipo 3 - é devida ao militar em efetivo desempenho de funções policiais militares não enquadradas nos artigos 24 e 25 desta Lei.
>
> Art. 27 - Os valores percentuais das gratificações referidas nos artigos 24, 25 e 26 serão fixados ou reajustados, por Decreto do Governo do Distrito Federal, observado o disposto no artigo 24 do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969."

5. O Decreto nº 2 458, de 04 de dezembro de 1 973, regulamenta a aplicação da Lei nº 5 619/70, em obediência ao art. 27 desta Lei, e como não poderia deixar de ser, o faz dentro da maior fidelidade às suas disposições; assim está vasado o art. 1º do referido Decreto:

> "Art. 1º - A Gratificação de Função - Categoria II, de acordo com o artigo 27, da Lei nº 5 619, de 03 de novembro de 1 970 - Lei de Vencimentos da Polícia-Militar do Distrito Federal - é calculada sobre o soldo do posto ou graduação e devida ao policial-militar nos valores e nas condições a seguir especificados:
>
> I- Tipo 1- 15% (quinze por cento)-ao oficial PM possuidor do Curso Superior de Polícia e no efetivo desempenho da função de:
>
> a)- Chefe do Estado-Maior;
> b)- Chefe de Seção do Estado-Maior Geral.
>
> II- Tipo 2 - 20% (vinte por cento)ao policial-militar, quando:
>
> a)- em função em unidade de tropa;
> b)- em função de ensino ou instrução em estabelecimento de ensino ou de instrução policial-militar.
>
> III-Tipo 3- 15% (quinze por cento)ao policial-militar em efetivo desempenho de funções policiais-militares não enquadradas nos ítens I e II,deste artigo."

6- A gratificação reclamada é, pois, devida, ao policial militar em função em unidade de tropa (categoria-II- tipo 2). Resta saber se o exercício de função na Coordenação de Informações,Planejamento e Operações, da Secretaria de Segurança Pública, onde servem os interessados, se enquadra na exigência expressa da Lei 5 619, para a percepção da gratificação de função policial militar - categoria II- tipo 2, ou seja - o exercício de função em unidade de tropa.

7- A primeira parte da indagação é resolvida por inteiro pela Lei 6 023/74, quando, ao tratar do cargo e da Função Policial Militar,estabelece em seu art. 27:

> "Art. 27 - As obrigações que,pela generalidade, peculiaridade,duração,vulto ou natureza, não são catalogadas como posições tituladas em Quadros de Organização ou dispositivo legal são cumpridas como encargo, comissão, incumbência, serviço ou atividade policial-militar, ou consideradas de natureza policial-militar.
>
> Parágrafo único. Aplica-se, no que couber, ao encargo ou atividade policial-militar, ou considerada de natureza policial-militar, o disposto neste Capítulo para cargo policial militar."

8. Não paira, pois, qualquer dúvida quanto à natureza policial militar da função exercida pelos interessados

na SEP, o que lhes enseja, sem sombra de dúvidas, o direito a percepção de gratificação categoria II - tipo 3, que já veem percebendo, como aliás, reconhece o ilustre Diretor de Intendência, repetimos, no seu bem lançado pronunciamento, quando às fls. 13, declara:

> "h) Os serviços ora executados pelos peticionários, são considerados de natureza policial-militar, aplicando-se, no que couber, o disposto no capítulo III do título I da Lei nº 6 023/74, para cargo policial-militar. Assim sendo, verifica-se, para os fins de percepção da gratificação policial-militar que os mesmos, estão enquadrados, nas limitações previstas no Art. 26 da Lei 5 619/70 e no Inciso III do Art. 1º do Decreto nº 2 458 de 4/12/73, fazendo em consequência jus ao percentual de 15% (quinze por cento) sobre os respectivos soldos; ".

9. Daí, considerar a Coordenação de Informações, Planejamento e Operações da Secretaria de Segurança Pública, como Unidade de Tropa, respondendo afirmativamente à segunda indagação da questão proposta, se nos afigura demasiado precipitado, diante das disposições legais vigentes e do que consta do processo.

As Unidades de Tropa estão claramente definidas às fls. 13 e 22, e nelas não se encontra a referida Coordenação da SEP.

A Lei nº 5 619, não dá margem a maiores interpretações, ela é taxativa, exige o exercício de função em unidade de tropa, para a gratificação categoria II - tipo 2, e para as demais funções policiais-militares, não enquadradas nos tipos 1 e 2, contempla com a gratificação categoria II - tipo 3.

10. Fiéis à hierarquia das Leis, em que pese o respeito e acatamento que merecem as resoluções e decretos reguladores, esses últimos em nada podem alterar os dispositivos expressos de Leis vigentes.

11. Considerar o referido órgão da SEP, como unidade de tropa, quando o ilustre Diretor de Intendência, assim não o enquadra, concluindo mesmo por um estudo mais profundo do problema, para o que solicita o pronunciamento do Gabinete Militar, e quando na própria Corporação, um de seus Comandos, no parecer de fls. 09 e 10, indefere os pedidos de fls., por entender estarem os mesmos fora das limitações do Decreto nº 2 458/ 73 , não nos parece tarefa própria da Procuradoria Geral, órgão essencialmente de assessoramento jurídico.

12. A Portaria Ministerial (fls. 21) ainda que fundada em dispositivos legais vigentes, não teria nenhuma aplicação no âmbito do Distrito Federal, pois é sabido que a legislação federal não pode onerar os cofres dos Estados, Territórios e Distrito Federal, entendimento esse já consagrado pela Súmula 440 do STF.

Por essa razão, deixamos de examinar com maior profundidade o único fundamento invocado no brilhante parecer da Diretoria de Intendência (letra "i" - fls. 13).

Face ao exposto, concluimos:

I - Pelo indeferimento do pedido de extensão da gratificação de Função Policial Categoria II - tipo 2, aos policiais-militares servindo em órgãos de Informações, por não se enquadrar na exigência do artigo 25 da Lei nº 5 619 / 70 e respectiva regulamentação, constante do artigo 1º ítem II, alínea "a", do Decreto nº 2 458/73.

II - Por se tratar de matéria da maior relevância, tendo em vista a natureza dos serviços prestados, e principalmente as razões invocadas nas resoluções do Comando - Geral, às fls. 24 e 25, todas de natureza estritamente militar, seria de toda conveniência, que o problema fosse levado aos órgãos competentes militares, inclusive à Inspetoria Geral das Polícias Militares, visando enquadrar os citados órgãos de Informações, como UNIDADES DE TROPA, ou se necessário alterar a legislação vigente para incluí-los no artigo 25 da Lei nº 5 619/70, observada sempre a norma limitadora do art. 24 do Decreto-Lei nº 667/69 conforme preceitua o próprio art. 27 da Lei nº 5 619, de 03 de novembro de 1 970.

É o parecer.

S. M. J.

Brasília, em 26 de maio de 1 975

JOSÉ HAGNER DO AMARAL
PROCURADOR

PROCESSO Nº: 08 055/75
INTERESSADO: POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO : Gratificação de Função Policial

Aprovo Parecer nº 100/75 de fls. 29/34.
Pelo indeferimento por falta de amparo legal.
À consideração do Doutor Procurador Geral.
Brasília, 03 de junho de 1 975.

POMPILIO ALMADA HORTA CRUZ
4º Subprocurador Geral

Processo nº 08 055/75
Interessado : POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
Assunto : Gratificação de Função Policial

Senhor Governador

Aprovamos o Parecer nº 100/75-4a.SPRG, de fls.29/34, placitado pelo Ilmo. Sr. Dr. 4º Subprocurador Geral às fls.35.

Pelo indeferimento do pedido, ressaltando, todavia, a conveniência da medida sugerida no nº II das conclusões do Parecer.

À superior consideração de Vossa Excelência.

PRG, 04 de junho de 1 975

PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral

De acordo. Aprovo o Parecer da Procuradoria Geral.
Em, 11/06/75

PARECER N.º: 102/75/4a SPRG

PROCESSO N.º: 125 582/74

INTERESSADO: MAJOR PM WALTER REIS DOS SANTOS

ASSUNTO: Promoção em ressarcimento de preterição.

EMENTA:

Polícia Militar do Distrito Federal: promoção em ressarcimento de preterição - Pelo critério de merecimento, a escolha é da competência do Governador, dentre os nomes relacionados - Inexiste, na hipótese, direito subjetivo à promoção, mesmo porque não há situação irregular a corrigir.

Senhor 4º Subprocurador-Geral:

Relatório:

O Senhor Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, pelo Of. nº 747/GcG/74, de 27 de agosto de 1 974, encaminha o presente processo, de nº 125 582/74, através do qual o Major PM WALTER REIS DOS SANTOS pleiteia que o ato de sua promoção, por merecimento, seja em ressarcimento de preterição, retroagindo os efeitos da medida a 21 de abril de 1 973, por existência de vaga.

2. O requerente fundamenta o pedido com as seguintes alegações:

a)- os Capitães PM ALFREDO CARRERA LOPES E ELPÍDIO FALLEIRO FILHO foram promovidos ao posto de Major PM,por merecimento e antiguidade, respectivamente, conforme decretos de 15 de maio de 1 973;

b) - por ocasião das referidas promoções, o requerente ocupava, no Quadro de Acesso, segundo Boletim nº 09, de 21 de março de 1 973 (fls. 2), o 4º lugar na lista de antiguidades e o 1º na relação referente ao merecimento;

c) - o então Capitão PM ALFREDO CARRERA LOPES por ocasião de sua promoção, estava agregado de fato e não de direito, já que passou a servir no Gabinete Militar do Governador;

d) - que a agregação do então Capitão PM CARRERA somente se deu, oficialmente, por ato publicado no "DF" de 31 de maio de 1 973, com vigência a contar de 7 de fevereiro de 1 973;

e) - que o citado Capitão PM CARRERA deixou de figurar no Almanaque, a partir de 7 de fevereiro de 1 973, criando-se, assim, mais uma vaga no posto de Major PM;

f) - que o requerente poderia ter sido promovido por merecimento na mesma data em que os Capitães PM CARRERA e FALLEIRO o foram, dada a existência de vaga e a sua posição de 1º lugar na lista de merecimento (fls. 3).

3. O requerente alicerça também o pedido de retificação da norma contida no Art. 153, §30, da Constituição Federal, combinado com o Art. 51, da Lei nº 6. 023, de 3 de janeiro de 1 974.

4. Baixado o processo em diligência, conforme o solicitado às fls. 5, a PMDF prestou os esclarecimentos que se seguem (fls. 9):

> "1 - Que o provimento da vaga decorrente da agregação do Major PM ALFREDO CARRERA LOPES, se deu com a reversão do Major PM UYRATAN SILVA DE CARVALHO, conforme Decreto de 16 de julho de 1 973, com efeitos a contar de 27 de junho de 1 973, do então Governador do Distrito Federal, publicado no "Distrito Federal" nº 110, de 20 de julho de 1 973.
>
> 2 - Que a promoção do Major PM WALTER REIS DOS SANTOS, ocorreu conforme a indicação anexa, às fls. 10, alterada pelo Parecer nº 130/74/4ª SPRG do DR.TASSO GALVÃO DE VELLASCO, aprovado pelo Exmº Sr. Governador do Distrito Federal."

Na referida indicação de fls. 10, o preenchimento da vaga seria pelo princípio da antiguidade.

Parecer :

5. Preliminar da prescrição:- O Art. 51, da Lei nº 6. 023, de 3 de janeiro de 1 974, fundamento do presente pedido de retificação, assim determina:

> " Art. 51 - O policial-militar que se julgar prejudicado ou ofendido por qualquer ato administrativo ou disciplinar de superior hierárquico poderá recorrer ou interpor pedido de reconsideração , queixa ou representação, segundo regulamento da Polícia Militar.
>
> § 1º - O direito de recorrer na esfera administrativa prescreverá:
> a) - em 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação oficial, quanto a ato que decorra de inclusão em quota compulsória ou de composição de quadros de acesso;
> b) - em 120 (cento e vinte) dias corridos, nos demais casos.
> ....."

Levando-se em conta que o ato de promoção acha-se publicado do "DF" de 22 de maio de 1 974, o prazo para o recurso, na forma da letra "b", do § 1º, acima citado, estaria esgotado na data de 20 setembro de 1 974.

A petição de fls. 2/3, datada de 21 de agosto de 1 974, foi recebida na mesma data (fls. 3).

O recurso está, assim, dentro do prazo legal, uma vez que se cogita de promoção emressarcimento de preterição, o que independe, na hipótese dos autos, de composição de quadro de acesso.

6. O mérito - O exame do mérito reside, fundamentalmente, na parte alusiva ao direito adquirido à promoção , sustentado pelo requerente.

Veremos, de pronto, que o art. 60, da Lei nº 6 023/74 (Estatuto dos policiais-militares da Polícia Militar do Distrito Federal), assim dispõe , no Capítulo sobre direitos e na Seção sobre a promoção:

> "Art. 60 - As promoções serão efetuadas pelos critérios de antiguidade e merecimento, ou ainda, por bravura e post mortem.
>
> § 1º - Em casos extraordinários, poderá haver promoção em ressarcimento de preterição.
>
> § 2º - A promoção de policial-militar feita em ressarcimento de preterição será efetuada segundo os princípios de antiguidade ou merecimento, recebendo ele o número que lhe competir na escala hierárquica como se houvesse sido promovido, na época devida, pelo princípio em que ora é feita sua promoção."

Por outro lado, continua em vigor a norma contida no Art. 1º do Decreto nº 1 673, de 19 de abril de 1 971, que teve outras disposições alteradas pelo Decreto nº 1 683, de 30 de abril de 1 971.

Diz o citado artigo:

> "Art. 1º - As promoções dos oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal deverão ser feitas gradual e sucessivamente, nas sguintes proporções, em relação ao número de vagas:
>
> I - as de Coronel: todas por merecimento;
>
> II - as de Tenente-Coronel: 2/3 (duas terças partes) por merecimento e 1/3

(uma terça parte) por antiguidade;

III - as de Major: metade por merecimento e metade por antiguidade;

IV - as de Capitão, 1º e 2º Tenentes : todas por antiguidade." (grifado)

Já o Decreto nº 2 237, de 13 de abril de 1973 que altera o art. 9º do Decreto nº 1 673/71, determina:

" Art. 1º - O artigo 9º do Decreto nº 1 673, de 19 de abril de 1 971, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 9º - A promoção por merecimento recairá no Oficial de livre escolha do Governador do Distrito Federal, dentre os integrantes da lista própria que lhe for encaminhada, na forma do item 9 do artigo 5º deste Decreto". (grifamos)

O ítem 9, do art. 5º do Decreto nº 1 673/71, cuidando do processamento das promoções, também normatiza:

"Art. 5º - O processamento das promoções obedecerá à seguinte sequência:
.....
a) organização pela CPO das Propostas (conjunto de listas) para promoção, por merecimento e antiguidade e seu encaminhamento ao Governador do Distrito Federal, através do Secretário de Segurança Pública."

Esse é o quadro legal e normativo que determinará os contornos por onde poderá se situar o direito invocado.

7. Pela instrução de fls., depreende-se que o requerente entende como direito seu a promoção ao posto de Major, por merecimento, desde a data de 21 de abril de 1 973, em consequência da agregação do Major CARRERA e por ser o primeiro da lista (merecimento) organizada pela CPO.

A promoção, todavia, conforme a informação de fls. 09/10, só ocorreu em consequência da indicação da CPO em 26 de março de 1 974, constante da Ata nº 06/74.

A indicação foi para preenchimento de uma vaga, pelo critério de antiguidade, decorrente da promoção do então Major PM - ARISTIDES POMPEU.

8. Ficou bem definido, no Parecer normativo nº 130/74 - 4a. SPRG, da autoria do ilustre colega, Procurador Taso Galvão de Vellasco, e aprovado pela Administração em 08 de maio de 1 974, que

"a promoção é ato administrativo, com efeitos jurídicos, ao qual está obrigada a Administração (quanto ao objeto) se motivada por antiguidade. Se motivada por merecimento, encontra-se livre a Administração para a determinação de seu objeto. É clara a distinção entre uma e outra:

"Para a prática de alguns atos, a competência da Administração é estritamente determinada na lei, quanto aos motivos e modo de agir. A lei lhe determina que, existem determinadas circunstâncias, proceda dentro de certo prazo e certo modo."

"Noutros casos, a lei deixa a autoridade administrativa livre na apreciação do "motivo" ou do "objeto" do ato, ou de ambos ao mesmo tempo. No que respeita ao conteúdo, a discrição está em poder praticar o ato com objetivo variável, ao seu entender. Nestes casos a competência é livre ou discricionária. A propósito de tais atos, não é passível cogitar de nulidade relacionada com o motivo, com o objeto, ou com ambos, conforme a respeito de qualquer um destes requisitos, ou dos dois, possa deliberar livremente a Administração" (Grifamos - M. Seabra Fagundes - Contrôle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário - Ed. Forense 4a. Ed. Pág. 82)". ..

E prossegue:

"Ante a impossibilidade de cogitar - se de nulidade de ato publicado, legalmente, em decorrência do poder discricionário da Administração, impossível seria, consequentemente, o deferimento - de pedido de ressarcimento por preterição em promoção, segundo o princípio de merecimento".

Como substancioso reforço à tese acima esposada, seria oportuno lembrar aqui a lição de PONTES DE MIRANDA, citada na obra de José Cretella Junior - DIREITO ADMINISTRATIVO DO BRASIL, e aplicável também ao processo em exame, ainda que diverso seja o regime jurídico cogitado:

"a promoção por merecimento somente é conteúdo de direito negativo: o de não ser nomeada pessoa estranha à lista. - Não há direito subjetivo à promoção por merecimento. Se o poder competente não organiza as listas, ou tarda em fazê - lo, não há direito, pretensão e ação a que as faça, sob cominação"(Grifamos)

9. Assim, dentro da instrução e argumentação de fls., deixa de importar tanto a existência ou não de vaga, em decorrência da promoção e agregação do Major PM CARRERA.

Se existente, a promoção, dentro do critério estabelecido no art. 1º, Ítem III, do Decreto nº 1 673/71, seria por merecimento, o que importa dizer, de livre escolha do Governador do Distrito Federal, dentre os integrantes da lista por ventura organizada pela Comissão de Promoções de Oficiais.

Inexistindo o direito subjetivo à promoção por merecimento, onde, pois, o direito sustentado pelo requerente ?

Poder-se-ia, quando muito, cogitar-se de uma espectativa de direito.

Não se discute se a vaga passou a existir com a agregação do Major PM CARRERA.

O que não se pode admitir, in casu, é o direito do recorrente à vaga, ainda que figurasse no primeiro lugar da lista de indicação.

A norma do Decreto nº 2 237/73, alterando o art. 9º do citado Decreto nº 1 673/71, é bem clara ao remeter ao Chefe do Executivo a livre escolha dentre os oficiais relacionados.

Finalmente, entendemos que o caso extraordinário de promoção em ressarcimento de preterição, segundo o princípio de merecimento, só será possível em circunstâncias flagrantes de violação das normas estabelecidas para o provimento, como o da nomeação "de pessoa estranha à lista", lembrada no douto ensinamento de PONTES DE MIRANDA.

E nada disso ocorreu no presente processo.

Diante do exposto, somos pelo indeferimento do pedido de fls., por entender, dentro da melhor doutrina e jurisprudência, que a promoção por merecimento é de livre escolha do Chefe do Executivo do Distrito Federal, dentre os nomes relacionados pela Comissão de Promoções de Oficiais, e por concluir que o ressarcimento de pretenção só poderia ser cogitável, na espécie em exame, se verificada-flagrante violação às normas estabelecidas - para a promoção de oficiais, o que inexistiu.

É o parecer,

sub censura.

Brasília, 2 de junho de 1 975.

JÚLIO CÉSAR SANTOS
Procurador

PROCESSO Nº: 125 582/74

INTERESSADO: Major PM WALTER REIS DOS SANTOS

ASSUNTO : Promoção em ressarcimento de preterição.

Aprovo Parecer nº 102/75 de fls: 14/21.

Pelo indeferimento do requerido em fls.. visto que, na promoção pelo critério de merecimento, a escolha dentre os nomes relacionados é da competência do Chefe do Executivo do Distrito Federal, e, ainda, considerando-se terem sido respeitadas as normas estabelecidas para a promoção de oficiais, não caber a promoção em ressarcimento de preterição, já que não há irregularidades a sanar.

À consideração do Doutor Procurador Geral.

Brasília, 03 de junho de 1 975.

POMPILIO ALMADA HORTA CRUZ
4º Subprocurador Geral

Processo nº 125 582/74
Interessado : WALTER REIS DOS SANTOS
Assunto : Ressarcimento de preterição

Senhor Governador

Aprovamos o Parecer nº 102/75-4a.SPRG, de fls.14/21, placitado pelo Ilmo. Sr. Dr. 4º Subprocurador Geral às fls.22.
Pelo indeferimento do pedido.
À superior consideração de Vossa Excelência.
PRG, 05 de junho de 1 975

PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral

De acordo. Indefiro o pedido
Em, 11/06/75

Gabinete Militar

Atos do Chefe

PORTARIA DE 18 DE JUNHO DE 1975

O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 6º, do Decreto nº 2461, de 11 de dezembro de 1973,

RESOLVE:

conceder ao servidor José Cassimiro Coelho, Motorista, nível 12/C, matrícula nº 15.940, lotado no Gabinete do Governador do Distrito Federal, a gratificação de representação no valor de Cr$ 546,00 (quinhentos e quarenta e seis cruzeiros) prevista no artigo 1º, item I, combinado com o artigo 4º, letra d, do Decreto nº 2461, de 11 de dezembro de 1973.

Distrito Federal, 18 de junho de 1975
GUARACY DE LIMA FURTADO-Cel. PM.
Chefe do Gabinete Militar

SECRETARIA DO GOVERNO

COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

SERVIDOR: JOSÉ RAIMUNDO ARRUDA
MATRICULA: 0.293
ASSUNTO: Licença para tratamento de saúde
DESPACHO: CONCEDO, no período de 08.04.75 a 22.04.75, arts. 123,97 e 98 da Lei nº 1.711, de 28.10.52. Laudo Médico nº 952/75-SM.

SERVIDOR: GERALDO MARCELINO GONÇALVES
MATRICULA: 14.566
ASSUNTO: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
DESPACHO: CONCEDO, no período de 22.03.75 a 20.04.75, arts. 93,97 e 99 da Lei nº 1.711, de 28.10.52. Laudo médico nº 864/75-SM.

SERVIDOR: ADERSON ASSIS DE MACEDO
MATRICULA: 07.392
ASSUNTO: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
DESPACHO: CONCEDO, no período de 27.03.75 a 03.04.75, arts. 93,97 e 99 da Lei nº 1.711, de 28.10.52. Laudo médico nº 841/75-SM.

SERVIDOR: JOÃO PEDRO LUIZ
MATRICULA: 13.775
ASSUNTO: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
DESPACHO: CONCEDO, no período de 02.04.75 a 30.06.75, arts. 93,97 e 99 da Lei nº 1.711, de 28.10.52. Laudo médico nº 935/75-SM.

SERVIDOR: NICOLAU ANTONIO ALVES
MATRICULA: 15.958
ASSUNTO: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
DESPACHO: CONCEDO, no período de 16.04.75 a 15.05.75, arts. 93,97 e 99 da Lei nº 1.711, de 28.10.52. Laudo médico nº 1004/75-SM.

SERVIDOR: ERVAL OLIVEIRA SAMPAIO
matricula, 16.461
ASSUNTO: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
DESPACHO: CONCEDO, no período de 07.04.75 a 06.05.75, arts. 123,97 e 98 da Lei nº 1.711, de 28.10.52. Laudo médico nº 973 /75-SM.

SERVIDOR: ADERSON ASSIS DE MACEDO
MATRICULA: 07.329
ASSUNTO: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
DESPACHO: CONCEDO, no período de 04.04.75 a 02.06.75, arts. 93,97 e 99 da Lei nº 1.711, de 28.10.52. Laudo médico nº 1029/75-SM;

SERVIDOR: ADÃO DA SILVA MENEZES
MATRICULA: 01.934
ASSUNTO: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
DESPACHO: CONCEDO, no período de 27.01.75 a 26.04.75, arts 93,97 e 99 da Lei nº 1.711, de 28.10.52. Laudo médico nº 1053/75-SM.

Em, 30 e abril de 1975
Francisco Fernandes da Silva
Chefe da Seção de Pessoal-ASRIA

SERVIDOR: JOÃO CALIXTO
MATRICULA: 07.538
ASSUNTO: Cancelamento de salário-família
DESPACHO: CONCEDO, o cancelamento de salário-família pela dependente IZOÉ CALIXTO DE OLIVEIRA, filha, nascida em 11.10.53, por haver contraído matrimômio, a partir de março de 1975.
SERVIDOR: JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
MATRICULA: 13.730
ASSUNTO: Cancelamento de salário-família
DESPACHO: CONCEDO, o cancelamento de salário-família pelas dependentes LIDIA MARIA DE OLIVEIRA e CARMEM LUCIA DE OLIVEIRA, filhas, a partir de março de 1975.
SERVIDOR: JOÃO PEDRO LUIZ
MATRICULA 13.775
ASSUNTO: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
DESPACHO: CONCEDO, no período de 03.03.75 a 01.04.75, art-93, 97 e 98 da Lei nº 1.711, de 28.10.1952. LAUDO MÉDICO Nº 0574/75-SM.

SERVIDOR: JOÃO SEVERINO DOS SANTOS
MATRICULA: 01.783
ASSUNTO: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
DESPACHO: CONCEDO, no período de 26.03.75 a 24.04.75, art-93, 97 e 98 da Lei nº 1.711, de 28.10.1952. LAUDO MÉDICO Nº 0678/75-SM.
SERVIDOR: JOAQUIM RODRIGUES GONÇALVES
MATRICULA: 01.631
ASSUNTO: Licença para tratamento de saúde
DESPACHO: CONCEDO, no período de 21.02.75 a 22.03.75, art-123, 97 e 98 da Lei nº 1.711, de 28.10.1952.LAUDO MÉDICO Nº 0596/75-SM.
SERVIDOR: GERALDO MARCELINO GONÇALVES
MATRICULA: 14.566
ASSUNTO: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
DESPACHO: CONCEDO, no período de 02.03.75 a 21.03.75,arts. 93, 97 e 99 da Lei nº 1.711, de 28.10.1952. LAUDO MÉDICO Nº 0632/75-SM.
Em, 20 de março de 1975
Francisco Fernandes da Silva
Chefe da Seção de Pessoal-ASRIA

DIVISÃO REGIONAL DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Atos do Diretor

Processo nº 301171/75
Interessado Filemon P. da Silva
Endereço QE 30 conj. J. casa 06
Assunto: Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº : 300479/75
Interessado : João B. S. Cassimiro
Endereço QI 09 conj. U casa 15
Assunto : Carta de Habite-se
Despacho : Defiro Publiq.
Arquive-seProcesso nº 301322/75
Interessado : João A. Nogueira
Endereço : QI 11 conj. D. casa 104
Assunto : Construção de muro
Despacho : Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo : 301317/75
Interessado : Julio C. de Oliveira
Endereço: QI 1 conj. L casa 27
Assunto : Alvará de Construção
Despacho : Defiro Publiq.
Arquive-se
Processo nº 301299/75
Interessado : José de L. Alexandre
Endereço : QE 30 conj. E casa 36
Assunto : Alvará de Construção
Despacho : Defiro Publiq.
Arquive-se

Processon° : 301323/75
Interessado : José B. de Santana
Endereço : QE 26 conj. P. casa 18
Assunto : Alvará de Construção
Despacho : Defiro Publiq.
Arquive-se
Processo nº : 301326/75

Processo nº 300884/75
Interessado José da Silva
Endereço QE 34 conj. L casa 01
Assunto Construção de Muro
Despacho Publiq. Arquive-se

Processo nº 300878/75
Interessado Pedro C. de Almeida
Endereço QE 19 conj. J casa 27
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300880/75
Interessado Oscar R. da Costa
Endereço QI 22 conj. Ucasa 115
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300883/75
Interessado Carlos Napoleão
Endereço QE 15 conj. B casa 22
Assunto Construção de Muro
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300881/75
Interessado José P. Cavalcante
Endereço QE 28 conj. I casa 28
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300882/75
Interessado Waldir C. Ramos
Endereço QE 34 conj. J casa 38
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300874/75
Interessado Mario R. Barbosa
Endereço QI 09 conj. M casa 09
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300885/75
Interessado Benevenuto G. da Costa
Endereço QE 24 conj. H casa 33
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq. Aruive-se

Processo nº 300879/75
Interressado Aderson I da Silva
Endereço QE 34 conj. L casa 38
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300888/75
Interessado José Okumura
Dndereço QE 28 conj. B casa 04
SAssunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº: 300924/75
Interessado: Maria de L.L. Amâncio
Endereço QE 26 conj. K. casa 17
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq.Arquive-se

Processo nº 300905/75
Interessado: Edna M. de Oliveira
Endereço QE 28 conj. L. casa 11
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300903/75
Interessado Inaldo C. de Araújo
Endereço QI 07 conj. L. casa 03
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300904/75
Interessado Barbosa L. do Nascimento
Endereço QI 01 conj. D. casa 35
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se
Processo nº 300911/75
Interessado Wagner Lima
Endereço QE 28 conj. T. casa 46
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300927/75
Interessado: Lindolfo P. da Silva
Endereço QE 32 conj. U. casa 05
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300922/75
Interessado Gonçalo de C. Neto
Endereço QE 34 conj. I casa 27
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 3°°923/75
Interessado Antonio de P F. Cançado
Endereço QI 18 conj. K casa 02
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300921/75
Interessado: Antonio L.E. Silva
Endereço QI 02 conj. D casa 35
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300321/75
Interessado Humberto DE C. Matos
Endereço QE 15 conj. N casa 45
Assunto Aprovação de Projeto
Depacho Defiro Publie. Arqive-se

Processo nº 300875/75
Interessado: P. do Aragão
Endereço QE 26 conj. L casa 14
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300936/75
Interessado José S. de Andrade
Endereço QE 15 conj.I casa 02
Assunto Construção de Muro
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300938/75
Interessado: Adilson de M. Brito
Endereço QE 4 conj. H casa 145
Assunto Construção de Muro
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300932/75
Interessado Mizael J. de Melo
Endereço QE 15 conj. D casa 01
Assunto Construção de Muro
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº: 300944/75
Interessado Aroldo Assunção
Endereço QI 06 conj. U casa 64
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se
Processo nº: 300935/75
Interessado Dalva do Nascimento
Endereço QI 03 conj. B casa 44
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300892/75
Interessado Ernani R.B.Junior
Endereço QI 07 conj. J casa 33
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se
Processo nº 300955/75
Interessado Ruth C. da Costa
Endereço QE 26 conj. E casa 18
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300965/75
Interessado Eva Vieira dos Santos
Endereço: QI-10 conj. R casa 44
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300960/75
Interessado Maria V. de Lopes
Endereço QE 17 conj. M casa 07
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-xe

Processo nº 400841/75
Interessado Carlos R. Alves
Endereço: QE-28 conj. K casa 18
Assunto Construção de Muro
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300845/75
Interessado Divino Rios
Endereço QE 24 comj. F casa 06
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo no 30044
Interessado Bolivar O. de Souza
Enderedço QE 36 comj. I casa 13
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300850/75
Interessado Walter P. Leitão
Endereço QE 30 conj. G casa 46
Assunto Construção de Muro
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300852/75
Interessado Maria F. Porto
Endereço QI 11 Conj. R casa 15
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300847/75
Interessado Ventura R. dos Santos
Endereço: QE-15 Conj. F casa 47
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300725/75
Interessado Valter R. de Carvalho
Endereço QE 28 conj. J casa 28
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300858/75
Interessado João A. Teixeira
Endereço QI 06 Conj. M casa 32
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq.
Arquive-se

Processo nº 300861/75
Interessado Mariza C. B. Simões
Endereço QE 26 conj . I casa 22
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-ase

Processo nº 300865/75
Interessado: Marcelo R.F. Santana
Endereço QE 24 Conj. H casa 24
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300863/75
Interessado Francisco S, da Silva
Endereço QE 21 conj. F casa 17
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300860/75
Interessado: Divino Rios
Endereço QE 24 conj. F. casa 06
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300837/75
Interessado Manoel A. da Nóbrega
Endereço QI 12 conj. I casa 124
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300775/75
Interessado José E. Correia
Endereço QE 03 conj. E casa 24
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo no 300864/75
Interessado: Rubens de Souza
Endereço: QE-15 conj. D casa 17
Assunto Construção de Muro
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300872/75
Interessado José O. F. da Silva
Endereço QE 36 conj. D casa 22
Assunto Construção de Muro
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300869/75
Interessado Leci P. da Silva
Endereço QE 36 conj. H casa 24
Asunto Construção de Muro
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300781/75
Interessado José V. Sobrinho
Endereço QI 2 conj. Q casa 44
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho: Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300[illegible]/75
Interessado Alfredo Duarte
Endereço QE 13 conj. I casa 34
Assunto Alvará de Consturuão
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300[illegible]/75
Interessado José da Silva
Endereço QE 34 conj. L casa 01
Assunto Construção de Muro
Despacho Deforiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300807/75
Interessado Almir F. de Carvalho
Endereço QE 36 conj. I casa 14
Assunto Construção de Muro
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300808/75
Interessado Aldemir F. de Carvalho
Endereço QE 36 conj. F. casa 22
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300809/75
Interessado Alaor Antonio da Cruz
Endereço QI 08 conj. I casa 25
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300813/75
Interessado Benedito H. de Oliveira
Endereço QI 01 conj. R. casa 34
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300098/75
Interessado Josefa G. da Costa
Endereço QE 17 conj. G casa 19
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300413/75
Interessado João B. C. de Santana
Endereço QE 26 conj. P. casa 46
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300398/75
Interessado Maria de C.P.S. Santos
Endereço QI 10 conj. B. casa 05
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300772/75
Interessado Anselmo P. A. Junior
Endereço QE 24 conj. D casa 18
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300802/75
Interessado Samuel de S. Machado
Endereço QE 26 conj. L casa 07
Assunto Alvará de Construção
Despacho
Depacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300639/75
Interessado Raimundo A. Guerreiro
Endereço QE 36 conj. F casa 30
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300821/75
Interessado José A. Xavier
Endereço QI 10 conj. X casa 27
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300671/75
Interessado Casa L.J.C. Ltda
Endereço QE 32 conj. C Loja 2
Assunto Declaração de Localização
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300829/75
Interessado Antonio L. da Silva
Endereço QE 34 conj. 11"O" casa 09
Assunto Construção de Muro
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300825/75
Interessado Osni A. Justus
Endereço QE 26 conj. C casa 34
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300823/75
Interessado Antero D. Matos
Endereço QI 1 conj. U casa 15
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300450/75
Interessado José Marinelio
Endereço QE 30 conj. O casa 09
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300608/75
Interessado Antelmo M. Fernandes
Endereço QI 2 conj. U casa 03
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300842/75
Interessado Thiago de S. Lucas
Endereço QI 05 conj. U casa 64
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300826/75
Interessado Francisco de M. Vieira
Endereço QE 03 conj. D casa 65
Assunto Alvará de construção

Processo nº 300887/75
Interessado Julia Alves da Silva
Enderreço QE 17 conj. G casa 11
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 304805/74
Interessado Antonio A. Felizola
Endereço QE 13 conj. I casa 28
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300353/75
Interessado Antonia S. Costa
Endereço QE 13 conj. H casa 31
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300169/75
Interessado Artur B. de Castro
Endereço QI 02 conj. B casa 85
Assunto Aprovaçao de Projeto
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300897/75
Interessado Rubens da Silva
Endereço QI 09 conj. D casa 124
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300893/75
Interessado Jayme Lopes Barbosa
Endereço QI 18 conj. V casa 21
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 303732/74
Interessado Brígida da S. Oliveira
Endereo QE 01 conj. K casa 115
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300449/75
Interessado Construtora Presidente S/A
Endereço QI 07 Projeções P e T
Assunto Carta de Habite-se
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300855/75
Interessado José de P. Marra
Endereço QI 12 conj. B casa 65
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300915/75
Interessado Zolmira C. da Paixão
Endereço QE 24 conj. C casa 31
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301311/75
Interessado Venâncio M. Costa
Endereço QE 19 conj. E casa 01
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301306/75
Interessado Francisco E. Dantas
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publique-se
Arquive-se.

Processo nº 300945/75
Interessado Maria E.S. Lonso
Endereço QI 14 conj. B. casa 24
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300919/75
Interessado Lourival P. de Oliveira
Endereço QI 09 Conj.B. casa 95
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301319/75
Interessado Yoshiso Okamura
Endereço QE 8 conj. A casa 35
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301314/75
Interessado Gilberto Cassiano
Endereço QE 26 conj. C casa 20
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301302/75
Interessado Germano N.Falcão
Endereço QE 21 conj. O casa 31
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq, Arquive-se

Processo nº 301304/75
Interessado Zeomísia P. de Aguiar
Endereço QE 34 conj. K casa 19
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publq. Arquive-se

Processo nº 301312/75
Interessado Jose F. Filho
Endereço QE 34 conj F. casa 16
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300577/75
Interessado Enoch D.O.Lima
Endereço QE 15 conj I casa [illegible]
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300607/75
Interessado José de A. Lima
Endereço [illegible] conj. L casa 08
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300777/75
Interessado Andonios N. Spyriodakis
Endereço QI 09 conj. A casa 04
Assunto Declaração de localização
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo o nº 301222/75
Interessado Francisco I de Souza
Endereço QE 36 conj D casa 14
Assunto Alvará de Coonstrução
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301319/75
Interessado Jorge dos R. Farias
Endereço QI 18 conj.C.casa 85
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300380/75
Interessado Jesumar R. Pinto
Endereço QI 18 conj. R casa 85
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301316/75
Interessado Noely dos S. Nascimento
Endereço QE 13 conj. B casa 14
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301403/[illegible]
Interessado Lindorio Silveira
Endereço QE 32 conj. L casa 10
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301400/75
Interesssado Cássio P. da Silva
Endereço QE 3 conj E. casa 34
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301027
Interessado Maria V. Bonfim
Endereço QE 26 conj C. casa 03
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq.

Processo nº 301099/75
Interessado Matathias A. Loubach

Endereço QE 20 conj. P casa 94
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301440/75
Interessado Bartolomeu B.Santos
Endereço QE 24 conj E casa 25
Assunto Alvará de Construçao
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301213/75
Interessado Vitoria A. Pinheiro
Endereço QE 32 coj I casa 27
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo 301118/75
Interessado José A. Sobrinho
Endereço QE 36 conj. G casa 04
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301338/75
Interessado Maria S. L. da Fonseca
Endereço QE 34 conj. J casa 16
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301426/75
Interessado Luiz R.de Oliveira
Endereço QE 15 conj K. casa 33
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301446/75
Interessado Firofume Hatadani
Endereço QE 26 conj. F. casa 16
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301443/75
Interessado Divino R. da Costa
Endereço QE 28 conj U casa 29
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300187/75
Interessado Edson Tito dos Santos
Endereço QE 36 conj. B casa 02
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Projeto nº 301375/
Interessado Abimael B. de Oliveira
Endereço QE 15 Conj. P. casa 20
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301433/75
Interessado Marilda G. Mundim
Endereço QE,28 conj B. loja 39
Assunto Declaração de Localização
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301366/75
Interessado Francisco H Bonfim
Endereço QE 28 conj R.casa 30
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301445/75
Interessado João B. Rodrigues
Endereço QE 26 conj N. casa 34
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301407/75
Interessado Terezinha R.F. Oliveira
Endereço QE 15 conj. B. casa 35
Assunto Declaração de Localização
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301448/75
Interessado Eraldo da M. Machado

Endereço QE 30 conj.G. casa 27
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq.Arquive-se

Processo nº 301343/75
Interessado Geraldino P. da Cunha
Endereço QI 17 conj R casa 35
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq.Arquive-se

Processo nº 301386/75
Interessado José A.L.Camarrão
Endereço QE 19 conj E casa 03
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq.Arquive-se

Processo nº 301398/75
Interessado Genigesum T. de Castro
Endereço QE "conj E. casa 30
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq.Arquive-se

Processo 301456/75
Interessado José L. de A. Rodrigues
Endereço QE 17 conj D. casa 18
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq.Arquive-se

Processo nº 301457/75
Interessado José C. Padilha
Endereço QI 03 conj. M. casa 20
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq.Arquive-se

Processo nº 301450/75
Interessado Enedino N. da Silva
Endereço QE 09 conj. F casa 34
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq.Arquive-se

Processo nº 301080/75
Interessado Eliezer B. de Souza
Endereço QE 34 conj. E casa 41
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301032/75
Interessado Maria Nunes de Souza
Endereço QE 04 conj. G casa 85
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 304840/75
Interessado José M. de Oliveira
Endereço QW 3, conj. N casa 34
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publique-se Arquiv.

Processo nº 301102/75
Interessado Valter R. de Carvalho
Endereço QE 28 conj. J. casa 28
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301105/75
Interessado Eros Assi
Endereço QE 30 conj. C Casa 48
Assunto Construção de Muro
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301074/75
Interessado Geraldo J. Torres
Endereço QE 17 conj. I casa 32
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301073/75
Interessado Francisco A. Cândido
Endereço QE conj. H casa 06
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301079/75
Interessado José A. dos Santos
Endereço QI 09 conj. D casa 34
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301087/75
Interessado Antonia B. Ramos
Endereço QE 34 conj. D casa 25
Assunto Construção de muro
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301084/75
Interessado Maria P. França
Endereço QE 1 conj. K casa 25
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301083/75
Interessado Maria A. A. de Mendonça
Endereço QE 01 conj. K casa 44
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301098/75
Interessado Ercilia A. Furriel
Endereço QE 32 conj. P. casa 25
Assunto Construção de Muro
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301091/75
Interessado George C. da Silva
Endereço QE 15 conj. N casa 25
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300957/75
Interessado Cassio P. da Silva
Endereço QE conj. E casa 34
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 301112/75
Interessado José Marinelo
Endereço QE 30 conj. D casa 09
Assunto Alvará de Construção
Despacho Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº. 300171/75
Interessado: João F. da Rosa
Endereço: QE 17 Conj. "L" Casa 30
Assunto: Aprovação de Projeto
Despacho: Defiro publiq. Arquive-se

Processo nº. 304283/75
Interessado: Guaracy Lopes Morais
Endereço: QE 1 Conj. "L" Casa 25
Assunto: Alvará de Construção
Desapcho: Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº. 300980/75
Interessado João dos Santos
Endereço : QI 05 Conj. 2 Casa 03
Assunto Alvará de Construção
Despacho: Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300991/75
Interessado Maria de C. P. dos Santos
Endereço, QI 10 conj. "B" casa 05
Assunto Alvará de Construção
Despacho: Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº. 300987/75
Interessado Armando Barros
Endereço: QE 12 Conj. "G" Casa 04
Assunto Alvará de Construção
Desapcho: Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300278/75
Interessado José C. de Oliveira
Endereço: QE 34 Conj. "M" Casa 25
Assunto Alvará de Construção
Despacho: Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº. 300989/75
Interessado: José G. de Freitas
Endereço: QE 15 Conj. "L" Casa 22
Assunto Alvará de Construção
Despacho: Defiro publiq. Arquive-se

Processo nº. 300506/75
Interessado Nelceu Reis
Endereço: QE 10 Conj. "D" Casa 04
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho: Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº 300990/75
Interessado Osmazilio da C. Silva
Endereço QE 32 conj. J casa 21
Assunto Construção de Muro
Despacho: Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº. 300766/75
Interessado José G. de Oliveira
Endereço: QI 07 Conj. "Q" Casa 25
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho: Defiro Publiq. Qarquivé-se

Processo nº. 301007/75
Interessado Cloves Pereira
Endereço: QE 19 Conj. "G" Casa 25
Assunto Construção de Muro
Despacho: Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº. 301000/75
Interessado Elias A. Bonfim
Endereço: QI 07 Conj. "J" Casa 02
Assunto Alvará de Construção
Desapcho: Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº. 300952/75
Interessado Izelina C. de Oliveira
Endereço: QI 06 Conj. "X" Casa 26
Assunto Aprovação de Projeto
Despacho: Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº. 075854/73
Interessado: Hedo Lamar M. Rodrigues
Endereço: QE 26 Conj. "N" Casa 09
Assunto Alvará de Construção
Despacho: Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº. 301020/75
Interessado Severino L. da Silva
Endereço: QE 30 Conj. "O" Casa 11
Assunto Construção de Muro
Despacho: Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº. 301012/75
Interessado Joao F. da Rosa
Endereço QE 17 Conj. "L" Casa 30
Assunto Construção de Muro
Despacho: Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº. 300811/75
Interessado Deomir Pereira
Endereço: QE 32 Conj. "T" Casa 06
Assunto: Alavará de Construção
Despacho: Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº. 301013/75
Interessado: Sebastião A. de Oliveira
Endereço: QE 04 Conj. "F" Casa 165
Assunto Alvará de Construção
Despacho: Defiro Publiq. Arquive-se.

Processo nº. 301004/75
Interessado Canuta S. Ferreira
Endereço: QE 28 Conj. "I" Casa 02
Assunto Construção de Muro
Despacho: Defiro Publiq. Arquive-se

Processo nº. 301008/75
Interessado Cícero B. de Souza
Endereço, QE 28 conj. "S" casa 28
Assunto : Construção de Muro
Despacho: Defiro Publiq. Arquive-se

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
SEÇÃO DO PESSOAL
ATOS DO CHEFE

CANCELAMENTO DA VANTAGEM DO SALARIO FAMILIA
Servidor: Raul Madeiros de Melo
Matrícula: 09.982
Despacho: AUTORIZO, o cancelamento da vantagem do salário família, a partir do mês de Janeiro de 1975, inclusive, do ex-dependente JOSE MARIA, PEREIRA MADEIROS, por ter sido, o mesmo incorporado aos efetivos do Ministério da Aeronáutica, conforme declaração apresentada.

Servidor: Berto Pereira de Souza
Matrícula: 11.431
Despacho: autorizo o cancelamento da vantagem do salário família, a partir do mês de Abril de 1975, inclusive, do ex-dependente SALUSTIANO PEREIRA DE SOUZA, em virtude do seu falecimento, ocorrido em 20/04/75, conforme Certidão de Obito apresentada.

Servidor: Amaury Queiroz de Medeiros
Matrícula: 12.644
Despacho: autorizo o cancelamento da vantagem do salário família, a partir do mês de Março de 1975, inclusive, da ex-dependente MARIA INGRID DE QUEIROZ MEDEIROS, por ter sido a mesma admitida como empregada na firma ALUMI Publicidades Ltda., em 04/03/75, conforme declaração apresentada.

Taguatinga-DF, 07 de abril de 1975
GDF — SEG — RA-III-DAG
PEDRO FIGUEIRA FONSECA
Chefe da Seção de Pessoal

CONCESSAO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

ARTS. 93, 97, 98, 99 e 123, DA LEI 1711 DE 28.10.52

Atestado nº: 846/75-SM
Interessado: Daniel de Souza
Matrícula: 11.559
Período: 31.03.75 a 29.07.75 (Prorrogação)

Atestado nº: 921/75-SM
Interessado: Luiz Amaral
Matrícula: 12.190
Período: 07.04.75 a 30.06.75 (Inicial)

Atestado nº: 951/75-SM
Interessado: Francisco Wladir Barreto Modesto
Matrícula: 12.915
Período: 10.04.75 a 31.05.75 (Inicial)

Atestado nº: 929/75-SM
Interessado: João José Siqueira
Matrícula: 15.358
Período: 10.04.75 a 31.05.75 (Prorrogação)

Atestado nº: 903/75-SM
Interessado: Teófilo Francisco Lopes
Matrícula: 15.593
Período: 03.04.75 a 17.04.75 (Inicial)

Atestado nº: 822/75-SM
Interessado: Elmiro Barbosa de Oliveira
Matrícula: 16.301
Período: 31.03.75 a 28.07.75 (Prorrogação)
Taguatinga-DF, 07 de Maio de 1975
GDF—SEG—RA-III-DAG
PEDRO FIGUEIRA FONSECA
Chefe da Seção de Pessoal

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA
ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 02 DE JUNHO DE 1975.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso da delegação de competência estabelecida no Inciso III, do Artigo 1º. do Decreto nº. 2.755 de 25 de outubro de 1.974,

RESOLVE:

Dispensar ANTONIO UBIRACI DE CARVALHO, Niveladar, Nível 09, Matrícula nº. 11.408, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, de Substituto Eventual do Chefe da Seção de Topografia, da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, desta Administração, da Secretaria do Governo do Distrito Federal, a partir da publicação desta.

Brasília, 02 de junho de 1.975.
ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE MAIO DE 1975

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV, Artigo 21, do Regimento da Administração Regional do Gama, aprovado pelo Decreto nº 2.284, de 12 de junho de 1973, e tendo em vista o que consta do processo nº 262.137/75,

RESOLVE:
AUTORIZAR a firma CONSTRUTORA ACINCO LTDA, a iniciar os serviços de colocação de 7.500 metros lineares de meios-fios nesta Cidade Satélite do Gama, de acordo com as condições estabelecidas e constantes das especificações do Convite nº 05 75 - RA - II, a partir da data do recebimento desta.

ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA
Administrador Regional do Gama

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA
ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE MAIO DE 1975

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso da delegação de competência estabelecida na alínea "a" Inciso II do Artigo 1º do Decreto nº 2.755, de 25 de outubro de 1974,

RESOLVE:
DETERMINAR, a prestação de serviços extrordinários em caráter especial, previstos no Artigo 5º do Decreto "N" nº 618 de 12 de junho de 1967, ao servidor JATIR RODRIGUES DE SOUSA, Marceneiro, nível 10-C, matrícula nº 11.962, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, lotado nesta Administração, da Secretaria do Governo do Distrito Federal, a partir da publicação desta até 31/12/75. na base de 50% e no valor mensal de Cr$ 260,00.
BRASILIA,DF., 28 DE MAIO DE 1975
WALFREDO DE FREITAS

PROCESSO Nº : 240.497/75
INTERESSADO : JOAO ARTUR ALVARENGA
ASSUNTO : Dispensa de Licitação no valor de Cr$ 8.000,00
DESPACHO:
No uso da competência delegada pelo inciso I, artigo 1º do Decreto nº. 2.755, de 25 de outubro de 1974, e nos termos do que estabelece a alínea "c", inciso II, do artigo 3º., do Decreto nº. 1703, de 31 de maio de 1971, dispenso licitação no valor de Cr$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros), em nome do servidor JOAO ARTUR ALVARENGA, para ocorrer às despesas com as festividades do 42º (quadragésimo segundo) aniversário da

cidade de Brazlândia, incluindo serviços prestados, aquisição de material de consumo e de pronta utilização, para adaptação em próprios do Governo; decoração e ornamentação em geral, prêmios e propagandas, assim como o custeio de festas e recepções; condicionando que cada despesa, por sua natureza, não ultrapasse o valor de 05 (cinco) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Tomadas de Contas, da Coordenação do Sistema de Contabilidade da Secretaria de Finanças.
Brazlândia-DF, 28 de abril de 1975.
ANTONIO NETO DE GODOI
Administrador Regional de Brazlândia

PROCESSO Nº: 240.497/75
INTERESSADO: HENRIQUE DE AZEVEDO NETTO
ASSUNTO: Dispensa de Licitação no valor de Cr$ 1.690,00

DESPACHO:
No uso da competência delegada pelo inciso I, artigo 1º, do Decreto nº 2.755, de 25 de outubro de 1974, e nos termos do que estabelece a alínea "c", inciso II, do artigo 3º, do Decreto nº 1703, de 31 de alínea "c", inciso II, do artigo 3º, do Decreto nº 1703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação no valor de
tação no valor de Cr$ 1.690,00 (um mil, seiscentos e noventa cruzeiros), em nome do servidor HENRIQUE DE AZEVEDO NETTO, para ocorrer às despesas com gastos de pequeno vulto
e de necessidade imediata(café, selos, diários oficiais atrasados, etc.), incluindo pequenos consertos em bens nóveis e imóveis, condicionando que cada despesa, por sua natureza, não ultrapasse o valor de 1/5 (hum quinto) do maior salário mínimo em vigor no país.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Exame de Contas da Secretaria de Finanças.
Brazlândia-DF, 22 de maio de 1975

ANTONIO NETO DE GODOI
Administrador Regional de Brazlândia.

PROCESSO Nº: 240,149/75
INTERESSADO: COMPANHIA DE AGUA E ESGOTOS DE BRASILIA CAESB
ASSUNTO: Reconhecimento de dívida.
DESPACHO:
Reconheço a dívida de que trata o presente processo , no valor de Cr$ 40,00 (quarenta cruzeiros), a favor da COMPANHIA DE AGUA E ESGOTOS DE BRASILIA-CAESB, nos termos do artigo 1º, parágrafo único, item III, do Decreto nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Liquidação , do Departamento dea Despesa, da Secretária de Finanças.
Brasília-DF,02 de junho de 1975.

ANTONIO NETO DE GODOI
Administrador Regional de Brazlândia.

PROCESSO Nº: 240.457/75
INTERESSADO: DIVISÃO DE OBRAS/AR—IV
ASSUNTO: Dispensa de Licitação
DESPACHO:
No uso da competência delegada pelo Inciso I, do artigo 1º, do Decreto nº 2.755, de 25 de outubro de 1974, combinado com o disposto na alínea "c", Inciso II, do artigo 3º, do Decreto nº 1703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação no valor de Cr$ 817,00 (oitocentos e desessete cruzeiros), em favor da firma COMERCIAL DUTRA LTDA, para fazer face às despesas com a aquisição de material para execução de novos portões do Estádio de Brazlândia, que será feita pela Divisao de Obras, desta Administração Regional.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral desta AR, para as providências complemntares.
Brazlândia—DF, 17 de abril de 1975
ANTONIO NETO DE GODOI
Administrador Regional de Brazlândia

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

Interessado: Sebastião Pereira de Souza
Matrícula: 117
Período: 24.03.75 a 26.03.75 - Art. 93, 97 e 98 Lei nº 1711
Atestado nº: 793/75-SM

Interessado: Valdomiro Lucindo de Oliveira
Matrícula: 2948
Período: 08.03.75 a 06.04.75 - Art. 93, 97 e 99 Lei nº 1711
L.Médico nº: 656/75-SM

Interessado: Deoclides Martins da Silva
Matrícula: 6527
Período: 01.04.75 a 30.05.75 - Art. 93, 97 e 99 Lei nº 1711
L.Médico nº: 832/75-SM

Interessado: Oswaldo de Souza Dias
Matrícula: 13321
Período: 19.02.75 a 30.03.75 e de 31.03.75 a 10.04.75. Art. 93, 98, 97 e 123 da Lei nº 1711.
Atestado nº: 808/75-SM

Interessado: ANTENOR APRIGIO DIAS
Matrícula: 6675
DESPACHO: Concedo salário família ao servidor, pela dependente FLAVIA ALBERTA SOARES DIAS, filha, nascida em 02.12.74. Autorizo o pagamento a partir de janeiro/75. O período anterior deverá ser requerido por exercícios findos.

Interessado: JOSÉ DE OLIVEIRA NETO
Matrícula: 1312
DESPACHO: Concedo salário família ao servidor pela dependente IZAURA JOSEFA DA SILVA OLIVEIRA, esposa, nascida em 15.12.52, e casamento realizado em 02.[illegible].75. Autorizo o pagamento a partir de abril/75.

Interessado: SILVIO PEREIRA DE BRITO
Matrícula: 1473
DESPACHO: Cancelo o salário família concedido ao servidor pela dependente CLEIDE SIMÕES DE BRITO, filha, em virtude de seu falecimento ocorrido no dia 02.11.72, de acordo com a certidão de óbito nº 4594, livro C-08, folha 218. Cancelamento a partir de dezembro/72.

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE CONCEDIDAS

Interessado: ANTONIO TELES DOS SANTOS
Matrícula: 107
Período: 05.12.74 a 31.01.75 - Art. 123, 97 e 98 - Lei 1711
Atestado nº: 042/75-SM

Interessado: JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS
Matrícula: 172
Período: 13.12.74 a 31.01.75 - Art. 123, 97 e 98 - Lei 1711
Atestado nº: 045/75-SM

Interessado: JOAQUIM TELES DOS SANTOS
Matrícula: 1401
Período: 16.12.74 a 31.12.74 - Art. 93, 97 e 99 - Lei 1711
L.Médico nº: 060/75-SM

Interessado: ANTONIO FELIX DA SILVA FILHO
Matrícula: 12641
Período: 01.01.75 a 02.01.75 - Art. 93, 97 e 99 - Lei 1711.
L.Médico nº: 043/75-SM

Interessado: ANTONIO AUDEX DA SILVA
Matrícula: 200
Período: 27.01.75 a 31.01.75 - Art. 123, 97 e 98 - Lei 1711
Atestado nº: 250/75-SM

Interessado: JOSÉ RAIMUNDO FELICIANO
Matrícula: 16791
Período: 17.01.75 a 31.03.75 - Art. 93, 97 e 99 - Lei 1711
L.Médico nº: 257/75-SM

Interessado: JOÃO EUGENIO DA SILVA
Matrícula: 458
Período: 01.02.75 a 31.05.75 - Art. 93, 97 e 99 - Lei 1711.
L.Médico: 351/75-SM

Interessado: SILVINO PEIXOTO DA SILVA
Matrícula: 13322
Período: 11.03.75 a 21.03.75 - Art. 123, 97 e 98 Lei nº 1711.
Atestado: 697/75-SM

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

ATOS DO ADMINISTRADOR

PROCESSO Nº 200616/75
INTERESSADO: Administração Regional de Planaltina
ASSUNTO: Dispensa de Licitação

DESPACHO:
No uso da competência delegada pelo Artigo 1º Item II do Decreto "E" nº 340 de 12 de dezembro de 1967, com a nova redação dada pelo Decreto nº 1718 de 16 de junho de 1971, combinado com o Artigo 3º Inciso I alínea "f" do Decreto nº 1703 de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação no valor de Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), em favor da Companhia de Eletricidade de Brasília- CEB, para fazer face às despesas com a ampliação do sistema de iluminação pública da Regiao Administrativa de Planaltina.

Brasília, 05 de junho de 1.975

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
Secretário do Governo

ORDEM DE SERVIÇO DE 30 DE MAIO DE 1.975

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso da delegação de competência estabelecida na alínea "a", Inciso II do Artigo 1º do Decreto nº 2.755, de 25 de outubro de 1974,

RESOLVE:

Mandar cessar a prestação de serviços extraordinários em caráter especial, determinada nos termos do Artigo 5º do Decreto "N" nº 618 de 12 de junho de 1967, ao servidor REMINES OLIVEIRA, Armador de Estruturas, nível 08, matrícula nº 655, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir da publicação desta.

BRASILIA, DF., 30 DE MAIO DE 1975

WALFREDO DE FREITAS

ORDEM DE SERVIÇO DE 15 DE MAIO DE 1975
O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso da delegação de competê ncia estabelecida no Inciso III do Artigo 1º do Decreto nº 2.755, de 25 de outubro de 1974,
RESOLVE:
Designar OLIMPIO VIEIRA, Motorista, nível 10-B, matrícula nº 13.074, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituto eventual do Chefe da Seção de Transporte, Símbolo FC— 10, da Divisão de Administração Geral, desta Administração da Secretaria do Governo do Distrito Federal, a partir da publicação desta.
BRASILIA, DF, 15 DE MAIO DE 1975
WALFREDO DE FREITAS

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE MAIO DE 1975
O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso da delegação de competência estabelecida na alínea "b", Inciso II do Artigo 1º do Decreto nº 2.755, de 25 de outubro de 1974,
RESOLVE:
MANDAR CESSAR a aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, atribuída ao servidor JOSÉ FLORI COMBI, matrícula nº 11.554, ocupante da Função em Comissão símbolo FC—08, de Chefe da Seção de Cadastro, da Divisão Regional de Licencimento e Fiscalização de Obras, desta Administração, da Secretaria do Governo do Distrito Federal, a partir de 22 02 75.
BRASILIA,DF, 08 DE MAIO DE 1975
WALFREDO DE FREITAS

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE MAIO DE 1975
O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso da delegação de competência estabelecida na alínea "b", Inciso II do Artigo 1º do Decreto nº 2.755, de 25 de outubro de 1974.
RESOLVE:
MANDAR CESSAR a aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, atribuída ao servidor ANTONIO PEDROSA VIEIRA, matrícula nº 2.395, ocupante da Função em Comissão símbolo FC—10, de Chefe da Seção de Conservação de Logradouros Públicos, da Divisão de Obras, desta Administração, da Secretaria do Governo do Distrito Federal, a partir de 22/02/75
BRASILIA, DF, 08 DE MAIO DE 1975
WALFREDO DE FREITAS

DIVISÃO REGIONAL DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Atos do Diretor

Processo: 200128/75
Interessado: Dilma Leão
Endereço: Q. 11, Lote 09, Rua "E", Vila Vicentina - ST
Assunto: Aprovação de Projeto e Alvará de Construção
Despacho: Deferido. Publique-se e arquive-se.

Processo: 200127/75
Interessado: Hosan Abder Razeq Abder Hadi
Endereço: Q. 02, Conj. C, Lote 20 - SRL
Assunto: Declaração de Localização
Despacho: Deferido. Publique-se e arquive-se.

Processo: 200202/75
Interessado: Francisca de Vasconcelos Araújo
Endereço: Q. 37, Av. Marechal Deodoro nº. 720 - ST
Assunto: Declaração de Localização
Despacho: Deferido. Publique-se e arquive-se.

Processo: 200203/75
Interessado: Adarci Pereira
Endereço: Chácara nº. 05 do Pipiripau - DF
Assunto: Declaração de Localização
Despacho: Deferido. Publique-se e arquive-se.

Processo: 200207/75
Interessado: Joadi Representações Ltda
Endereço: Q. 26, Rua Eugênio Jardim nº. 260 - ST
Assunto: Declaração de Localização
Despacho: Deferido. Publique-se e arquive-se.

Processo: 200200/75
Interessado: Amador da Mota Fernandes
Endereço: Av. Marechal Deodoro nº. 1288 - ST
Assunto: Conservação da Construção existente
Despacho: Deferido. Publique-se e arquive-se.

Processo: 200204/75
Interessado: Geraldo Brito Camelo
Endereço: Q. 15, Lote 09, Vila Vicentina - ST
Assunto: Construção de Muros
Despacho: Deferido. Publique-se e arquive-se.

Processo: 200075/75
Interessado: Jardelino Alves de Oliveira
Endereço: Q. 03, Conj. E, Lote 45 - SRL
Assunto: Acréscimo de Madeira
Despacho: Deferido. Publique-se e arquive-se.

Processo: 200110/75
Interessado: Ideralda Ramos Varela
Endereço: Q. 47, Rua Beijamin Constant nº. 417 - ST
Assunto: Certificado de Numeração e Rebaixamento meio-fio
Despacho: Deferido. Publique-se e arquive-se.

Processo: 200115/75
Interessado: Antonio Alves Silva
Endereço: AV; Contorno nº. 952, Vila Vicentina - ST
Assunto: Declaração de Localização para Feira-Livre
Despacho: Deferido. Publique-se e arquive-se.

Processo: 200089/75
Interessado: Gerilo Gonçalves da Silva
Endereço: Q. 12, Lote 20, Vila Vicentina - ST
Assunto: Construção de Muros
Despacho: Deferido; Publique-se e arquive-se.

Processo: 200078/75
Interessado: Maria Deva Araújo de Azevedo
Endereço: Q. 59. Lote 15, Praça São Sebastião - ST
Assunto: Construção de Muros
Despacho: Deferido. Publique-se e arquive-se.

Processo: 200079/75
Interessado: Diviniana Inácio Coelho
Endereço: Q. 142, Casa 227, Rua 1º de Julho - ST
Assunto: Alvará de Construção abrigo para auto
Despacho: Deferido; Publique-se e arquive-se.

Processo: 200105/75
Interessado: Job Alves dos Santos
Endereço: Q. 02, Lote 10, Vila Vicentina - ST
Assunto: Alvará de Construção de Muros
Despacho: Deferido; Publique-se e arquive-se.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

DESPACHOS

Processo nº: 08.455/75
Interessado: Centro de Seleção e Treinamento

DESPACHO: Nos termos da alínea "c", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor da SPERRY RAND DO BRASIL S.A, para prestação do serviço, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 1.860,00 (hum mil, oitocentos e sessenta cruzeiros).
Brasília, 8 de maio de 1975
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

Processo nº: 07.819/75
Interessado: Coordenação do Sistema de Pessoal

DESPACHO: Nos termos da alínea "c", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor da firma SKORPIOS Máquinas para escritório Ltda, para prestação do serviço, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 920,00 (novecentos e vinte cruzeiros)
Brasília, 8 de maio de 1975
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

Processo nº: 08.088/75
Interessado: SPRINGER BRASILIA ELETRONICA E REFRIGERAÇÃO LTDA.

DESPACHO: Nos termos da alínea "a", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor da SPRINGER BRASILIA ELETRONICA E REFRIGERAÇÃO LTDA, para a prestação do serviço, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 2.397,00 (dois mil, trezentos e noventa e sete cruzeiros).
Brasília, 06 de maio de 1975
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

Processo nº: 08.058/75
Interessado: Centro de Seleção e Treinamento

DESPACHO: Nos termos da alínea "a", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor de ANDRÉ LUIZ DE SOUZA e outros, para fazer face a despesa com a Revisão Geral das Disciplinas Administração de Pessoal e Administração Orçamentária e Financeira ministradas no Treinamento do Grupo Serviços Auxiliares, bem como autorizo a emissão dos empenhos no valor total de Cr$ 960,00 (novecentos e sessenta cruzeiros).
Brasília, 8 de maio de 1975
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Distrito Federal

Processo nº: 08.101/75
Interessado: Centro de Seleção e Treinamento

DESPACHO: Nos termos da alínea "a", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor de ANTONIO JOSÉ GUERRA e outros, para fazer face a despesa com o Processo Seletivo para o Transformação de Cargos à Categoria Funcional de Agente Administrativo do Grupo Serviços Auxiliares SA-400, bem como autorizo a emissão dos empenhos no valor total de Cr$ 7.220,00 (sete mil e duzentos e vinte cruzeiros).
Brasília, 8 de maio de 1975
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

Processo nº: 08.456/75
Interessado: Centro de Seleção e Treinamento

DESPACHO: Nos termos da alínea "a", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor de ANTONIO LICEU GOMES DE OLIVEIRA e outros, para fazer face a despesas com revisão geral das disciplinas ministradas no treinamento do grupo Serviços Auxiliares, bem como autorizo a emissão dos empenhos no valor total de Cr$ 960,00 (novecentos e sessenta cruzeiros).
Brasília, 8 de maio de 1975
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

Processo nº 07.558/75
Interessado: Centro de Seleção e Treinamento

DESPACHO: Nos termos da alínea "a", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor de CEPLON — Assessoria Métodos e Planejamento Ltda, no valor de Cr$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros), pela participação do servidor JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA no Seminário de Introdução de Desenvolvimento Organizacional a realizar-se no Rio de Janeiro, bem como autorizo a emissão do empenho no valor acima.
Brasília, 18 de abril de 1975.
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

Processo nº 07.482/75
Interessado: Coordenação do Sistema de Transportes Internos
DESPACHO: Nos termos da alínea "f", inciso I, artigo 3º do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971, combinado com o inciso II, artigo 1º, do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967, alterado pelo Decreto nº 1.718, de 16 de junho de 1971, dispenso a licitação a favor da SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA LTDA- TCB, para recuperação de pneus, baterias, etc, bem como autorizo a emissão do empenho por ESTIMATIVA no valor de Cr$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros).
Brasília, 24 de abril de 1975.
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

Processo nº 07.414/75
Interessado: Centro de Seleção e Treinamento
DESPACHO: Nos termos da alínea "a", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor da OLIVETTI DO BRASIL S/A, para prestação do serviço, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 1.080,00 (Hum mil e oitenta cruzeiros).
Brasília, 24 de abril de 1975.
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 07 769/75
INTERESSADO: DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - SEA
DESPACHO: Nos termos da alínea "a", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor da VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S/A - VASP, para aquisição de passagens aéreas para o Gabinete da Secretaria de Administração, bem como autorizo a emissão do empenho por ESTIMATIVA no valor de Cr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).
Brasília, 24 de abril de 1975
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

PROCESSO N: 07.378/75
INTERESSADO: DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - SEA
DESPACHO: Nos termos da alínea "c", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor da firma AUTO ELETRÔNICA EDSON LTDA, para prestação do serviço, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 760,00 (setecentos e sessenta cruzeiros).
Brasília, 24 de abril de 1975
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 07.772/75
INTERESSADO: DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - SEA

DESPACHO: Nos termos da alínea "c", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor de LOURIVALDO SOARES MARQUES, para fornecimento de jornais para o Gabinete da Secretaria de Administração, bem como autorizo a emissão do empenho por ESTIMATIVA no valor de Cr$ 1.800,00 (um mil e oitocentos cruzeiros).
Brasília, 24 de abril de 1975
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

Processo nº: 006043/75
Interessado: Governo do Distrito Federal
Assunto: Aquisição do material
Despacho: Nos termos do artigo 3º, inciso I, alínea "e", do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 1º, inciso II, do Decreto "E", nº 340, de 12 de dezembro de 1967, alterado pelo artigo 1º, inciso II, do Decreto nº 1 718, de 16 de junho de 1971, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 93, diretamente da firma IBM DO BRASIL INDUSTRIA, MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA., no valor de Cr$ 37.965,00 (trinta e sete mil, novecentos e sessenta e cinco cruzeiros).
Em 15, de maio de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

PROCESSO Nº: 006.029/75
INTERESSADO: GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL
DESPACHO: Nos termos do artigo 3º, inciso I, alínea "e", do Decreto nº 1703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 1º, Inciso II, do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967, alterado pelo artigo 1º inciso II, do Decreto nº 1 718, de 16 de junho de 1971, dispenso licitação para compra dos veículos especificados às fls 60 e 61, diretamente das firmas GENERAL MOTORS DO BRASIL S.A., no valor de Cr$ 44.587,69 (quarenta e quatro mil quinhentos e oitenta e sete cruzeiros e sessenta e nove centavos), e da no valor de Cr$ 207.786,50 (duzentos e sete mil setecentos e oitenta e seis cruzeiros e cinquenta centavos).

Em 22 de abril de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO Nº: 006.029/75
INTERESSADO: GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL
DESPACHO: Nos termos do artigo 3º, inciso I, alínea "e", do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 1º, inciso II, do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967, alterado pelo artigo 1º, inciso II, do Decreto nº 1 718, de 16 de junho de 1971, dispenso a licitação para compra dos veículos especificados às fls. 43, diretamente da firma CHRYSLER CORPORATION DO BRASIL, no valor de Cr$ 548.643,00 (quinhentos e quarenta e oito mil, seiscentos e quarenta e três cruzeiros) acrescido da importância de Cr$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), relativo ao frete de São Paulo à Brasília, que deverá ser paga à firma SIMAC AUTOMÓVEIS SOCIEDADE ANÔNIMA.
Em 31 de março de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Processo nº: 052.718/75
INTERESSADO: GABINETE DO GOVERNADOR
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL
DESPACHO: Nos termos do artigo 3º, inciso II, alínea "a", do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para compra do material relacionado às fls. 10, diretamente da firma INDAIÁ - ÁGUAS MINERAIS S/A., no valor de Cr$ 9.990,00 (nove mil, novecentos e noventa cruzeiros).
Em 04 de abril de 1975.
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO Nº: 07.425/75
INTERESSADO: COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES INTERNOS
DESPACHO: Nos termos da alínea "a", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor da empresa IRMÃOS MATSUNAGA LTDA, para fornecimento de passes de ônibus para servidores da Secretaria de Administração, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 660,00 (seiscentos e sessenta cruzeiros).
Brasília, 8 de maio de 1975
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 07.423/75
INTERESSADO: COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES INTERNOS
DESPACHO: Nos termos da alínea "f", inciso I, artigo 3º do Decreto nº 1703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 1º inciso II, do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967, alterado pelo Decreto nº 1 718, de 16 de junho de 1971, dispenso a licitação a favor da SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA-TCB, para fornecimento de passes de ônibus para servidores da Secretaria de Administração, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 1.020,00 (um mil e vinte cruzeiros).
Brasília, 8 de maio de 1975
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 07.424/75
INTERESSADO: COORD. DO SISTEMA DE TRANSPORTES INTERNOS
DESPACHO: Nos termos da alínea "a", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor da VIPLAN - Viação Planalto Ltda, para fornecimento de passes de ônibus para servidores da Secretaria de Administração, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 2.304,00 (dois mil, trezentos e quatro cruzeiros).
Brasília, 8 de maio de 1975
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

Processo nº: 006043/75
Interessado: Governo do Distrito Federal
Assunto: Aquisição de material
Despacho: HOMOLOGO, com fundamento no artigo 34 do Decreto nº 1 703 de 31 de maio de 1971, o resultado da Tomada de Preços nº 19/75-SEA, no valor de Cr$ 65.476,60 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e seis cruzeiros e sessenta centavos), de acordo com o parecer da fls. 84 da Comissão de Licitação.
Em 15 de maio de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO Nº : 007..186 75
INTERESSADO : GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL
DESPACHO: Nos termos do artigo 3º, inciso II, alínea "c", do Decreto nº 1703, de 31 de maio de 1971, dispenso a Licitação para compra do material especificado às fls 09, diretamente da firma INDAIÁ-AGUAS MINERAIS S/A, no valor de Cr$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros).
Em 13 de maio de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO Nº : 007.187/75
INTERESSADO: GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL
DESPACHO: Nos termos do artigo 3º, inciso II, alínea "c", do Decreto nº 1703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 10, diretamente da firma INDUSTRIA DE PLACAS E LETREIROS BRASÍLIA LTDA., no valor de Cr$ 385,00 (trezentos e oitenta e cinco Cruzeiros).
Em 13 de maio de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
Em 13 de maio de 1975
JORGE CAETANO
Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº 007.189/75
INTERESSADO : GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO: AQUISIÇAO DE MATERIAL
DESPACHO: Nos termos do artigo 3º inciso II, alínea "c", do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1 971, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 07, diretamente da firma SOCIEDADE

GUANABARA LTDA., no valor Cr$ 110,00 (cento e dez cruzeiros).
Em 13 de maio de 1 975
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO Nº : 221.792/75
INTERESSADO : FRANCISCO BARBOSA DE ASSIS
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE MATERIAL
DESPACHO : Nos termos do artigo 3º., inciso II, alínea "c", do Decreto nº. 1 703, de 31 de maio de 1 971, dispenso a licitação para compra de gêneros alimentícios e refrigerantes, de acordo com o plano de aplicação de fls. 03, pelo servidor FRANCISCO BARBOSA DE ASSIS, consignatário do adiantamento no valor de Cr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).
Em 06 de Maio de 1 975

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal.

Processo nº , 145746/74
Interessado : Divisão de Administração - SLU
Assunto : Alineação de material considerado inservível
Despacho : HOMOLOGO, com fundamento no artigo 34, do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1.971, o resultado da Alienação de material considerado inservível, objeto do Edital nº 01/75-AL-SEA, de acordo com o parecer de fls. 82 da Comissão de Licitação.
Em 06 de Maio de 1.975

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal.

PROCESSO Nº : 007.236 75
INTERESSADO : GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE MATERIAL
DESPACHO : Nos termos do artigo 3º. inciso II, alínea "a", do Decreto nº. 1 703, de 31 de maio de 1 971, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 08, diretamente da firma IBM DO BRASIL INDUSTRIA, MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA., no valor de Cr$ 8.253,00 (oito mil duzentos e cinquenta e três cruzeiros).
Em 24 de Abril de 1 975
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇAO DO DISTRITO FEDERAL

Processo nº : 003966/75
Interessado : Depósito de Peças e Acessórios - CSTI - SEA
Assunto : Aquisição de material
Despacho : HOMOLOGO, com fundamento no artigo 34, do Decreto nº 1.703 de 31 de maio de 1.971, o resultado da Tomada de Preços nº. 14/75-SEA, no valor de Cr$367.100,69 (trezentos e sessenta e sete mil, cem cruzeiros e sessenta e nove centavos), de acordo com o parecer de fls 357, 358, 359 e 360 da Comissão de Licitação.
Em, 30 de abril de 1 975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

Processo nº 004747/75
Interessado: Seção de Material e Patrimônio
Assunto: Aquisição de material
Despacho: HOMOLOGO, com fundamento no artigo 34, do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1.971, o resultado da Tomada de Preços nº 016/75-SEA, no valor de Cr$ 32.585,00 (trinta e dois mil, quinhentos e oitenta e cinco cruzeiros), de acordo com o parecer de fls 82 e 83 da Comissão de Licitação.
Em 2 de maio de 1 975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº : 200.190/75
INTERESSADO : DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
ASSUNTO : Nos termos do artigo 3º., inciso II, alínea "c", do Decreto nº. 1 703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para compra de peças e acessórios para veículos e máquinas pesadas, de acordo com o plano de aplicação e fls. 05 pelo servidor ANTONIO MARTINEZ JABER BARBOSA, consignatário do adiantamento no valor de Cr$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), nos termos da legislação em vigor.
Em 29 de Abril de 1 975

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

PROCESSO Nº : 200.376/75
INTERESSADO : DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - RA-VI
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE MATERIAL
DESPACHO : Nos termos do artigo 3º., inciso II, alínea "c", do Decreto nº. 1 703, de 31 de maio de 1 971, dispenso a licitação para compra de peças e acessórios para máquinas e aparelhos, de acordo com o plano de aplicação às fls. 05, pelo servidor FABRICIO DE ANDRADE, consignatário do adiantamento no valor de Cr$ 900,00 (novecentos cruzeiros).
Em 29 de abril de 1975

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

PROCESSO Nº : 007.191/75
INTERESSADO : GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO : AQUISIÇAO DE MATERIAL
DESPACHO : Nos termos do artigo 3º inciso II, alínea "c", do Decreto nº. 1 703, de 31 de maio de 1 971, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls.08, diretamente da firma INDAIA—AGUAS MINERAIS S/A., no valor de Cr$ 45,00 (quarenta e cinco cruzeiros).
Em 13 de maio de 1 975
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº : 008.062/75
INTERESSADO : GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

ASSUNTO : AQUISIÇAO DE MATERIAL
DESPACHO : Nos termos do artigo 3º, inciso II, alínea "a" do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 06, diretamente da firma XEROX DO BRASIL S/A - REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS, no valor de Cr$ 1.947,00 (um mil novecentos e sete cruzeiros).
Em 13 de maio de 1 975
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 005.244/75
INTERESSADO: DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - SSS
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º, inciso II, alínea "c", do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 07, diretamente da firma EMPRESA GRÁFICA GUTENBERG LTDA., no valor de Cr$ 809,60 (oitocentos e nove cruzeiros e sessenta centavos).

Em 29 de abril de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

PROCESSO Nº: 283.257/74
INTERESSADO: PEDRO BEZERRA DA SILVA - Mat. nº 333
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

INDEFIRO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 339/67, e artigo 80, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250/73, a licença para trato de interesse particular, de acordo com o parágrafo 2º, do artigo 110 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.
Brasília, 28 de abril de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

O CHEFE DA SEÇAO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta da OS/DRMP, 17/02/75.

RESOLVE:
Mandar JOAO BORGES MARTINS Cargo Carpinteiro, nível 12, matrícula nº 11." do QUADRO PROVISORIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercício na Divisão de Administração Geral (seç. Mat. Transportes, desta Secretaria.
Distrito Federal, 17.02.75
MARIA DE LOURDES CORDEIRO DE CASTILHO
Chefe da Seção de Pessoal-DAG-SEA

O CHEFE DA SEÇAO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº 428 DE JULHO DE 1965, e tendo em vista o que consta do
RESOLVE:
Mandar NIVARDO BARROS DE MACEDO, Cargo AUXILIAR DE VENDAS, nível 05, matrícula nº 12.193 do QUADRO PROVISORIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercício na COORDENAÇAO DO SISTEMA DE TRANSPORTES INTERNOS,desta Secretaria.
Distrito Federal, 17/02/75.
MARIA DE LOURDES CORDEIRO DE CASTILHO
Chefe da Seção de Pessoal - DAG-SEA

O CHEFE DA SEÇAO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do processo
RESOLVE:
Mandar ADAY ALVES DOS SANTOS, Cargo APONTADOR FISCAL, nível 08-A, matrícula nº 9.364 do QUADRO PROVISORIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercício na COORDENAÇAO DO SISTEMA DE PESSOAL, desta Secretaria.
Distrito Federal, 17/02/75.
MARIA DE LOURDES CORDEIRO DE CASTILHO
Chefe da Seção de Pessoal-DAG-SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do processo nº

RESOLVE:
Mandar SEBASTIAO GARÇAO DE CAMPOS: Cargo PEDREIRO, nível 10-C, matrícula nº 16.491 do QUADRO PROVISORIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercício na DIVISAO DE ADMINISTRAÇAO DE PROPRIOS, desta Secretaria.
Distrito Federal, 18/02/75.
MARIA DE LOURDES CORDEIRO DE CASTILHO
Chefe da Seção de Pessoal-DAG-SEA

O CHEFE DA SEÇAO DE PESSOAL, da Divisão de Adminisnistração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do processo nº OS "DRMP" 18/2/75;
RESOLVE:
Mandar JOVELINO ANTONIO VIEIRA, Cargo OPERADOR DE MAQUINAS LEVES: NIVEL 8-A, matricula nº 11.694 do QUADRO PROVISORIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercicio no CENTRO DE SELEÇAO E TREINAMENTO, desta Secretaria.
Distrito Federal, 18 de fevereiro de 1975.
MARIA DE LOURDES CORDEIRO DE CASTILHO
Chefe da Seção de Pessoal - DAG-SEA

O CHEFE DA SEÇAO DO PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do processo nº

RESOLVE:
REMOVER DAVID CALIXTO DIB, cargo Assistente Comercial, nível 16, matrícula nº. 10.228, do QUADRO PROVISORIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, da DIVISAO DE ADMINISTRAÇAO GERAL, para a COORDENAÇAO DO SISTEMA DO MATERIAL, desta Secretaria.
Distrito Federal, 26 de março de 1975
Maria de Lourdes Cordeiro de Castilho
Chefe da Seção de Pessoal-DAG-SEA

O CHEFE DA SEÇAO DO PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do processo nº.,

RESOLVE:
REMOVER RAIMUNDO DE SOUZA, cargo CONDUTOR TECNICO, nível 16-A, matrícula nº 12.030, do QUADRO PROVISORIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, da DIVISAO DE ADMINISTRAÇAO GERAL, para o CENTRO DE SELEÇAO E TREINAMENTO, desta Secretaria.
Distrito Federal, 25 de março de 1975
Maria de Lourdes Cordeiro de Castilho
Chefe da Seção de Pessoal-DAG-SEA

PROCESSO Nº.: 25.316/74
INTERESSADO: JOSE VALENTIM DE SOUZA NETO-Mat. 12.638 - SSS

ASSUNTO: PROCESSO ESPECIAL
Aprovo o relatório da Supervisão de Processos Administrativos que concluiu pela não ocorrência de acidente em serviço, sofrido pelo servidor JOSE VALENTIM DE SOUZA NETO, Motorista, nível 8-A, matrícula nº. 12.638.
À Coordenação do Sistema de Pessoal para ciência.
Brasília, 29 de abril de 1975
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

O CHEFE DA SEÇAO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do
RESOLVE:
MANDAR AURINO PEREIRA DE SOUZA, Cargo TRABALHADOR, Nível 01, matrícula nº 13.438 do QUADRO PROVISORIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercício SUPERVISAO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, desta Secretaria.
Distrito Federal, 25 de março de 1975
Maria de Lourdes Cordeiro de Castilho
Chefe da Seção de Pessoal -DAG-SEA

O CHEFE DA SEÇAO DO PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confedere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965.
RESOLVE:
Remover JOSE RODRIGUES DE SOUZA, cargo CARPINTEIRO nível 09—B, matrícula nº 10563, do QUADRO PROVISORIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, da DIVISAO DE ADMINISTRAÇAO GERAL, para a COORDENAÇAO DO SISTEMA DE PESSOAL, desta Secretaria.
Distrito Federal, 13/02/75
Maria de Lourdes Cordeiro de Castilho
Chefe da Seção de Pessoal — DAG—SEA

O CHEFE DA SEÇAO DO PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965,
RESOLVE:
Remover ANTONIO SOFONIAS DE ARAUJO, cargo CARPINTEIRO, nível 09-B, matrícula nº 14553, do QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, da DIVISAO DE ADMINISTRAÇAO GERAL, para a DIVISAO DE ADMINISTRAÇAO DE PROPRIOS, desta Secretaria.
Distrito Federal, 114/02/75
Maria de Lourdes Cordeiro de Castilho
Chefe da Seção de Pessoal — DAG — SEA

O CHEFE DA SEÇAO DO PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965,
RESOLVE:
Remover FLAUSINA GERMANO DE FREITAS, cargo AUXILIAR DE VENDAS, nível

05, matrícula nº 14189, do QUADRO PROVISORIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, da DIVISAO DE ADMINISTRAÇAO GERAL, para a COORDENAÇAO DO SISTEMA DE PESSOAL, desta Secretaria.
Distrito Federal, 414/02/75
Maria de Lourdes Cordeiro de Castilho
Chefe da Seção de Pessoal — DAG—SEA

O CHEFE DA SEÇAO DO PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965,
RESOLVE:
Remover EDNA VIEIRA DE OLIVEIRA, cargo TELEFONISTA, nível 07, matrícula nº 16980, do QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, da DIVISAO DE ADMINISTRAÇAO GERAL para a COORDENAÇAO DO SISTEMA DE PESSOAL, desta Secretaria.
Distrito Federal,14/02/75
Maria de Lourdes Cordeiro de Castilho
Chefe da Seção de Pessoal — DAG — SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DO PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a" do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1975, e tendo em vista o que consta do peocesso nº 005471/75
RESOLVE:
REMOVER MARIA DE LOURDES CUOCO PORTUGAL, cargo Professora do Ensino Elementar, nível 13, matrícula nº 7095, do QUADRO PROVISÓRIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, do (a) COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL, para o () DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO - SEA, desta Secretaria.
Distrito Federal, 19 de março de 1975
Maria de Lourdes Cordeiro de Castilho
Chefe da Seção de Pessoal - DAG-SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº. 428 de 28 de julho de 1 965, e tendo em vista o que consta do O.S./DRMP de 11/03/75,

RESOLVE:
MANDAR o servidor JOSE ALVES DA SILVA,
Cargo PEDREIRO
Nível 09 matrícula 16.421 do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício na Coordenação do Sistema de Transpostes Internos desta Secretaria.

Distrito Federal, 18 de março de 1 975
ELIAS XAVIER DE LIMA
Chefe da Seção de Pessoal - DAG-SEA
Substituto.

O CHEFE DA SEÇÃO DO PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº. 428 de 28 de julho de 1 965, e tendo em vista o que consta do processo nº.——————

RESOLVE:

REMOVER: OVIDIO PEREIRA DE SOUZA,
Cargo Operário Rural
Nível 06 matrícula nº. 16.317 do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, do (a) Divisão de Administração Geral para o (a) Divisão de Adiministação de Próprios desta Secretaria.
Distrito Federal, 18/03/75.

ELIAS XAVIER DE LIMA
Chefe da Seção de Pessoal - DAG-SEA
Substituto.

O CHEFE DA SEÇÃO DO PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº. 428 de 28 de julho de 1 975, e tendo em vista o que consta do processo nº.

RESOLVE:

REMOVER, ENEDINO ALVES DOS SANTOS
CARGO APONTADOR FISCAL
NIVEL 10-C Matrícula nº. 13.418 do Quadro Provsório de Pessoal do Distrito Federal, do (a) Divisão de Administração Geral, para o (a) Coordenação do Sistema de Transportes Internos, des Secretaria.

Distrito Federal, 18/03/75

ELIAS XAVIER DE LIMA
Chefe da Seção de Pessoal - DAG-SEA
Substituto.

O CHEFE DA SEÇÃO DO PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965,

RESOLVE:
REMOVER PETRONIO NUNES DA SILVA cargo Apontador Fiscal nível 10-C matrícula nº 09.882 do QUADRO PROVISÓRIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, do (a) DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, para o (a) DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO-SEA, desta Secretaria.

Distrito Federal, 19 de março de 1975
Maria de Lourdes Cordeiro de Castilho
Chefe da Seção de Pessoal-DAG-SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 27, alínea A, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004627/75,
RESOLVE:
Remover os servidores abaixo:
Mat. 00743
Nome: JOSÉ PEDRO GONÇALVES
Mat. 14.372
Nome: FLORIANO ZAVADISKI
Função: Carpinteiro
Nível: 8-A
Função: Elet. Instalador
Nível 9-B
Ambos do QUADRO PROVISORIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal (S E R P), para a DIVISAO DE ADMINISTRAÇÃO DE PRÓPRIOS, desta Secretaria.
Distrito Federal, 11 de março de 1975.

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alíne A, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004627/75,
RESOLVE:
Remover, o servidor BENEDITO TELIS DA SILVA, Operário Rural, Nível 06, matrícula 11.330 do QUADRO PROVISORIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal (S E R P), para a Coordenação do Sistema de Material, desta Secretaria.
Distrito Federal, 11 de março de 1975.
Maria de Lourdes Cordeiro de Castilho
Chefe da Seção de Pessoal - DAG-SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 27, alínea A, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004627/75,

RESOLVE:
Remover os servidores abaixo:
Mat. Nome
02.747 JOSÉ RITA MACHADO DA SILVA
11.864 JOSÉ EDUARDO DA SILVA
Função Nível

Trabalhador 01
Aux. Rural 03
Ambos do QUADRO PROVISÓRIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal (S E R P), para o CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, desta Secretaria.
Distrito Federal, 11 de março de 1975.
Maria de Lourdes Cordeiro de Castilho
Chefe da Seção de Pessoal-DAG-SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, de Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 27, alínea A, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004627/75,

RESOLVE:
Remover os servidores abaixo:
Mat. 16.750
Nome: Joquim Borges Sobrinho
Função: Aux.Portaria
Nível: 07
Mat. 15.458
Nome: José Batista Guedes
Função: Lubrificador
Nível: 07
Ambos do QUADRO PROVISÓRIO DE PESSOAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal - (S E R P), para Coordenação de Sistema de Transportes Intemos- CSTI, desta Secretaria.
Distrito Federal, 11 de março de 1975
Maria de Lourdes Cordeiro de Castilho
Chefe da Seção de Pessoal - DAG-SEA

DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO

Atos do Diretor

SEÇAO DE PROCESSAMENTO DE VANTAGENS.

Despachos do Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro.
AUXILIO-DOENÇA - DEFERIDO.
Proc. 058119/75
NOME: Luiz Mendes Cordeiro
Matrícula nº 12.973
Cargo: Oficial de Administração - Nível 14-B Lotação: SEA
Assunto: Auxílio-Doença
Despacho: - No uso das atribuições conferidas pelo item VII, artigo 85, "CONCEDO", 01 (um) mês de vencimento a título de Auxílio-Doença, nos termos dos artigos 118-V e 143, da Lei 1711, de 28 de outubro de 52, por constar com 12 meses ininterrúptos de licenças para tratamento de saúde no período de: 27.12.73 a 01.05.75, recomendadas em consequência de doença prevista no artigo 104, da referida Lei.

AUXILIO-DOENÇA - INDEFERIDO.
Proc. 058395/75
NOME: Osvaldo Mota
Matrícula nº. 11.624
Cargo: Pedreiro - Nível 10-B
Lotação: SSS
Assunto: Auxílio-Doença
Despacho: - No uso das a atribuições conferidas pelo item VII, artigo 85, anexo I, do Decreto 2250, de 08 de maio de 1973, "INDEFIRO", o pedido com base nos artigos 118-V e 143, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952, porque as licenças para tratamento de saúde, concedidas ao funcionári, não foram enquadradas em razão de molestia prevista no artigo 104, da referida Lei.

Proc. 105782/75
NOME: Nicéia de Melo Vaz
Matrícula nº 8.089
Cargo: Atendente - Nível 09
Lotação: SES
Assunto: Auxílio-Doença
Despacho:- No uso das atribuições conferidas pelo item VII, artigo 85, anexo I, do Decreto 2250 de 08 de maio de 1.973, INDEFIRO",o pedido com base nos artigos 118-V e 143, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1.952, porque as licenças para tratamento de saúde, concedidas a funcionária, não foram enquadradas, em razão de molestia prevista no artigo 104, da referida Lei.

Brasília, 27 de maio de 1.975

ELIESSE FERREIRA ALVES
Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro
substituto
CSP-SEA

Proc. nº. 19709/75
Nome: LUCAS PEREIRA DA SILVA
Matrícula 14.586
Cargo: Carpinteiro nível 09
Lotação: CERP
Assunto: Auxílio-Doença
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo item VII, artigo 85, anexo I, do Decreto 2250, de 08 de maio de 1973, "INDEFIRO", o pedido com base nos artigos 118-V e 143, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952, por não contar o funcionário com 12 meses ininterrupto de licença para tratamento da saúde

Proc nº 18950/75
Nome: MAURO ALVARENGA
Matrícula 15.870
Cargo: Motorista nível 10-B
Lotação: SEF
Assunto: Auxílio Doença
Despacho: - No uso das atribuições conferidas pelo item VII, artigo 85, anexo I, do Decreto 2250, de 08 de maio de 1.973, "INDEFIRO", o pedido com base nos artigos 118-V e 143, da lei 1711, de 28 de outubro de 1952, por constatar que as licenças concedidas ao funcionário não foram enquadradas em consequência de doença prevista no artigo 104, da referida lei.
AUXILIO-DOENÇA-DEFERIDO
Proc.: nº 18.706/75
Nome:SANTILIO RIBEIRO DOS SANTOS
Matrícula nº 14848
Cargo: Intelador e Estofador nível 10-B
Lotação SERP
Assunto: Auxílio-Doenca
Despacho: - No uso das atribuições conferidas pelo item VII, artigo 85, anexo I, do Decreto 2250, de 8 de maio de 1973, "CONCEDO", 01 (um), mês de vencimento a título de Auxílio-Doença, nos termos dos artigos 118-V e 143, da lei 1711, de 28 de outubro de 1952, por contar o funcionário com 12 meses consecutivos de licença para tratamento de saúde período ininterrupto de 05.09.73 a 04.09.74, recomendada em consequência de doença prevista no artigo 104, da referida lei.

PRO. DE LIC. PARA TRAT. DE SAUDE - EX OFFICIO
Nome: JOÃO JOSÉ SIQUEIRA
Matrícula 15.358

Cargo: Guarda nível 10-B
Lotação : RA-III
Assunto PLTS EX OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo item I, artigo 85, anexo I, do Decreto 2250, de 08 de maio de 1973, "concedo EX OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saúde a partir de 01.06.75, até a publicação do ato concessório de aposentadoria, nos termos dos artigos 95 parágrafo único e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

PROR. DE LIC. PARA TRAT. DE SAUDE- EX OFFICIO
Nome: JORGE EUZEBIO EWRTON
Matrícula 15842
Cargo: Motorista nível 10-B
Lotação: SEA
Assunto: PLTS EX OFFICIO
Despacho: - No uso das atribuições conferidas pelo item I, artigo 85, anexo I, do Decreto 2250, de 08 de maio de 1973, "concedo EX OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saúde a partir de 01.07.75, até publicação do ato concessório de aposentadoria, nos termos dos artigos 95 parágrafo único e 97 da Lei 1711 de 28 de outubro de 1952.
NOME: MARIA JOSÉ PINHEIRO
Cargo: Atendente nível 09
Matrícula 5.312
Lotação SES
Assunto : PLTS EX OFFICIO
Despacho: - No uso das atribuições conferidas pelo item I, artigo 85, anexo I, do Decreto 2250, de 08 de maio de 1973, "concedo EX-OFFICIO, prorrogação de licença para tratamento de saúde a partir de 01.06.75, até a publicação do ato concessório de aposentadoria, nos termos dos artigos 95, parágrafo único e 97, da lei 1711, de 28 de outubro de 1952.
Nome: STAEL CARVALHO LOPES
Matrícula 3.570
Cargo: Professor de Ensino Elementar nível 13-B
Lotação SEC
Assunto: PLTS EX OFFICIO
Despacho: - No uso das atribuições conferidas pelo item I, artigo 85, anexo I, do Decreto 2250, de 08 de maio de 1973, "concedo EX OFFICIO, prorrogação de licença para tratamento de saúde a partir de 28.05.75, até a publicação do ato concessório de aposentadoria, nos termos dos artigos 95 parágrafo único e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.
Brasília, 04 de junho de 1975

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL

SEÇAO DE CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE MAIO DE 1 975.
PROCESSO Nº 008 004/75
NOME : SEVERINO FERREIRA DA SILVA
MATR.: 9 907
CARGO : ARMAZENISTA
NIV.: 10—B
QUADRO : PROVISORIO
ASSUNTO:
Averba neste Govêrno 1 887 dias, ou seja: 05 anos 02 meses e 02 dias, prestados ao Ministério do Exército, no período de 01-11-45 a 02-01-51.

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE MAIO DE 1 975.
PROCESSO Nº 055 972/75
NOME : ANNE SHIRLLEY ALBUQUERQUE PONTES
Matr.: 14.416
CARGO : INSPETORA DE ENSINO MEDIO
COD.: MG. 02.19
QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL.
ASSUNTO:
Averba neste Govêrno os seguintes períodos:
a) 1917 dias, prestados ao Estado

da Paraíba, no período de 12-02-63 a 12-05-68.
b) 80 dias, prestados ao mesmo órgao, no períodode 13-05-68 a 12-05-68, perfazendo um total de 1 997 dias, ou seja: 05 anos, 05 meses e 22 dias.

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE MAIO DE 1 975
PROCESSO Nº 07408/75
NOME : MARIA DE ARÁUJO NETA
MATR.: 9 007
CARGO : PROFESSORA DO E. MEDIO
COD. MG. 01-02-19
QUADRO : DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL.
ASSUNTO: Averba neste Govêrno 536 dias, ou seja: 01 ano, 05 meses e 21 dias, prestados à Fundação Educacional do Distrito Federal, no período de 04-08-65 a 28-02-67, averbado somente para fins de aposentadoria.
VILLEMON CRUZ DE LIMA
Seção de Contagem de Tempo de Serviço DCF, CSP
Chefe Substituto
WLADIMIR DA MOTTA REZENDE
Diretor da Divisão de C. Financeiro

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE MAIO DE 1 975
PROCESSO Nº 007828/75
NOME : ANTONIO TOMAZ DA SILVA
MATR.: 16.524
CARGO : PINTOR
NIV.: 09—B
QUADRO,PROVISÓRIO
ASSUNTO : Averba neste Govêrno 749 dias, ou seja: 02 ano e 19 dias, prestados ao Estado da Paraíba, no período de 15-01-58 a 04-02-60

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE MAIO DE 1 975
PROCESSO Nº 054 500/75
NOME : JOAO EVANGELISTA
MATR.: 14744
CARGO : DESENHISTA
NIV.: 12—A
QUADRO PROVISORIO
ASSUNTO: Averba neste Govêrno 2886 dias, prestado ao Colégio Estadual Agrícola WENCESLAU BRAZ — MG no período de 04-02-50 a 29-12-57, somente para fins de aposentadoria.

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE MAIO DE 1 975
PROCESSO Nº. 057 811/75
NOME : JOSE SILVEIRA FILHO
MATR.: 9 124
CARGO DESENHISTA
NIV.: 16—C
QUADRO : PROVISORIO
ASSUNTO: Averba neste Governo 828 dias, ou seja: 02 anos 03 meses e 08 dias, prestado ao Estado de Goiás, no período de 01-01-49 a 05-11-51.

ORDEM DE SERVIÇO DE MAIO DE 1 975

PROCESSO Nº 043 715/73
NOME : MARLENE GUSMAO
MATR.: 16 936
CARGO : Tecnico em Contabilidade
NIV.: 15-C
QUADRO : PROVISORIO
ASSUNTO : Averba neste Govêrno 1 960 dias, ou seja : 05 anos, 04 meses e 15 dias, prestado ao Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Empregados em Transportes e Carga -IAPTEC, no período de 05-09-53 a 30-11-59.
VILLEMON CRUZ DE LIMA
Seção de Contagem de Tempo de Serviço DCF, CSP
Chefe Substituto
WLADIMIR DA MOTA REZENDE
Diretor da Divisão de C. Financeiro

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE MAIO DE 1975.
PROCESSO Nº 057.529/75
NOME; LOURIVAL ALVES DE LIMA - MATR; 9699
CARGO; APONTADOR FISCAL - NIV.; 8-A
QUADRO; PROVISORIO
ASSUNTO; Averba neste Govêrno 1.108 dias, ou seja; 03 anos e 13 dias, prestados à Prefeitura Municipal de Anápolis-GO., no período de 01-05-57 a 04-05-60.

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE MAIO DE 1975.
PROCESSO Nº. 056.527/75
NOME; JOSE ROBERTO DA SILVA - MATR; 1336
CARGO; MOTORISTA - NIV.; 10-B
QUADRO; PROVISORIO
ASSUNTO; Averba neste Govêrno 324 dias, ou seja 10 meses e 24 dias, prestados ao Ministério do Exercito, no período de 07-06-54 a30-04-55, somente para fins de aposentadoria.

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE MAIO DE 1975.
PROCESSO Nº 057.789/75
NOME; AUREA SCHIOCHET matr. 4711
CARGO; PROFESSORA DO E. ELEMENTAR - NIV.; 13-B
QUADRO; PROVISORIO
ASSUNTO; Retifica a ORDEM DE SERVIÇO expedida a servidor atraves do BS 83/67, para declarar que a servidora averba neste Governo 444 dias, ou seja; 01 ano, 02 meses e 19 dias, prestados à Fundaçao Educacional do Distrito Federal, no período de 09-05-62 a 31-05-63.
Villemon Cruz de Lima
Seção de Contagem de Tempo de Serviço DCF.CSP
Chefe Substituto
WLADIMIR DA MOTTA REZENDE

Diretor da Divisão de C. Financeiro.

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE ABRIL DE 1 975.
PROCESSO Nº 261600/75
NOME; ROMEU RODRIGUES DOS ANJOS, MATR; 00101
CARGO; -FISCAL DE POSTURA, NIV.; 09
QUADRO; PROVISORIO
ASSUNTO;
Averba neste Govêmo 153 dias, ou seja; 05 meses e 03 dias de efetivo exercício, prestados ao Ginásio Agrícula Clemente Medrado de Salinas - M. Gerais, no período de 01-04-60 a 31-08-60

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE ABRIL DE 1975
PROCESSO Nº 006241/75
NOME; ALVARO COSTA TEIXEIRA NOGUEIRA, MATR; 14761
CARGO; ECONOMISTA, NIV; 21-B
QUADRO; PROVISORIO
ASSUNTO; Averba neste Govêmo os seguintes períodos;
a) 1.856 dias, prestados ao Instituto Agronomo do Estado de S.Paulo, no período de 01-10-36 a 31-12-41.
b) 2.188 dias, prestados à Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, no período de 01-01-42 a 20-02-48, perfazendo um total de 4.044 dias, ou seja; 11 anos e 29 dias, para todos os fins.
c) 80 dias de licença para tratamento de saúde concedidas nos períodos acima e averbado somente para de aposentadoria.

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE ABRIL DE 1975.
PROCESSO Nº 006420/75
NOME; MARIA HELENA PEREIRA, MATR; 8092
CARGO; PROFESSORA DO E. ELEMENTAR, NIV; 13-B
QUADRO; PROVISORIO
ASSUNTO; Averba neste Govêrno 343 dias, ou seja; 11 meses e 13 dias, prestados à Fundação Educacional do Distrito Federal, no período de 02-04-65 a 21-03-66, somente para fins de aposentadoria.

ORDEM DE SERVIÇO DE 02 DE ABRIL DE 1975.
PROCESSO Nº 31.218/74
NOME; OSVALDO FRANCISCO DOS SANTOS, MATR; 330
CARGO; SERVENTE
QUADRO; PROVISORIO
ASSUNTO; Averba neste Govêrno 335 dias, ou seja; 11 meses e 05 dias de efetivo exercício, prestados

SERVIÇO DE INATIVOS
ATOS DO CHEFE

SALARIO FAMILIA
Despacho: CONCEDO salario familia ao servidor Felizardo Severino Leite, carpinteiro, nível 09, matrícula nº 14.563, pela dependente Ivaneide Maria Leite, filha, nascida em 28/janeiro de 1975.
SALARIO FAMILIA
Despacho: CONCEDO salario familia ao funcionário Humberto Alvares de Abreu e Silva, condutor de Topografia, nível 11-A, matricula nº 14.705, pela dependente Irinea Albino Pereira, companheira.
SALARIO FAMILIA
Despacho: CONCEDO salario familia ao servidor Sebastião Escarião da Nóbrega, pedreiro, nível 8, matrícula nº 16.020, pelo dependente Joalan Escarião da Nóbrega, filho, nascido em 20 de março de 1974.
SALARIO FAMILIA
Despacho: CONCEDO salario familia ao funcionário João Gonçalo de Medeiros, trabalhador, nível 01, matricula nº 17.272, pelo dependente Márcio Florencio de Medeiros, filho, nascido em 06 de março de 1975.
SALARIO FAMILIA
Despacho: CONCEDO salario familia ao servidor João Nunes da Silva, trabalhador, nível 01, matricula nº 17.278, pelo dependente Elinay Nunes da Silva, filho, nascido em 25/setembro de 1974.
SALARIO FAMILIA
Despacho: CONCEDO Salario familia ao servidor Manoel Costa Muniz, trabalhador, nível 01, matrícula nº 17.439, pela dependente Márcia Costa Muniz, filha, nascida em 17/03/1975.
SALARIO FAMILIA
Despacho: CONCEDO salario familia ao servidor Mariano Gomes Lacerda, trabalhador, nível 01, matrícula 17.462, pela dependente Ilda Neves de Lacerda, filha, nascida em 09/02/1975.
Brasilia, DF., 11/junho de 1 975.
ANISIO TEODORO
Chefe do Serviço de Inativos—CSP.

SALARIO FAMILIA
Despacho: CONCEDO Salário família ao servidor José Pereira da Silva, Fiscal de Obras e Posturas, nível 09, matrícula nº. 135, pelo dependente Nardelian Cristina Costa e Silva, filho, nascido em 21/12/1974.

SALARIO FAMILIA
Despacho: CONCEDO Salário família ao servidor Sílvio de Oliveira, Pintor, nível 8, matrícula nº. 639, pela dependente Silvana Santiago de Oliveira, filha, nascida em 13/08/1974.

SALARIO FAMILIA
Despacho: CONCEDO salário família ao servidor Marcelino Rodrigues Nogueira, mestre de obras, nível 12, matrícula nº. 690, pela dependente Maria Ester Ferreira, companheira, nascida em 09/06/1947.

SALARIO FAMILIA
Despacho: CONCEDO salário família ao servidor Sebastião Carlos da Silva, zelador, nível 07, matrícula nº. 1.465, pela dependente Andréia Silva, filha, nascida em 08/07/1974.

SALARIO FAMILIA
Despacho: CONCEDO salário família ao servidor Albertino Rodrigues da Costa, trabalhador, nivel 01, matrícula 1.540, pela dependente Ivoneide Rodrigues da Costa, filha, nascida em 27 de novembro de 1 974.

ao Departamento de Estrada de Rodagem, no período de 01-05-62 a 31-03-63

WLADIMIR DA MOTTA REZENDE
Diretor da Divisão de C.Financeiro.

JERONIMO DUARTE
Chefe da Seção de Contagem de p/Tempo de Serviço-DCFI-CSP

SALARIO FAMILIA
Despacho: CONCEDO salário família ao servidor Abdon Rodrigues de Aguiar, trabalhador, nível 01, matrícula nº. 2 311, pelo dependente Gilson Rodrigues de Aguiar, filho, nascido em 13 de agosto de 1 974.

SALARIO FAMILIA
Despacho: CONCEDO salário Família ao servidor Alberto Ferreira da Silva, Pedreiro, nível 8, matrícula nº. 2.328, pela dependente Marta Maria Ferreira da Silva, filha, nascida em 15/05/1974.

SALARIO FAMILIA
Despacho: CONCEDO salário família ao servidor David da Cruz Leite, Feitor, nível 05, matrícula nº. 2.459, pela dependente Sebastiana Maria Leite, esposa, nascida em 27/04/1941.

SALARIO FAMILIA
Despacho: CONCEDO salário família ao servidor Mário Silva, Trabalhador nível 05, matrícula nº. 2.831, pela dependente Gilvaneida Conceição Silva, filha, nascida em 09/11/1 973.

SALARIO FAMILIA
Despacho : CONCEDO salário família ao servidor Otacílio Cunha Aguiar, trabalhador, nível 01, matrícula nº. 2 869, pelo dependente Ossário Cunha Aguiar, filho, nascido em 17/05/1974.

SALARIO FAMILIA
Despacho: CONCEDO salário família ao servidor Sebastião Pereira dos Santos trabalhador, nível 01, matrícula nº 2.924, pela dependente Nancy da Silva Santos, filha, nascida em 21/12/74.

SALARIO FAMILIA
Despacho: CONCEDO Salario família ao servidor Sebastião Soares da Silva, guarda, nível 8, matrícula nº. 2.926, pelo dependente Carlos Alberto dos Santos Silva, filho, nascido em 23/11/1972.

SALARIO FAMILIA
Despacho: CONCEDO salário família ao servidor Antonio Pereira da Silva mensageiro, nível 01, matrícula nº, 3,754, pela dependente Alethea Pereira da Silva, filha, nascida em 25/03/1974.

SALARIO FAMILIA
Despacho: CONCEDO salário Família ao servidor Constantino Marques de Oliveira, zelador, nível 07, matrícula nº. 5.966, pela dependente Meire Lúcia Marques de Oliveira, filha, nascida em 19 de novembro de 1974.

SALARIO FAMILIA
Despacho: CONCEDO salário família ao servidor Ataides Batista Borges, Serviçal, nível 05, matrícula nº. 6.043, pelo dependente Alysson Borges, nascido em 18/11/74, filho.

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL

DIVISÃO DE COMPRAS

Atos do Diretor

PROCESSO Nº: 7.710/75
INTERESSADO: HORUS—INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA.
ASSUNTO: PRORROGAÇAO DE PRAZO DE ENTREGA DE MATERIAL
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: À vista da decisão da Comissão de Licitação, proferida em sua 1.201ª Reunião (Ordinária), e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso II, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1973, prorrogo em 09 (nove) dias o prazo de entrega do material de que trata a Nota de Empenho nº 034/75—DPC, emitida em nome da firma HORUS—INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA.
Publique-se e encaminhe-se às Seções de Acompanhamento e de Preparo de Pagamento.
Em 20 de maio de 1975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras
PROCESSO Nº: 6950/75
INTERESSADO: SEÇAO DE ACOMPANHAMENTO
ASSUNTO: APLICAÇAO DE PENALIDADE
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: À vista da C.I. nº 017/75—SA, da Seção de Acompanhamento desta Divisão, e com base no art. 59, inciso I, do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971 e, ainda, no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1973, aplico à firma MEIRA—MATERIAIS DE ENGENHARIA E INSTRUMENTOS, REPRODUÇÕES E AMPLIAÇÕES S.A., a pena de suspensão do direito de licitar com o Governo do Distrito Federal e seus órgãos descentralizados, por 3 (três) meses, a contar da data da publicação deste despacho no "Distrito Federal.".
Publique-se e encaminhe-se à Seção de Acompanhamento.
Em 20 de maio de 1975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº: 58.619/75
INTERESSADO: MADEIRAS JUGURTAS S.A.
ASSUNTO: PAGAMENTO DE FATURA.
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: Face ao pronunciamento da Seção de Preparo de Pagamento e de acordo com o disposto no art. 57 do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1973, aplico à firma MADEIRAS JUGURTA S.A., a multa de Cr$35,10 - (Trinta e cinco cruzekros e dez centavos), pelo atraso de 13 (treze) dias na entrega do material, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho 095/74—SEC, de acordo com as condições estabelecidas para realização da TOMADA DE PREÇOS nº 59/74—SEA, de que participou.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Apoio da SEC para complementar a instrução e, em seguida, ao Departamento da Despesa.
Brasília-DF, 16 de maio de 1975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº: 1.860/75
INTERESSADO: PAPEL - PAPÉIS E ARTES GRÁFICAS LTDA.
ASSUNTO: PAGAMENTO DE FATURA.
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: Face ao pronunciamento da Seção de Preparo de Pagamento e de acordo com o disposto no art. 57 do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 9º, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1973, aplico à firma PAPEL — PAPÉIS E ARTES GRÁFICAS LTDA, a multa de Cr$4.918,32 (Quatro mil, novecentos e dezoito cruzeiros e trinta e dois centavos) pelo atraso de 23 (vinte e três) dias na entrega do material, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empennho nº 048/74—PRG, de acordo com as condições estabelecidas para realização da TOMADA DE PREÇOS nº 98/74—SEA,- de que participou.
Publique-se e encaminhe-se à Seção Financeira da Procuradoria Geral para complementar a instrução e, em seguida ao Departamento da Despesa.
Brasília-DF, 21 de maio de 1975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº: 8.755/75
INTERESSADO: PAGAMENTO DE FATURA
ASSUNTO:
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: Face ao pronunciamento da Seção de Preparo de Pagamento e de acordo com o disposto no art. 57, do Decreto nº 1703, de 31 de maio de 1971, e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1973, aplico à firma ELETROMINAS MATERIAL ELÉTRICO LTDA. a multa de Cr$179,33 (Cento e setenta e nove cruzeiros e trinta e três centavos.), pelo atraso ocorrido na entrega do material, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nóta de Empenho nº 013/75—DPC, de acordo com as condições estabelecidas para realização do (a) TOMADA DE PREÇOS nº 05/75—SEA, de que participou..
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa.
Em 15 de maio de 1975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº: 6.403/75
INTERESSADO: ELETROMINAS MATERIAL ELETRICO LTDA.
ASSUNTO: 'CANCELAMENTO DE ITENS DE NOTA DE EMPENHO
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: À vista da decisão da Comissão de Licitação, de fls. 13, da carta da adjudicatária, de fls. 15, e da informação da Seção de Acompanhamento desta Divisão, de fls.16, e com base no subitem 8.2, do Capítulo V - Penalidade, do Edital de Tomada de Preços nº 05/75—SEA e, ainda, no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1973, determino o cancelamento dos itens 35 e 36 da Nota de Empenho nº 013/75—DPC, emitida em nome da firma ELETROMINAS MATERIAL ELÉTRICO LTDA. e, em consequência, aplico à referida firma a multa de 255,20 (duzentos e cinquenta e cinco cruzeiros e vinte centavos), correspondente a 20% (vinte por cento) do valor cancelado.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, à Seção de Acompanhamento e a seguir, ao Departamento da Despesa.
Em 13 de maio de 1975
a
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº: 7.861/75
INTERESSADO: ANHANGUERA — PEÇAS E ACESSORIOS LTDA.
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ENTREGA DE MATERIAL
(NE Nº 096/75/-DPC)
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: A vista das alegações apresentadas e da informação da Seção de Acompanhamento desta Divisão, de fls.07 e, ainda, no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso II, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1973, prorrogo em 12 (doze) dias o prazo de entrega do material de que trata a Nota de Empenho nº 096/75—DPC, emitida em nome da firma ANHANGUERA — PEÇAS E ACESSORIOS LTDA.
Publique-se e encaminhe-se às Seções de Acompanhamento e de Preparo de Pagamento.
Em 15 de maio de 1975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº : 6.692/75
INTERESSADO: COPEL - COMERCIAL DE PAPEL E REPRESENTAÇÕES LTDA.
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ENTREGA DE MATERIAL (ITEM 41 DA NOTA DE EMPENHO Nº 029/75-DPC)
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: Indeferido, nos termos da decisão da Comissão de Licitação, proferida na 1.198ª. Reunião (Ordinária).
Publique-se e encaminhe-se à Seção de Acompanhamento e, a seguir, ao Arquivo Central para arquivamento.
Em 12 de maio de 1975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº: 57.496/75
INTERESSADO: PAPEL - PAPEIS E ARTES GRAFICAS LTDA.
ASSUNTO : PAGAMENTO DE FATURA.
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: Face ao pronunciamento da Seção de Preparo de Pagamento e de acordo com o disposto no art. 57 do Decreto nº, 1.703, de 31 de maio de 1971, no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.250, de 08 maio de 1.973, aplico à firma PAPEL - PAPEIS E ARTES GRAFICAS LTDA, a multa de Cr$ 411,12 (Quatrocentos e onze cruzeiros e doze centavos) pelo atraso de 30 (trinta) dias na entrega do material, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº. 215/74-SEC, de acordo com as condições estabelecidas para realização da TOMADA DE PREÇOS nº 66/74-SEA, de que participou.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Apoio da SEC para complementar a instrução e em seguida, ao Departamento da Despesa.
Brasília - DF, 28 de Abril de 1 975

FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras.

PROCESSO Nº: 440/75
INTERESSADO: CARVALHO DE MORAES E CIA. LTDA
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: À vista da decisão da Comissão de Licitação, proferida em sua 1.189ª. Reunião (Ordinária), e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso II, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1973, prorrogo em 15 (quinze) dias o prazo de entrega do material de que trata a Nota de Empenho nº 2.376/74-DPC, emitida em nome da firma CARVALHO DE MORAES E CIA. LTDA.
Publique-se e encaminhe-se às Seções de Acompanhamento e de Preparo de Pagamento.
Em 28 de abril de 1975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº : 8.374/75
INTERESSADO : COMERCIO E REPRESENTAÇOES DE MATERIAL ELETRICO MERCURIO LTDA.
ASSUNTO: PAGAMENTO DE FATURA.
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: Face ao pronunciamento da Seção de Preparo de Pagamento e de acordo com o disposto no art. 57, do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1 971, e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1 973, aplico à firma COMERCIO E REPRESENTAÇOES DE MATERIAL ELETRICO MERCURIO LTDA., a multa de Cr$ 792,40 (setecentos e noventa e dois cruzeiros e quarenta centavos), pelo atraso ocorrido na entrega do material, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 014/75—DPC, de acordo com as condições estabelecidas para realização da TOMADA DE PREÇOS nº 05/75—SEA, de que participou.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa.
Em 09 de maio de 1975.
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº: 57.495/75
INTERESSADO PAPEL — PAPEIS E ARTES GRAFICAS LTDA.
ASSUNTO : PAGAMENTO DE FATURA
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: Face ao pronunciamento da Seção de Preparo de Pagamento e de acordo com o disposto no art. 57 do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1973, aplico à firma PAPEL — PAPEIS E ARTES GRAFICAS LTDA, a multa de Cr$ 1.370,43 (um mil, trezentos e setenta cruzeiros e quarenta e três centavos), pelo atraso de 30 (trinta) dias na entrega do material, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 223/74—SEC, de acordo com as condições estabelecidas para realização da TOMADA DE PREÇOS nº 66/74—SEA, de que participou.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Apoio da SEC para complementar a instrução e, em seguida, ao Departamento da Despesa.
Brasília—DF, 28 de abril de 1 975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº: 4.497/75
INTERESSADO: REAL ELÉTRICA LTDA
ASSUNTO: PAGAMENTO DE FATURA
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: Face ao pronunciamento da Seção de Preparo de Pagamento e de acordo com o disposto no art. 57, do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1 971, e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1 973, aplicq à firma REAL ELÉTRICA LTDA.
a multa de Cr$ 78,11 (setenta e oito cruzeiros e onze centavos), pelo atraso ocorrido na entrega do material, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 2.161/74-DPC, de acordo com as condições estabelecidas para realização do (a) TOMADA DE PREÇOS nº 92/74-SEA. de que participou.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa.
Em 02 de maio de 1 975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº: 8.861/75
INTERESSADO: TRINDADE NELSON CONFECÇÕES LTDA.
ASSUNTO: PAGAMENTO DE FATURA.
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: Face ao pronunciamento da Seção de Preparo de Pagamento e de acordo com o disposto no art. 57, do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1 973, aplicado à firma TRINDANDE NELSON CONFECÇÕES LTDA., a multa de Cr$ 32,07 (Trinta e dois cruzeiros e sete centavos.), pelo atraso 30 (trinta) dias na entrega do material, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 1.608/74-DPC, de acordo com as condições estabelecidas para realização do (a) CONVITE nº 194/74-SPC-DC, de que participou.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa.
Em 13 de maio de 1975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº: 8.862/75
INTERESSADO: TRINDADE NELSON CONFECÇÕES LTDA.
ASSUNTO: PAGAMENTO DE FATURA.
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: Face ao pronunciamento da Seção de Preparo de Pagamento e de acordo com o disposto no art. 57, do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1 971, e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1 973, aplico à firma TRINDADE NELSON CONFECÇÕES LTDA., a multa de Cr$ 32,07 (Trinta e dois cruzeiros e sete centavos.), pelo atraso 30 (trinta) dias na entrega do material, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 1.635/74-DPC, de acordo com as condições estabelecidas para realização do (a) CONVITE nº 194/74-SPC-DC, de que participou.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa.
Em 13 de maio de 1 975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº: 1309/75
INTERESSADO: TRINDADE NELSON CONFECÇÕES LTDA.
ASSUNTO: CANCELAMENTO DE NOTA DE EMPENHO
(NE nº 1.638/74-DPC)

DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: Tendo em vista a informação da Seção de Acompanhamento, de fls. 14, e com base no art. 57, parágrafo 1º do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971 e, ainda, no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1973, determino o cancelamento da Nota de Empenho nº 1.638/74-DPC, emitida em nome da firma TRINDADE NELSON CONFECÇÕES LTDA. e, em consequência, aplico à referida firma a multa de Cr$ 34,56 (trinta e quatro cruzeiros e cinquenta e seis centavos), correspondente a 20% (vinte por cento) do valor cancelado.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, à Seção de Acompanhamento e, a seguir, ao Departamento da Despesa.
Em 12 de maio de 1975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº: 5.854/75
INTERESSADO: J.RORIZ E FILHOS LTDA
ASSUNTO: PAGAMENTO DE FATURA.
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: Face ao pronunciamento da Seção de Preparo de Pagamento e de acordo com o disposto no art. 57, do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1973, aplico à firma J.RORIZ E FILHOS LTDA. a multa de Cr$ 84,60 (oitenta e quatro cruzeiros e sessenta centavos), pelo atraso de 30 (trinta) dias na entrega do material, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 2.323/74-D.P.C., de acordo com as condições estabelecidas para realização do (a) TOMADA DE PREÇOS nº 94/74-SEA, de que participou.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa.
Em, 08 de maio de 1975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº: 5.855/75
INTERESSADO: J.RORIZ E FILHOS LTDA
ASSUNTO: PAGAMENTO DA FATURA
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: Face ao pronunciamento da Seção de Preparo de Pagamento e de acordo com o disposto no art. 57, do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971, e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1973, aplico à firma J.RORIZ E FILHOS LTDA., a multa de Cr$ 84,60 (Oitenta e quatro cruzeiros e sessenta centavos), pelo atraso de 30 (trinta) dias na entrega do material, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 2.320/74-DPC, de acordo com as condições estabelecidas para realização do (a) TOMADA DE PREÇOS nº 94/74-SEA, de que participou.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa.
Em 08 de maio de 1975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisao de Compras

PROCESSO Nº: 7066/75
INTERESSADO: SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO
ASSUNTO: APLICAÇÃO DE PENALIDADE
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: À vista da C.I. nº 018/75-SA, da Seção de Acompanhamento desta Divisão, e com base no art. 59, inciso I, do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971 e, ainda, no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1973, aplico à firma INDUSPINA AUTO PEÇAS LTDA., a pena de suspensão do direito de licitar com o Governo do Distrito Federal e seus órgãos descentralizados, por (três) meses, a contar da data da publicação deste despacho no "Distrito Federal".
Publique-se e encaminhe-se à Seção de Acompanhamento.
Em 18 de abril de 1975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº: 5.985/75
INTERESSADO: OLIVETTI DO BRASIL S.A.
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: À vista da decisão da Comissão de Licitação, proferida em sua 1.187a. Reunião (Ordinária), e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso II, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1973, prorrogo em 30 (trinta) dias o prazo de entrega dos materiais de que tratam as Notas de Empenho nºs 2.201 e 2.222/74-DPC, emitidas em nome da firma OLIVETTI DO BRASIL S.A.
Publique-se e encaminhe-se às Seções de Acompanhamento e de Preparo de Pagamento.
Em 18 de abril de 1975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº: 7:169/75
INTERESSADO: SENISE S.A. - MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ASSUNTO: PAGAMENTO DE FATURA.
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: Face ao pronunciamento da Seção de Preparo de Pagamento e de acordo com o disposto no art. 57, do Decreto nº 1703, de 31 de maio de 1971, e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1973, aplico à firma SENISE S.A. - MINERAÇÃO, INDUSTRIA E COMÉRCIO a multa de Cr$ 345,90 (Trezentos e quarenta e cinco cruzeiros e noventa centavos), pelo atraso 08 (oito) dias na entrega do material, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 003/75-DPC, de acordo com as condições estabelecidas para realização do(a), TOMADA DE PREÇOS nº 04/75-SEA de que participou.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa.
Em 15 de abril de 1975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº: 7065/75
INTERESSADO: SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO
ASSUNTO: CANCELAMENTO DE NOTA DE EMPENHO
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: À vista da da C.I., nº 020/75-SA, da Seção de Acompanhamento desta Divisão, e com base no art. 57, § 1º do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971 e, ainda, no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1973, determino o cancelamento do item 11 da Nota de Empenho nº 2.399/74-DPC, emitida em nome da firma MESBLA S.A. e, em consequência, aplico à referida firma a multa de Cr$ 861,80 (oitocentos e sessenta e um cruzeiros e oitenta centavos), correspondente a 20% (vinte por cento) do valor cancelado.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação Controle, à Seção de Acompanhamento e, a seguir, ao Departamento da Despesa.
Em 18 de abril de 1975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº: 7065/75
INTERESSADO: SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO
ASSUNTO: CANCELAMENTO DE NOTA DE EMPENHO
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: À vista da C.I. nº 02/75-SA, da Seção de Acompanhamento desta Divisão, e com base no art. 57, § 1º do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971 e, ainda, no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1973, determino o cancelamento do item 11 da Nota de Empenho nº 2.399/74-DPC, emitida em nome da firma MESBLA S.A. e, em consequência, aplico à referida firma a multa de Cr$ 861,80 (oitocentos e sessenta e um cruzeiros e oitenta centavos), correspondente a 20% (vinte por cento) do valor cancelado.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, à Seção de Acompanhamento e, a seguir, ao Departamento da Despesa.
Em 18 de abril de 1975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº 04.551/75
INTERESSADO: SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO - DC
ASSUNTO: C.I. nº 04/75-SA-CSM-SEA
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: À vista da decisão de fls. 16, da Comissão de Licitação, adotada em sua 1.192a. Reunião (Ordinária), reconsidero meu despacho de fls. 04 deste processo, para tornar sem efeito a suspensão do direito de licitar com o Governo do Distrito Federal e seus órgãos descentralizados, aplicada à firma J.J. SABRIA LTDA., por se ter descaracterizada a falta prevista no art. 59, inciso I, do Decreto nº 1.703, de 31/5/71.
Publique-se e encaminhe-se à Seção de Acompanhamento.
Em 25 de abril de 1975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº: 4.856/75
INTERESSADO: RECOMSUL BRASÍLIA, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA.
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ENTREGA DE MATERIAL
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: À vista da decisão da Comissão de Licitação, proferida em sua 1.187a. Reunião (Ordinária) e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso II, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1973, prorrogo em 10 (dez) dias o prazo de entrega do material de que trata a Nota de Empenho nº 2.415/74-DPC, emitida em nome da firma RECOMSUL - BRASÍLIA, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA.
Publique-se e encaminhe-se às Seções de Acompanhamento e de Repaio de Pagamento.
Em 18 de abril de 1975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº: 57.655/75
INTERESSADO: EMPRESA BRASILEIRA DE VAREJO S.A.
ASSUNTO: PAGAMENTO DE FATURA
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: Face ao pronunciamento da Seção de Preparo de Pagamento e de acordo com o disposto no art. 57 do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1973, aplico à firma EMPRESA BRASILEIRA DE VAREJO S.A;, a multa de Cr$ 300,43 (Trezentos cruzeiros e quarenta e três centavos), pelo atraso de 10 (dez) dias na entrega do material, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 294/74-SEC, de acordo com as condições estabelecidas para realização da TOMADA DE PREÇOS Nº 68/74-SEA, de que participou.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Apoio da SEC para complementar a instrução, e em seguida, ao Departamento da Despesa.
Brasília-DF, 02 de abril de 1975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº: 57.654/75
INTERESSADO: EMPRESA BRASILEIRA DE VAREJO S.A
ASSUNTO: PAGAMENTO DE FATURA
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: Face ao pronunciamento da Seção de Preparo de Pagamento e de acordo com o disposto no art. 57 do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1.971, e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 90, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1.973, aplico à firma EMPRESA BRASILEIRA DE VAREJO S.A;, a multa de Cr$ 1.105,68 (Um mil, cento e cinco cruzeiros e sessenta e oito centavos), pelo atraso de 10 (dez) dias na entrega do material cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 300/74-SEC, de acordo com as condições estabelecidas para realização da TOMADA DE PREÇOS nº 68/74-SEA, de que participou.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Apoio da SEC para complementar a instrução e, em seguida, ao Departamento da Despesa.
Brasília-DF, 02 de abril de 1975
FRANCISCO DE FREITAS
Diretor da Divisão de Compras

DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE

ATOS DO DIRETOR

Processo nº: 4.902/75
Interessado: L'ATELIER MÓVEIS S.A.
Assunto: Retificação de Nota de Empenho (N.E. nº 2.420/74-DPC - Item 14)
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE: Com base na decisão de fls. 23, da Comissão de Licitação, autorizo a retificação da alínea "e" do item 14 da Nota de Empenho nº 2.420/74-DPC, da seguinte forma: onde se lê: ..."Cód. 75505", leia-se: CÓDIGO 70505.
Publique-se, encaminhe-se à Seção de Controle e, em seguida, à Divisão de Compras.
Em 16 de abril de 1975
JOSÉ PAIXÃO DE AZEVEDO
Divisão de Programação e Controle
Diretor-Substituto

Processo nº: 2.230/75
Interessado: Almoxarifado Central - SEA
Assunto: Retificação de Nota de Empenho
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE: Tendo em vista o O.I. nº 92/75, da Divisão de Administração de Próprios-SEA, às fls. 86, e o pronunciamento da firma vencedora do item 50 da Tomada de Preços nº 05/75-TP-SEA, às fls. 88, autorizo o cancelamento de 5.000 (cinco mil) unidades de Lâmpadas incandescente, de 40W x 240V, a que se refere o item 50 da Nota de Empenho nº 014/75-DPC, passando a quantidade desta a ser de 4.960 (quatro mil, novecentos e sessenta) unidades.
Publique-se, encaminhe-se à Seção de Controle e, em seguida, à Divisão de Compras.
Em 17 de abril de 1975
JOSÉ PAIXÃO DE AZEVEDO
Divisão de Programação e Controle
Diretor-Substituto

Processo nº 3 959/75
Interessado: NCR DO BRASIL S.A. - CAIXAS REGISTRADORAS, MÁQUINAS DE CONTABILIDADE E EQUIPAMENTOS ELETRONICOS "NATIONAL".
Assunto: Cancelamento parcial de Nota de Empenho
(Item 11 da N.E. nº 200/75—DPC)
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE: Considerando que houve falha na especificação do Impresso "Relação de Descontos" elaborada pelo Serviço de Impresso-CSMA—SEG, licitado através do Tomada de Preços nº 17/75—TP—SEA e adjudicado à firma supracitada pela N.E. nº 200/75—DPC, autorizo o cancelamento do Item 11 da referida N.E. no valor de Cr$5.232,50 (cinco mil, duzentos e trinta e dois cruzeiros e cinquenta centavos).
Publique-se, encaminhe-se à Seção de Controle e, em seguida, à Divisão de Compras, para as providências pertinentes.
Em 16 de maio de 1975
JOSÉ PAIXÃO DE AZEVEDO
Divisão de Programação e Controle
Diretor-Substituto

Processo nº 57.652/75
Interessado: SLAVIERO COMERCIAL S.A.
Assunto: Retificação de valor de N.E.
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE: Com base na decisão da Comissão de Licitação, proferida em sua 1.202a. Reunião (Extraordinária), autorizo a retificação da Nota de Empenho nº 258/75—DPC, emitida em nome da firma Slaviero Comercial S.A., no que se refere ao seu valor, que passa a ser de Cr$2.756,00 (Dois mil, setecentos e cinquenta e seis cruzeiros).
Publique-se, encaminhe-se à Seção de Controle e, em seguida, à Divisão de Compras.
Em 15 de maio de 1975
JOSÉ PAIXÃO DE AZEVEDO
Divisão de Programação e Controle
Diretor-Substituto

Processo nº 8.445/75
Interessado: A CONSTRUTIVA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA.
Assunto: Retificação de Nota de Empenho
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE: Com base na decisão da Comissão de Licitação, às fls. 23, do presente processo, em sua 1.202a. Reunião (Extraordinária), autorizo a retificação do item 25 da Nota de Empenho nº 188/75—DPC, emitida em nome da interessada, na forma seguinte: onde se lê..."verde-seda"; leia-se: Nº 17 — Guadalajara.
Publique-se e encaminhe-se à Seção de Controle.
Em 21 de maio de 1975
JOSÉ PAIXÃO DE AZEVEDO
Divisão de Programação e Controle
Diretor-Substituto

Processo nº 6.799/75

Interessado: EMPRESA BRASILEIRA DE VAREJO S.A.
Assunto: Retificação de Nota de Empenho
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE: Com base na decisão da Comissão de Licitação às fls. 16, do presente processo, exarada em sua 1.201a. Reunião (Ordinária); autorizo a retificação do material especificado no item 9º da Nota de Empenho nº 2.050/74—DPC para: Enceradeira elétrica, doméstica, com motor para 220V, 50/60 ciclos, com 3 (três) escovas, pedal e feltros, marca WALITA.
Publique-se, encaminhe-se à Seção de Controle e, em seguida, à Divisão de Compras, para as providências pertinentes.
Em 21 de maio de 1975
JOSÉ PAIXÃO DE AZEVEDO
Diretor da Divisão de Programação e Controle-Substituto

SECRETARIA DE FINANÇAS

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE MAIO DE 1.975

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, allnea "a" do Dec. "N" nº. 428.08.65.

RESOLVE:

REMOVER; a partir de 16.05.75, a servidora MARIA TEREZA ORTIZ BOAVENTURA, Professora do Ensino Elementar nível 13-B, matrícula nº. 03.313, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, do Departamento de Auditoria para o Departamento da Receita desta Secretaria.

RAIMUNDO RODRIGUES COSTA
Chefe da Seção de Pessoal-DAG-SEF.

SALÁRIO FAMILIA CONCEDIDO
MATRICULA NOME DEPENDENTE
00.554 Manoel José de Lima André Luis do Nascimento Lima, filho, nasc. em 25.01.75.
00.794 Eronildes Pereira de Araújo Rogério Ferreira de Araújo, filho, nasc. em 11.02.75.
06.683 Dalmo Nunes de Oliveira Tatiana de Moraes Oliveira, filha, nasc. em 14.02.75.
11.407 José Gonçalves Zuza Maria Ribeiro de Queiroz, TGR. nasc. em 01.11.62. Conceder o benefício a partir de março de 1975.
12.758 Maria de L.M. Gonçalves Regina Helena de Macedo Gonçalves, filha, nasc. em '/.01.75.
13.095 Salvador Barbosa da Silva Irineu Guilherme Araújo Barbosa filho, nasc. em 22.01.75.
17.916 Dário Osvaldo Garcia Ana Cristina Rosa Garcia, filha, nasc. em 17.07.69. Conceder a partir de agosto de 1974, e o pagamento a partir de janeiro de 1975, o Período anterior a ser requerido por exercícios findos.
SALÁRIO FAMILIA CANCELADO
MATRICULA NOME DEPENDENTE
01.782 João Pereira de Vasconcelos Marco Rosan de Vasconcelos, filho, nasc. em 08.08.65. Cancelar o benefício a partir de março de 1975, por motivo de falecimento ocorrido em 09 de março de 1975, conforme documentação apresentada.
07.669 Alzirina Resende Rossane Lindsey Gregório, filha nasc. em 16.01.58. Cancelar o benefício a partir de março de 1975, em virtude da dependente possuir rendimento próprios conforme documentação apresentada.
Brasília, 25 de março de 1.975
Raimundo Rodrigues Costa Chefe da Seção de Pessoal - SA/SEF

SALÁRIO FAMILIA CONCEDIDO
MATRICULA: 14.551
NOME: Antonio Luiz Sabino

DEPENDENTE: Alzira Serafim de Assis, companheira, nasc. em 25.07.38. Retificar, onde se lê: Conceder a partir de outubro de 1970 e o pagamento a partir de janeiro de 1975. O período an-

terior a ser requerido por exercícios findos.
Leia-se: Conceder o benefício a partir de janeiro de 1975.
Brasília, 19 de março de 1975
Raimundo Rodrigues Costa
Chefe da Seção de Pessoal
SA/SEF

SALARIO FAMILIA
CANCELADO:
MATRICULA: 13.330
NOME: Rute dos Santos Ribeiro
DEPENDENTE: Retificar, onde se lê: Paulo Macílio dos Santos, TGR., nasc. em 04.01.56. Cancelar a partir de janeiro de 1974, por motivo do dependente ter completado 18 anos, leia-se: Paulo Marcílio dos Santos TRG; nasc. em 04.01.57. Cancelar o benefício a partir de janeiro de 1975 por motivo do dependente ter completado 18 anos, conforme documentação apresentada.
Brasília, 14 de março de 1975
Raimundo Rodrigues Costa
Cos
Chefe da Seção de Pessoal
SA/SEF

SALÁRIO-FAMILIA
CONCEDIDO

MATRICULA: 00.939
NOME: Osmar Barbosa de Souza
DEPEDENTE
Edijane Célia Cardoso Batalha de Souza, Filha nascida em 24.10.75.

MATRICULA: 02.400
NOME: Antonio Pompeu Sousa
DEPEDENTE
Vanilson Pompeu de Sousa, filho, nasc. em 15.04.75.

MATRICULA: 08.865
NOME: Afrânio dos Reis de Souza
DEPENDENTE
Vitória Mariza Mota de Souza, esposa, nascida em 30.05.50. Conceder a partir de outubro de 1974 e o pagamento a partir de janeiro de 1975, por motivo de casamento, conforme documentação apresentada. Venêssa Mota de Souza, filha, nasc. em 19.04.75.

MATRICULA: 15.126
NOME: José Carlos R. F. Viana
DEPENDENTE
Anderson Araújo Fontelle, filho, nascido em 21 de abril de 1975.

MATRICULA: 15.574
NOME: João Florêncio dos Santos
DEPENDENTE
Angelina Francisca de Jesus, mãe, nascida em 27 de junho de 1912. Conceder o benefício a partir de maio de 1975, em virtude de dependente não possuir rendimentos próprios e viver sob as expensas de seu filho, conforme documentação apresentada.
Brasília, 20 de maio de 1975
Raimundo Rodrigues Costa
Chefe da Seção de Pessoal
DAG/SEF

Antonio Pompeu de Souza
Mat., 02.400
Período: 18.04 a 25.04.75
Atestado: 1096/75SM

Galdino Nunes Melo
Mat.: 02.548
Período: 18.04 a 02.05.75
Atestado: 1061/75-SM

Nilde Lemos Rosal Pacheco
Mat.: 07.134
Período: DIAS 16-23- 30/04 e 07-14-21 e 28/05/75
Atestado: 1089/75 SM

Cândido Pires de Miranda
Mat.: 12.397
Período: 22.04 a 29.04.75
Atestado: 1039/75 SM

José Leonildo Lopes
. 15.945
Período: 16.04 a 30.04.75
Atestado: 1079/75 SM

LICENÇA PARA TRATAMRNTO DE SAUDE Art. 93. 97 e 99 da Lei nº 1 711/52
João Gomes Formiga
Mat.: 00.055
Período: 01.04 a 17.04.75
Atestado: 985/75 SM

Luzia Batista Gomes
Mat.: 00.236
Período: 28.03 a 31.07.75
Laudo Médico: 973/75 SM

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE Art. 93, 97 e 98 da Lei nº 1 711/52

Domingos Francisco Dourado
Mat.: 11.736
Período: 13.04. A 22.05.75
Laudo Médico: 1018/75 SM

LICENÇA PARA TAATAMENTO DE SAUDE Art. 93, 97 e 99 da Lei 1.711/52
Júlio Mineiro Sobrinho
Mat.12.463
Período: 26.a03/ a 30.04.75
Laudo Mécidica 1024/1016/75 SM

João Florêncio dos Santos
Mat. 15.574
Período: 01.05 a 10.05.75
Laudo Médico: 1024/75 SM

LICENÇA VARA TRATAMENTO DE SAUDE Art. 123, 97 e 98 da Lei nº 1.711/52
Custódio Victor da Silvs
Mat.: 05.964
Período: 16.04 a 28.04.75
Atestado: 1037/75 SM

Victor de Oliveira Silva
Mat. 06.664
Período: 24.04 a 08.05.75
Atestado: 1078/75-SM

Cícera Vieira dos Santos
Mat. 12.149
Período: 18.04 a 26.04.75
Atestado: 1074/75 SM

Madalena Aparecida F. Monteiro
Mat. 13.395
Período: 14.04 a 28.04.75
Atestado: 1042/75 SM

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE Art. 123 da Lei Número 1 711/52
Victor de Oliveira Silva
Mat. 06.664
Período: 22.04 a 23.0475
Atestado: 1065/75 SM
Genesi Mendes
Mat.: 13.320
Período: 16.04 a 18.04.75
Atestado: 1036/75 SM

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE Art. 93, 97 e 98 da Lei Número 1.711/52.
Atilano Costa Madureira Mat. 01.559
Período: 15.03 a 29.03.75
Atestado: 707/75 - SM
José Leonidio Lopes Mat. 15.945
Período: 11.03. a 25.03.75
Atestado: 664/75 - SM
Antônio Carlos Pierre Mat. 16.622
Período: 24.02. a 10.03.75
Atestado: 653/75 - SM
Joaquim dos Santos Mat. 17.291
Período: 03.03 a 10.03.75
Atestado: 651/75 - SM

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE Art. 93, 97 e 99 da Lei Número 1.711/52

Myrtes Teixeira Mat. 05.413
Período: 01.03. 30.03.75
Atestado: 625/75 - SM
Odéssio Souza Oliveira Mat. 09.865
Período: 12.03 a 10.05.75
Atestado: 672/75 - SM.
Jacó Salvador de Araújo Mat. 10.832
Período: 17.02 a 18.03.75
Atestado: 654/75 - SM.

Domingos Francisco Dourado
Mat. 11.736
Período: 04.03 a 12.04.75
Atestado: 679/75 - SM.
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE Art. 93, 97 e 99 da Lei Número 1.711/52

Carlos Sávio Rocha Mat. 15.442
Período: 03.03 a 10.04.75
Atestado: 620/75 - SM
João Florêncio dos Santos Mat. 15.574
Período: 13.03. a 31.03.75
Atestado: 703/75 - SM.
Nadyr Moreira Magalhães Mat. 16.004
Período: 05.03 a 03.04.75
Atestado: 633/75 - SM

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE Art. 123, 97 e 98 da Lei número 1.711/52

Geraldo Marques Guimarães
Mat. 02.055
Período: 12.03 a 21 .03.75
Atestado: 670/75 - SM

Antônio Pompeu de Souza Mat. 02.400
Período: 14.03 a 31.03.75
Atestado: 695/75 - SM
Alano Jacobina Aires Mat. 08.436
Período: 26.02 a 26.03.75 - SM

LICENÇA "A GESTANTE"
Art. 107 da Lei Número 1.711/52

Maria Helena Rodrigues Pereira
Mat. 06.955
Período: 04 meses a partir de 10.03.a 09.07.75
Atestado: 654/75-SM

Brasília, 19 de Março de 1 975
RAIMUNDO RODRIGUES COSTA
Chefe da Seção de Pessoal
SA/SEF.

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

Pedido de Avocação nº 02/75
Requerente: COBRAFE S/A. - Indústria e Comércio
Requerida: Junta de Recursos Fiscais
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE
Vistos, etc.
COBRAFE S/A- Indústria e Comércio, com escritório no Edifício Ceará, sala 602, nesta Capital, inscrita no GDF sob o nº 07000774-8, requereu aprovação do processo-fiscal nº 30.442/74, referente ao auto de infração nº 35.875, alegando, em resumo, ter expirado o prazo para que a autoridade julgadora de primeira instância proferisse decisão, conforme dispõe o art. 254 da Lei nº 4.191/62.
A requerente foi autuada pela constatação das irregularidades descritas no auto de infração e apreensão consubstanciado a fls. 4, cuja lavratura ocorreu em 23 de novembro de 1974.
Em 9 de dezembro de 1974, ofereceu defesa, consoante se observa às fls. 1/2.
Em 21 de janeiro de 1975, o Agente Fiscal autuante apresentou réplica à impugnação do sujeito passivo, concluindo pela manutenção do procedimento intentado (fls. 8), ficando, todavia, o processo paralisado na Seção de Postos Fiscais, sem julgamento, até o dia 13 de maio do corrente ano, quando foi anexado ao de nº 57.164/75, e encaminhado ao titular do Departamento da Receita, face à requisição desta Presidência.
O art. 254 da Lei nº 4.191/62, fixa um termo de quinze (15) dias, para que a autoridade julgadora de primeiro grau profira sua decisão.
Houve, portanto, inobservância do prazo legal.
Julgo, pois procedente a avocação, para considerar como proferido, julgamento a favor do contribuinte, permanecendo o processo neste Tribunal, como recurso "ex officio" "ex vi" do disposto no art. 256, parágrafo 3º, da Lei nº. 4.191/62.
Processe-se o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se
Brasília, 26 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Pedido de Avocação nº 03/75
Requerente: COBRAFE S/A - Industria e Comércio
Requerida: Junta de Recursos Fiscais
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE
Vistos, etc
COBRAFE S/A - Industria e Comércio, com escritório no Edifício Ceará, sala 602, nesta Capital, inscrita no GDF sob o nº 07000774-8 requereu avocação do processo-fiscal nº 30.441/74, referente ao auto de infração nº 28.599, alegando, em resumo, ter expirado o prazo para que a autoridade julgadora de primeira instância proferisse decisão, conforme dispõe o art. 254 da Lei nº 4.191/62
A requerente foi autuada pela constatação das irregularidades descritas no auto de infração e apreensão consubstanciada a fls. 6, cuja lavratura ocorreu em 23 de novembro de 1974
Em 9 de dezembro de 1974, ofereceu defesa, consoante se observa às fls. 1/2
Em 21 de janeiro de 1975, o Agente Fiscal autuante apresenta réplica à impugnação do sujeito passivo, concluindo pela manutenção do procedimento intentato (fls. 10), ficando, todavia, o processo paralisado no Serviço de Apoio à Fiscalização, sem julgamento, até o dia 13 de maio do corrente ano, quando foi anexado ao de nº 57.165/75, e encaminhado ao titular do Departamento da Receita face à requisição desta Presidência.
O art. 254 da Lei nº 4.191/62, fixa um termo de quinze (15) dias, para que a autoridade julgadora de primeiro grau profira sua decisão.
Houve, portanto, inobservância do prazo legal.
Julgo, pois, procedente a avocação para considerar como proferido, julgamento a favor do contribuinte, permanecendo o processo neste Tribunal, como recurso "ex officio", ex vi do disposto no art. 256, § 3º da Lei nº 4.191/62
Processe-se o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº 10/75
Recorrente: Joseja Leopoldina de Souza
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

Joseja Leopoldina de Souza foi autuada em 5 de outubro de 1974, pela Fiscalização do S.L.U., por infrigência ao disposto no art. 304, paragráfo 3º., do Regulamento baixado pelo Decreto "N" nº. 596/67, alterado pelo Decreto nº. 2.668/74. (Auto de Infração nº. 2795).
Em 6 de novembro de 1974, decidiu a autoridade julgadora pela procedência da ação fiscal, condenando a infratora ao pagamento da multa de Cr$94,20 (noventa e quatro cruzeiros e vinte centavos).
Intimada da sentença condenatória em 12 de dezembro de 1974 (AR de fls. 8), em 10 de Janeiro de 1975, recolheu ao Erário do Distrito Federal o valor da multa imposta, com a redução de 20% (vinte por cento), em resonância com o disposto no art. 194 do Decreto lei Nº.82/66, conforme fotocópia do Talão Recibo nº. 210.023/75, de fla. 17.
Em 15 de janeiro de 1975, a autuada formaliza expediente à esta agrégia Junta (Registro do Protocolo Geral de fls. 14/15), através de procurador não devidamente habilitado, pelo qual expõe os fatos relacionados com a autuação e, ao final, requer o trancamento do feito.
Como se observa, ainda que viesse a ser suprida a falta do instrumento de procuração, não há como se atribuir a aludida postulação o caráter de recurso, eis que o feito fiscal se encontra extinto com o pagamento do crédito correspondente.
Assim, se me afigura absolutamente inócuo o petitório de fls. 14/15, motivo pelo qual dermino à Secretaria deste Colegiado que promova a baixa dos registros pertinentes, já que não há recurso a ser processado, restituindo-se, em seguida, os autos à primeira instância, que deverá conhecer e arquivar. Publique-se.
Brasília, 26 de Maio de de 1975

AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente.

Recurso ex officio nº 526/74
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrida: Super Mercado Carioca Ltda.
Relator: Juiz Mauro Renan Bittencourt
ACÓRDÃO Nº 073/75 (1.184)
EMENTA: — DECADÊNCIA — DOLO, FRANCE E SIMILAÇÃO — Constatada a existência de vícios elidentes da homologação tácita do lançamento, o quinquênio dececional se contará a partir do momento em que o Fisco manifeste conhecimento da emissão ou da prática viciada (parágrafo 4º do art. 150 da Lei nº 5:172/66 e parágrafo único do art. 184 do Decreto-Lei nº 82/66).
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso ex officio nº 526/74, em que é Recorrente Departamento da Receita e Recorrida Super Mercado Carioca Ltda., acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade de votos, conhecer o recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Ausente à votação o Juiz Newton Egydio Rossi, substituído pelo Juiz Suplente Lourival Abadia Juvenal de Almeida.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 27 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
MAURO RENAN BITENCOURT
Redator

Recurso Voluntário nº 460/74
Recorrente: Manoel Augusto Garcia de Oliveira
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Relator: Juiz Adolfo Dias Lopes
ACÓRDÃO Nº 076/75 (1.187)
EMENTA: — AUTO DE INFRAÇÃO — IMPROCEDÊNCIA — FATO ATIPICO -Improcedente é o auto lavrado pelo simples fato de não possuir recipiente próprio para uso do lixo domiciliar, que não constitui ilícito, face à nova redação do art. 304 do Decreto "N" nº 596/67 (Código de Edificações de Brasília), dada pelo Decreto nº 2.669, de 12 de julho de 1974.
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário nº 460/74, em que é Recorrente Manoel Augusto Garcia de Oliveira, Recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à maioria de votos, conhecer do recurso para lhe dar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Foram votos vencidos

os dos Juízes Adolfo Dias Lopes e João Bispo dos Santos Junior que negavam provimento ao recurso, por entenderem tipificado na legislação vigente o fato descrito no Auto de Infração.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 27 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
MAURO RENAN BITTENCOURT
Redator
Recurso ex officio nº 33/75
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrida: Volksbrás Peças e Serviços Ltda.
Relator: Juiz João Bispo dos Santos Junior

ACÓRDÃO Nº 79/75 (1. 190)
EMENTA: — DECADÊNCIA — Decai a Fazenda do direito de constituir o crédito tributário após cinco anos contados do início do procedimento fiscal tendente ao lançamento (art. 184, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 82/66).
DECISÃO DE PRIMEIRA INSTANCIA — JULGAMENTO DE MÉRITO — Constitui julgamento de mérito a decisão que pronunciar a decadência, a partir de 1º de janeiro de 1974, em razão do disposto no art. 269, IV, do vigente Código de Processo Civil.
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso ex officio nº 33/75, em que é Recorrente Departamento da Receita e Recorrida Volksbrás Peças e Serviços Ltda., acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Ausente à votação o Juiz Walter Basniaki Linhares.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 27 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Redator

Recurso Voluntário nº 11/75
Recorrente: Ana Cintra de Carvalho
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE
Ana Cintra de Carvalho, irresignada com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº 145.093/74, pertinente ao auto de infração nº 02.763/74, lavrado contra Geraldo José de Carvalho ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 15 de janeiro de 1975 (Registro de Protocolo Geral de fls. 12).
Recurso intempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 18 de dezembro de 1974 (Recibo de fls. 7), evidenciando-se, assim, a inobservância do prazo previsto no art. 157 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Por esse motivo, no uso da atribuição que me é conferida no art. 23, inciso XIX, do mesmo Regimento Interno, deixou de receber o recurso, negando seguimento ao feito.
Publique-se.
Brasília, 28 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluuntário nº 14/75
Recorrente: Associação de Integração Social de Brasília
Recorrido: Departamento da Receita

A Associação de Integração Social de Brasília, irresignada com a sentença de Primeira Instância prolatada no processo nº 24.269/74, que julgou intempestiva sua reclamação contra lançamento de I.P.T.U. recorreu a esta egrégia Junta em 16 de janeiro de 1975. (Registro do Protocolo Geral de fls. 8).
Intempestivo também é o recurso, pois a intimação da sentença a quo verificou-se em 18 de dezembro de 1974, conforme aviso de recebimento da ECT, de fls. 13.

Embora alegue a recorrente não haver chegado às suas mãos em tempo oportuno a correspondência aludida, foi esta recebida pelo cidadão Francisco Lopes de Souza)AR de fls. 13), que se presume tratar de pessoa do domicilio da destinatária, nos termos do disposto no art. 246, inciso II, combinado com o art. 247, inciso II , todos da Lei nº 4.191/62.

Se tal fato não corresponde a realidade, isto é, se o subscritor do recibo não é, nem nunca foi, pessoa do domicilio da postulante, a responsabilidade deve ser atribuida á Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que certamente responderá pelo erro eventualmente cometido, e jamais a Administração Fazendária do Distrito Federal, eis que procedeu rigosamente dentro dos ditames legais.

Evidenciando, pois, a inobservância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal, deixo de receber o recurso, negando seguimento ao feito no uso das atribuições que me são conferidas no art. 23, inciso XIX do mesmo Regimento Interno.
Publique-se.
Brasília, 28 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº 79/75
Recorrente: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Recorrido: Departamento da Receita
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, irresignada com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº 27881/74 pertinente a reclamação contra lançamento de Imposto de Transmissão inter vivos, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 17 de março de 1975 (Registro do Protocolo Geral de fls. 20).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 5 de março de 1975 (Recibo de fls. 18), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.
Brasília, 27 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº 83/75
Recorrente: Yusuf e Abdel Ltda.
Recorrido: Departamento da Receita
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE
Yusuf e Abdel Ltda., irresignada com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº 802.234/72, pertinente ao auto de infração nº 29.976/72, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 10 de abril de 1975 (Registro do Protocolo Geral de fls. 61).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 24 de março de 1975 (Recibo de fls. 58), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.
Brasília, 30 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso ex- officio nº 86/75
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrido: F. O. ROCHA
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE
A autoridade julgadora de Primeira Instância proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, às fls. 53/54, do processo nº 40.283/65. recorreu de ofício nos termos do art. 262 da Lei nº 4.191/62.
Sigam os trâmites.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.
Brasília, 30 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº 80/75
Recorrente: Irmãos Rahman Jadallah Ltda.
Recorrente: Departamento da Receita
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE
Irmãos Rahmann Jadallah Ltda., resignada com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº 308.730/73, pertinente ao auto de infração nº 24.565/73, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 14 de abril de 1 975 (Registro do Protocolo Geral de fls 61).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 24 de março de 1 975 (Recibo de fls 58). evidenciando-se assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se
Brasília, 27 de maio de 1 975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº 81/75
Recorrente: Irmãos Rahman Jadallah Ltda.
Recorrido : Departamento da Receita
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE
Irmãos Rahman Jadallah Ltda., irresignada com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº 308.729/73, pertinente ao auto de infração nº 24.564/73, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 14 de abril de 1 975 (Registro de Protocolo Geral de fls. 66)
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 24 de março de 1 975 (Recibo de fls 63), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 41 91/62., combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal
Recebo pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.
Brasília, 28 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº 85/75
Recorrente: Irmãos Jadallah Ltda.
Recorrido: Departamento da Receita
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE
Irmãos Rahmann Jadallah Ltda., irresignada com a sentença da Primeira Instância proferido no processo nº 308.731/73, pertinente ao auto de infração nº 24.566/73, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 14 de abril de 1975 (Registro do Protocolo Geral de fls 160).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 25 de março de 1 975 (Notificação de fls. 157), evidenciando-se assim, o observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.
Brasília, 27 de maio de 1 975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº 89/75
Recorrente: Paulo Tomaz de Souza
Recorrido : Departamento da Receita
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE
A firma individual Paulo Tomaz de Souza, irresignada com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº 26.393/71, pertinente ao auto de infração nº 24.280/71, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 14 de abril de 1 975 (Registro do Protocolo Geral de fls 68).
Recurso intempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 10 de fevereiro de 1 975 (Recibo de fls 66), evidenciando-se, assim, a inobservância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Por esse motivo, no uso das atribuições que me são conferidas no art. 23, inciso XIX do mesmo Regimento Interno, deixo de receber o recurso, negando seguimento ao feito.
Puplique-se
Brasília, 26 de maio de 1 975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº 52/75
Recorrente: Cia Paulista de Alimentação - DUCHEM
Recorrido : Departamento da Receita
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE
Companhia Paulista de Alimentação DUCHEM, irresignada com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº 31.494/71, pertinente ao auto de infração nº 24.104/71, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 15 de abril de 1 975 (Registro do Protocolo Geral de fls 15).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 24 de março de 1 975 (Recibo de fls 13, evidenciando-se assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os art. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda
Publique-se e Distribua-se
Brasília, 26 de maio de 1 975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº 93/75
Recorrente: Paulo Tomaz de Souza
Recorrido: Departamento da Receita
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE
A firma individual Paulo Tomaz de Souza, irresignada com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº 27.234/71, pertinente ao auto de infração nº 24.282/71, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 14 de abril de 1 975 (Registro do Protocolo Geral de fls 18).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 24 de março de 1 975 (Recibo de fls 16), evidenciando-se assim, do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal. Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se
Brasília, 26 de maio de 1 975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso "ex officio" nº 515/74
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrida: Construtora Eldorado Ltda.
Relator: Juiz Mauro Renan Bittencourt
ACÓRDÃO Nº 69/75 (1.180)
EMENTA: - DECADÊNCIA — Decai a Fazenda do direito de constituir o crédito tributário após cinco anos, contados do exercício seguinte ao em que se tenha iniciado o procedimento fiscal tendente ao lançamento (art. 45, parágrafo único da Lei nº 4.191/62).
REGÊNCIA DE NORMAS - PROCESSOS PENDENTES - Se o saldo de anos para se consumar a decadência, sob a égide da Lei antiga (Lei nº 4.191/62), for inferior ao prazo fixado na nova legislação (Lei nº 5.172/66 - Decreto-Lei nº 62/66, a regência será da norma antiga, em que o prazo decacional se completará em menor tempo.
DECISÃO DE PRIMEIRA INSTANCIA - JULGAMENTO DE MÉRITO - Constitui julgamento de mérito a decisão que pronunciar a decadênncia, a partir de 1º de janeiro de 1974, em razão do disposto no art. 269, IV, do vigente Código de Processo Civil.
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso "ex officio" nº 515/74, em que é Recorrente Departamento da Receita e Recorrido Construtora Eldorado Ltda., acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento nos termos das notas taquigráficas. Ausente à votação o Juiz Newton Egydio Rossi, substituído pelo Juiz Suplente Lourival Abadia Juvenal de Almeida.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 22 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
MAURO RENAN BITTENCOURT
Redator

Recurso Voluntário nº 87/75
Recorrente: M.M. Peixoto Ltda
Recorrido: Departamento da Receita
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE
A firma M.M. Peixoto Ltda., irresignada com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº 1.562/73, pertinente ao auto de infração nº 31.400/73, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 3 de abril de 1975 (Registro do Protocolo Geral de fls. 39).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 17 de março de 1975 (Recibo de fls 36) evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62 combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.
Brasília, 27 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº 88/75
Recorrente: Wajih Ibrahim
Recorrido: Departamento da Receita
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE
A firma individual Wajih Ibrahim irresignada com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº 21.797/72, pertinente ao auto de infração nº 28.022/72, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 9 de abril de 1975 (Registro do Protocolo Geral de fls. 39).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 26 de março de 1975 (Recibo de fls. 36) evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.
Brasília, 27 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso ex officio nº 99/75
Recorrente: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Recorrida: Maria da Consolação Vaz

A autoridade Julgadora de Primeira Instância proferidno decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo nº 146.143/74, pertinente ao auto de infração nº 07317/74, recorreu

de ofício nos termos do art. 262 da Lei nº 4.191/62
Sigam os trâmites
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se
Brasília, 04 de junho de 1 975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº 356/74
Recorrente: DOVA S/A - Materiais para Construção
Recorrido: Departamento da Receita
Face aos termos da petição formalizada a fls 28 dos autos, entendeu a Secretaria deste Colegiado, tratar-se de um outro recurso voluntário totalmente dissociado do RV-348/74, razão porque processou o feito sob rótulo de Recurso Voluntário nº 356/74.
Após a instrução em Primeira Instancia, verifica-se que a referida postulação não tem carater de recurso voluntário.
Por outro lado, não pode ser entendida como Recurso Contra Decisão do Presidente, previsto nos arts. 93 e 94 do Regimento Interno, eis que além de haver ingressado no protocolo em data bastante anterior despacho desta Presidência que deixou de receber o citaddo Recurso Voluntário nº 348/74, face a sua manifesta intempestividade, (Pub. "DF" de 28/11/74, pág. 12), limita-se a se insurgir contra uma simples anotação lançada pelo Senhor Chefe do Serviço de Apoio à Fiscalização, (fls . 19), que outro escopo não teve senão o de ressaltar a intempestividade aludida, sem qualquer sentido decisório.
Evidencia-se, pois, a inconsistência do pedido, motivo pelo qual determino à Secretaria que promova a imediata baixa dos registros anteriormente efetuados, restituindo-se os autos ao Departaxento da Receita, para os fins pertinentes.
Publique-se
Brasília, 30 de maio de 1 975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº 497/74
Recorrente: Instituto do Açucar e do Alcool
Recorrido: Departamento da Receita
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE
O Instituto do Açucar e do Alcool, não se resignando com a decisão de Primeira Instância prolatada no processo nº 40.134/73, que julgou intempestiva sua reclamação contra lançamento de I.P.T.U., ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 10 de setembro de 1 974, conforme registò do Protocolo Geral do GDF. de fls 16.
Intempestivo também é o recurso, pois intimado da aludida decisão "a que" em 20 de agosto de 1974, consoante Aviso de Recebimento da E.C.T. de fls. 23, o prazo recursal começou a fluir no dia subsequente, 21.08.74, expirando-se, induvidosamente em 9 de setembro de 1974, que recaiu numa segunda feira.
Evidencia-se, pois, o descumprimento do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Face ao exposto, deixa de receber o recurso, negando seguimento ao feitio, no uso das atribuições que me são conferidas no art. 23, inciso XIX do mesmo Regimento Interno.
Publique-se
Brasília, 30 de maio de 1 975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº 36/75
Reçorrente: Aldo Haroldo Doria
Recorrido: Secretária de Saúde - Departamento de Fiscalização
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE
Aldo Haroldo Dória, irresignado com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº 108.846/74, pertinente ao auto de infração nº 07006953-0 (Secretaria de Saúde), ofereceu recurso a esta egrégia junta, através de advogado devidamente habilitado, em 26 de fevereiro de 1 975.
Recurso intempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 27 de janeiro de 1 975 (Recibo de fls 6), evidenciando-se assim, a inobservância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Por esse motivo, no uso das atribuições conferidas no art. 23, inciso XIX do mesmo Regimento Interno, deixo de receber o recurso, negando seguimento ao feito.
Publique-se
Brasília, 30 de maio de 1 975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº 439/74
Recorrente: Helena Garcia Silva
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana.
Relator: Juiz João Bispo dos Santos Júnior
ACÓRDÃO Nº 67/78 (1.178)
EMENTA: - AUTO DE INFRAÇÃO - IMPROCEDÊNCIA - FATO ATÍPICO - Improcedente é o auto lavrado pelo simples fato de não possuir recipiente próprio para uso do lixo domiciliar, que não constitui ilícito face à nova redação do art. 304 do Decreto "N" nº 596/67 (Código de Edificações de Brasília), dada pelo Decreto nº 2.859 de 12 de julho de 1974
INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA - NULIDADE ABSOLUTA - A inscrição do débito em dívida ativa é nula se efetuada antes de prolatada a decisão final no processo administrativo-fiscal.
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário nº 439/74, em que é Recorrente Helena Garcia Silva e Recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à maioria de votos, conhecer do recurso para lhe dar provimento, sendo votos vencidos os dos Juízes João Bispo dos Santos Júnior e Adolfo Dias Lopes, que negavam provimento ao recurso por entenderem tipificado na legislação vigente o fato descrito no auto de infração. E, à unanimidade de votos, declarar nula a inscrição do débito em Dívida Ativa, tudo nos termos das notas taquigráficas.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 22 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
NELSON FERNANDES EUSTÁQUIO
Redator

Recurso ex officio nº 302/74
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrida: Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio
Relator: Juiz Mauro Renan Bittencourt
ACÓRDÃO Nº 071/75 (1.182)
EMENTA: - DIFERENÇA DE SISA - Não há diferença a recolher do Imposto de Transmissão inter vivos, se o valor do imóvel fixado pelo Fisco, antecede ao ato translativo.
Vistos. relatados e discutidos os autos do recurso ex officio nº 302/74, em que é Recorrente Departamento da Receita e Recorrida Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Ausente à votação o Juiz Suplente Lourival Abadia Juvenal de Almeida.
Sala das Sessões-Brasília-DF, em 27 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
MAURO RENAN BITTENCOURT
Redator

Recurso Voluntário nº 449/74
Recorrente: Pedro Rodrigues da Silva
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Relator: Juiz Adolfo Dias Lopes
ACÓRDÃO Nº 66/75 (1177)
EMENTA: - ILEGITIMIDADE DE PARTE - PRELIMINAR - Quando fato em tese não constituir illcito, não se conhece da preliminar de ilegitimidade de parte, para se julgar o mérito.
AUTO DE INFRAÇÃO - IMPROCEDÊNCIA - FATO ATIPICO - Improcedente é o auto lavrado pelo simples fato de não possuir recipiente próprio para uso do lixo domiciliar, que não constitui ilícito, face à nova redação do art. 304 do Decreto "N" nº 596/67 (Código de Edificações de Brasília), dada pelo Decreto nº 2.668, de 12 de julho de 1974.
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário nº 449/74, em que é Recorrente Pedro Rodrigues da Silva e Recorrido Serviço Autonomo de Limpeza Urbana, acorda a Junta de Recursos Fiscais, preliminarmente, por maioria de votos, rejeitar a arguição de ilegitimidade de parte, sendo votos vencidos os dos Juízes Adolfo Dias Lopes e João Bispo dos Santos Junior. No mérito, também, à maioria de votos, dar provimento ao recurso, sendo votos vencidos os dos Juízes Adolfo Dias Lopes e João Bispo dos Santos Junior, que negavam provimento ao recurso por entenderem tipificado o fato descrito no Auto de Infração.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 22 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
MAURO RENAN BITTENCOURT
Redator

Recurso "ex officio" nº 437/74
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrida: Madeireira nacional S/A.
Relator: Juiz Mauro Renan Bittencourt
ACÓRDÃO Nº 68/75 (1179)
EMENTA: - IVC - PRODUTO EXTRATIVO - MADEIRA - Tratando-se de produto extrativo - "in casu" madeira o imposto é devido ao Estado produtor, "ex vi" do art. 1º, da Lei nº 4.299/63.
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso "ex officio" nº 437/74, em que é Recorrente Departamento da Receita e Recorrida Madeireira Nacional S/A., acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Ausente à votação o Juiz Newton Egydio Rossi, substituído pelo Juiz Suplente Lourival Abadia Juvenal de Almeida.
Sala das Sessões -Brasília-DF., em 22 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
MAURO RENAN BITTENCOURT
Redator

Recurso "ex officio" nº 506/74
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrido: José Augusto
Relator: Juiz Mauro Renan Bittencourt
ACORDÃO Nº 072/75 (1.183)

EMENTA: — DECADÊNCIA — Decai a Fazenda do direito de constituir o crédito tributário após cinco anos, contados do exercício tributário após cinco anos, contados do exercício seguinte ao em que se tenha iniciado o procedimento fiscal tendente ao lançamento (art. 45, parágrafo único da Lei nº 4.191/62).
REGÊNCIA DE NORMAS — PROCESSOS PENDENTES — Se o saldo de anos para se consumar a decadência, à luz da Lei nº 4.191/62). REGÊNCIA DE NORMAS — PROCESSOS PENDENTES — Se o saldo de anos para se consumar a decadência, à Luz da Lei nº 4.191/62, for igual ao prazo fixado no Decreto-lei nº 82/66, e constatado nesta ausência de regra aplicável à espécie, a regência será da norma antiga.

DECISÃO DE PRIMEIRA INSTANCIA — JULGAMENTO DE MÉRITO— Constitui julgamento de mérito a decisão que pronunciar a decadência a partir da 1º de janeiro de 1974, em razão do disposto no art. 269, IV, do vigente Código de Processo Civil.
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso "ex officio"nº 506/74, em que é Recorrente Departamento da Receita e Recorrido José Augusto, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento nos termos das notas taquigráficas,

Sala das Sessões-Brasília-DF., em 27 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
MAURO RENAN BITTENCOURT
Redator

Recurso ex-officio nº 513/74
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrido : Antonio limongi
Relator: Juiz João Bispo dos Santos Junior
ACÓRDÃO Nº 50/75 (1.161)
EMENTA: - DECADÊNCIA - Decai a Fazenda do direito de constituir o crédito tributário após cinco anos, contados do exercício seguinte ao em que se tenha iniciado o procedimento fiscal tendente ao lançamento (art. 45, parágrafo único da Lei nº 4.191/62).
REGÊNCIA DE NORMAS - PROCESSOS PENDENTES - Se o saldo de anos para se consumar a decadência, à luz da Lei nº 4.191/62, for inferior ao prazo fixado na nova legislação (Lei nº 5.172/66 - Decreto-lei nº 82/66), a regência será da norma antiga, em que o prazo decacional se completará em menor tempo.
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso ex-officio nº 513/74, em que é Recorrente Departamento da Receita e Recorrido Antonio Limongi, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas.
Sala das Sessões - Brasília-DF., em 02 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
relator

Recurso ex-officio nº 527/74.
Recorrente: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Recorrida : ENCOL S/A. - Engenharia,Comércio e Indústria
Relator: Juiz João Bispo dos Santos Junior
ACÓRDÃO Nº 51/75 (1.162)
EMENTA - AUTO DE INFRAÇÃO - IMPROCEDÊNCIA - Improcedente é o auto de infração lavrado por ilícito cometido em virtude de orientação equívoco da Administração, reconhecida pelo autuante.
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso ex-officio nº 527/74, em que é Recorrente Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e Recorrida ENCOL S/A. - Engenharia, Comércio e Industria, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 02 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Relator

Recurso ex-officio nº 357/74
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrida : Madeireira Nacional S/A.
Relator : Luiz Adolfo Dias Lopes
ACORDÃO Nºs. 82/75 (1.163)
EMENTA: - DECADÊNCIA - Decai a Fazenda do direito de constituir o crédito tributário após cinco anos contados do início do procedimento fiscal, tendente ao lançamento (art 184, parágrafo único do Decreto-lei nº. 82/66).
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso ex officio nº. 357/74, em que é Recorrente Departamento da Receita e Recorrida Madereira Nacional S/A,., acorda a Junta de Recursos Fiscais, á unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe dar provimento, no sentido, tão só, de declarar a não ocorrência da caducidade do direito da Fazenda à epoca da prolação da sentença de Primeira Instância, todavia, declará-lo, agora, face ao efetivo decurso do prazo quinquenal, nos termos das notas taquigráficas.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 02 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

ADOLFO DIAS LOPES
RedatorRecurso ex-officio nº 501/74
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrida: Delaine Auto Peças Ltda.
Relator: Juiz Adolfo Dias Lopes
ACÓRDÃO Nº 53/75 (1.164)
EMENTA - DECADÊNCIA - Decai a Fazendado direito de constituir o crédito tributário após cinco anos, contados do exercício seguinte ao em que se tenha iniciado o procedimento fiscal tendente ao lançamento (art. 45, parágrafo único da Lei nº 4.191/62).
REGENCIA DE NORMAS PROCESSOS PENDENTES - Se o saldo de anos para se consumar a decadência, à luz da Lei nº 4.191/62, for igual ao prazo fixado no Decreto-lei nº 82/66, e constatada neste ausência de regra aplicável à época, a regência será de norma antiga
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso ex-officio nº 501/74, em que é Recorrente Departamento da Receita e Recorrida Delaine Auto Peças Ltda., acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas.
Sala das Sessões-Brasília., em 02 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS

ADOLFO DIAS LOPES
Relator

RECURSO: VOLUNTARIO nº. 312/74
Recorrente: Magepire Lanches Ltda
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Relator: Juiz Walter Basnioki Linhares
ACÓRDÃO Nº 54/75 (1.165)
EMENTA : - AUTORIA CONFESSA - Configurada a infração e confessada sua autoria, alegações do atuado sobre fatos circunstânciais não o exoneram das penalidades cominadas em lei.
NULIDADE DA INSCRIÇÃO EM DIVIDA ATIVA - A inscrição em Dívida Ativa é nula se efetuada

antes de prolatada a decisão final no processo administrativo fiscal.
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário nº 312/74, em que é Recorrente Magapire Lances Ltda. e Recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, declarando, porém, nula de pleno direito a inscriçao do débito em Dívida Ativa, nos termos das notas taquigráficas.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 12 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
WALTER BASNIAKI LINH-RES
Relator

Recurso ex-officio nº 457/74

Recorrente: Departamento da Receita
Recorrido: Vicente Tardio
Relator: Juiz Adolfo Dias Lopes
ACÓRDÃO Nº. 55/75 (1.166)
EMENTA: - IPTU - REVISÃO DE LANÇAMENTO - Correto é o procedimento administrativo que altera o lançamento em virtude de provas convincentes consubstanciadas na impugnação do sujeito passivo
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso ex-officio nº 457/74, em que é Recorrente Departamento da Receita e Recorrido Vicente Tardio, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 06 de maio de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
ADOLFO DIAS LOPES
Relator

ATA DE SESSAO ORDINARIA DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DF
Às 15 h. do dia 27 de maio de 1975, terça-feira, reuniu-se a Junta de Recursos Fiscais, sob a Presidência do Exmo. Sr. Presidente, Juiz Amaury Ubirajara da Silva Ramos e presentes - os Juízes - Newton Egydio Rossi, Mauro Renan Bittencourt, João Bispo dos Santos Junior, Adolfo Lopes, Walter Basniaki Linhares e Nelson Fernandes Eustáquio, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Darione Nunes Cardoso. Foi lida e aprovada a ata da sessão ordinária realizada dia 22 de maio de 1975. Foram conferidos os acórdãos nºs.: 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78 e 79/75, referentes aos seguintes recursos: Ex officio nºs: 302, 506, 526 e 536/74 e 48/75; Voluntário nº. 460/74 e Ex officio nºs: 521 e 537/74 e 33/75, respectivamente. Com a palavra, o Sr. Presidente designou o Juiz Mauro Renan Bittencourt, para compor a Comissão encarregada da elaboração do ementário deste Tribunal, ficando previsto que o prazo para a elaboração do trabalho, será fixado na próxima sessão ordinária. Da pauta de julgamento do dia constou: Para início de votação: Reo-519/74, em que é recorrente Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, recorrida Raimunda de Paula Soares e relator o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. Concluido o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. Reo-15/75, em que é recorrente Departamento da Receita, recorrida Anhanguera S. A. Engenharia e Comércio e relator o Juiz Newton Egydio Rossi. Concluido o julgamento, foi proferida a seguinte decisão:
A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Newton Egydio Rossi. Reo-50/75, em que é recorrente Departamento da Receita, recorrido Felipe Elias Nane e relator o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. Concluido o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. Nada mais havendo a ser deliberado, ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra para o dia 30 de maio de 1975, às 15h. E, por nada mais constar, eu, Ronaldo Marcio do Valle, Assistente da Junta, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, Sr. Representante da Fazenda e demais Juízes presentes à sessão ordinária do dia 30 de maio de 1975, data em que foi aprovada. Certifico que a presente ata, foi assinada em sessão pelos Juízes: Amaury Ubirajara da Silva Ramos, Mauro Renan Bittencourt, Newton Egydio Rossi, João Bispo dos Santos Júnior, Adolfo Lopes, Walter Basniaki Linhares, Nelson Fernandes Eustáquio, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Darione Nunes Cardoso.

RONALDO MARCIO DO VALLE
Assistente

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATOS DO SECRETÁRIO

DESPACHOS

PROCESSO Nº 055109/75-GDF
INTERESSADO: Divisão de Inspeção de Ensino
ASSUNTO: Solicita esclarecimentos sobre aprovação de currículos.
HOMOLOGO o Parecer nº 009/75-CEDF, de 10/03/75, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal na sessão plenária de 25/03/75, que dispõe sobre aprovação de Regimentos Escolares e orientação normativa sobre a tramitação de processos relativos à matéria, cuja conclusão é do seguinte teor:
"PARECER - Diante do exposto, o parecer é no sentido de que:
I - O Conselho de Educação do Distrito Federal, apresente o quadro referencial de matérias da parte diversificada, do currículo para ensino de 1º e 2º graus, com base nos estudos contidos, entre outros nos Pareceres nºs 339/72 e 871/72, do Conselho Federal de educação e Parecer nº 76/74, do Conselho de Educação do Distrito Federal.
II - Antes da Autorização precária, prevista no Art. 160/Resolução nº 01/74, seja ouvido o Conselho de Educação nos processos que contenham matérias estranhas ao quadro referencial da parte diversificada, bem como, nos relacionados como propostas de experiência pedagógica, de tratamento especial e de regime de matrícula por disciplina, na forma do art. 43, da citada Resolução nº 01/74

III - os processos sobre autorização de funcionamento de novos estabelecimentos particulares de ensino, no Distrito Federal, sejam instruídos com parecer do Conselho de Educação do Distrito Federal, guardando-se o entendimento de que a medida autorizativa será dada através de ato do Senhor Secretário de Educação e Cultura, publicado no "Distrito Federal".
IV - nos processos sobre reconhecimento, segundo o disposto nos artigos 161, 162 e 163, da Resolução nº 01/74, haja distinção entre os atos relativos a reconhecimentos, como unidades escolares, e de cursos devidamente autorizados".
Em 17/04/75
WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura

PROCESSO Nº.: 32628/75 -FEDF
INTERESSADO : Diretoria Geral de Pedagogia
ASSUNTO: Aprecia as propostas curriculares para as 4 últimas séries do ensino de 1º. Grau diurno e noturno proposta pela DGP/FEDF.

HOMOLOGO o Parecer Nº. 10/75-CEDF, de 17/03/75, aprovado por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal na sessão plenária de 01/04/75, cuja conclusão é do seguinte teor:
"Ambas as propostas curriculares apresentadas estão legalmente amparadas pelo Art. 20 da Resolução nº. 01/74 do Conselho de Educação do Distrito Federal que dipõe sobre o aumento gradativo da carga horária destinada a formação especial nas últimas séries. Atendem igualmente o Parecer nº. 1292 do Conselho Federal de Educação no que concerne a E.M.C quer como disciplina específica, quer como componente curricular de Estudos Sociais.
O Parecer é no sentido de que o conselho de Educação do Distrito Federal tomou conhecimento e apreciou as propostas curriculares apresentadas e já aprovadas pelo Senhor Presidente da Fundação Educacional do Distrito Federal, as quais integram o presente parecer, como anexo."
Em 11 /04/75

WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal.

PROCESSO Nº.: 051903/75
INTERESSADO : João Alberto de Souza Torres
ASSUNTO : Requer certificado de conclusão dos Exames de Suplência, Cultura Geral 2º. Grau.

HOMOLOGO o Parecer nº. 11/75-CEDF, de 01/04/75, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal na sessão plenária de 01/04/75, cuja conclusão é do seguinte teor:
"Parecer - Do exposto na Análise e considerando-se o posicionamento deste Colegiado frente a casos análogos, nosso Parecer é no sentido de que:
1º. - casos semelhantes ao do interessado sejam examinados por este Colegiado quando se comprove tratar-se de residentes no Distrito Federal;
2º. - seja concedido ao interessado certificado de conclusão de Exames de suplência - 2º. Grau (Cultura Geral) desde que o mesmo comprove residir no distrito Federal."
Em 11/04/75.

WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal.

PROCESSO Nº. 054805/75-GDF
INTERESSADO: Secretaria de Educação e Cultura
ASSUNTO : O.I. nº. 038/75-CEPLAN/SEC, encaminha a proposta de reformulação do Departamento de Ensino Complementar para 1 975.
HOMOLOGO o Parecer nº. 12/75 - CEDF, de 08/04/75, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, na sessão plenária da mesma data, que dispõe sobre a programação do Departamento de Ensino Complementar para 1 975, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal, cuja conclusão é do seguinte teor:
"PARECER - O Parecer é no sentido de que se aprove o Programa do DEC/DGP/FEDF, elaborado de acordo com a Sistemática Operacional do DSU/MEC".

Em 15/04/75

WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL

ATOS DO PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº. 16/75-C.D.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias, e tendo em vista o que consta do Processo nº. 34696/75-FEDF,

RESOLVE:
"Ad referendum" do Conselho Diretor:
Autorizar o afastamento de MARIA DOLORES DA COSTA NUNES, Professora do Ensino Médio, Classe "B", inscrição nº. 84.996, contratada da FEDF, sem prejuízo de seus vencimentos, para que possa frequentar o curso de "ARTE NA EDUCAÇAO ESPECIAL", promovido pela Escolinha de Arte do Brasil, no período de 02 de maio a 27 de junho de 1975, a realizar-se no Rio de Janeiro, comprometendo-se a mesma a prestar seus serviços a esta Fundação, quando do seu retorno, pelo período mínimo de 02 (dois) anos.
O não cumprimento da prestação dos serviços acima mencionados, implicará nas sanções previstas no Artigo 9º. do Decreto "N" nº. 542, de 17/11/66.

Brasília, 08 de Maio de 1 975.

WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

RESOLUÇÃO Nº. 17/75-C.D.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias, e tendo em vista o que consta do Processo nº. 34696/75-FEDF,

RESOLVE:
"Ad referendum" do Conselho Diretor:
Autorizar o afastamento de BERNADETH CANDIDA DA SILVA FREITAS, Professora do Elementar, Classe "C", inscrição nº. 80.352, contratada da FEDF, sem prejuízo de seus vencimentos, para que possa frequentar o curso de "ARTE NA EDUCAÇAO ESPECIAL", promovido pela Escolinha de Arte do Brasil, no período de 02 de maio a 27 de junho de 1975, a realizar-se no Rio de Janeiro, comprometendo-se a mesma a prestar seus serviços a esta Fundação, quando do seu retorno, pelo período mmínimo de 02 (dois) anos.
O não cumprimento da prestação dos serviços acima mencionados, implicará nas sanções previstas no Artigo 9º. do Decreto "N" nº. 542, de 17/11/1966.
Brasília, 08 de Maio de 1 975
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional
do Distrito Federal

CONSELHO DE EDUCAÇÃO

A Presidente do Conselho de Educação do Distrito Federal, tendo em vista o disposto nos artigos 5º e 25, incisos IX e XII, do Regimento do órgão, aprovado pelo Decreto 2894, de 13 de maio de 1975,

RESOLVE:
constituir a Câmara de Ensino, composta pelos seguintes membros:
Ecilda Ramos de Souza, Presidente
Anna Bernardes da Silveira Rocha
Gildo Willadino
José Teixeira da Costa Nazareth
Josephina Desounet Baiocchi
Sergio Faria

Suplentes:
Carlos Fernando Mathias de Souza
Eudaldo Silva Lima
Julio Cesar Santos
Paulo Vicente Guimarães.
Brasília, 23 de maio de 1975.
CONSELHO DE EDUCAÇAO DO DISTRITO FEDERAL
ANNA BERNARDES DA S. ROCHA
Presidente

A Presidente do Conselho de Educação do Distrito Federal, tendo em vista o disposto nos artigos 5º e 25, incisos IX e XII, do Regimento do órgão, aprovado pelo Decreto 2894, de 13 de maio de 1975,

RESOLVE:
As Comissões Especial de Ensino, Permanente de Planejamento e Permanente de Legislação e Normas, passam a denominar-se, respectivamente, Câmara de Ensino (CE), Câmara de Planejamento (C.P) e Câmara de Legislação e Normas (C.L.N).
Brasília, 23 de maio de 1975
CONSELHO DE EDUCAÇAO DO DISTRITO FEDERAL
ANNA BERNARDES DA S. ROCHA
Presidente

Parecer Conclusivo nº 02/75-CEnE
Aprova anuidades escolares do Colégio Objetivo SP-B referentes ao exercício de 1974 (processo nº 058374/74-GDF).
A Comissão de Encargos Educacionais, em reunião de 04/03/75, examinou o pedido de aprovação de anuidade do Colégio Objetivo SP-B e, tendo em vista a Instrução nº 02/74-CEnE, aprovada pelo Parecer Conjunto da Comissão Permanente de Legislação e Normas do Conselho de Educação do Distrito Federal au-1º/-ou as primeiras anuidades:
a) para o 2º Grau - período diurno - no valor de Cr$4.000,00 (quatro mil cruzeiros) e
b) para 2º Grau - período noturno - no montante de Cr$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos cruzeiros).
Brasília, 04 de março de 1 975
Eudaldo Silva Lima
Presidente
Lorival Vieira Fernandes
SUNAB/DF
Ayrton Pinheiro de Almeida
UNAF/DF
Aprovado na CEnE em 04/03/75 e Em Plenário, em 25/03/75,
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
Anna Bernardes da S. Rocha
Presidente

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

ATOS DO SUPERINTENDENTE

INSTRUÇAO - DE 06 DE MAIO DE 1975
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do Processo nº 09.315/75,
RESOLVE:
Designar o servidor LEONARDO DA COSTA GUIMARAES, matrícula nº 50.599, Auxiliar Técnico de Administração EP-12, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC-07, de Chefe da Seção de Impressão, e Reprodução da Divisão de Documentação e Comunicações, do Departamento Administrativo, da Diretoria Administrativa a partir de 01 de maio de 1975.
Brasília, 06 de maio de 1975
Engº JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Diretor Superintendente

PROCESSO Nº: 320.186-A/74
INTERESSADO: SERVIÇO DE ADMINISTRAÇAO GERAL
ASSUNTO: AUTORIZAÇAO PARA LICITAÇAO, A FIM DE ARRENDAMENTO DOS BARES E LANCHONETES DO ESTADIO, AUTODROMO E QUADRAS EXTERNAS.
DESPACHO DO COORDENADOR DO SISTEMA DE MATERIAL: ENCERRO, com fundamento no artigo 14, do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1.971, a Tomada de Preços nº 20/75-SEA, de acordo com o parecer de fls. 18 da Comissão de Licitação.
Em 09 de maio de 1.975.
JORGE CAETANO
COORDENADOR DO SISTEMA DE MATERIAL

INSTRUÇAO - DE 08 DE MAIO DE 1975
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 09.524/75,
RESOLVE:
Designar o servidor JOSÉ CONRADO DANTAS, matrícula nº 00.639, Auxiliar de Administração EP-03, para responder pelo Emprego em Comissão Símbolo EC—07, de Chefe da Seção de Transportes, da Divisão de Serviços Gerais, da Diretoria Administrativa, durante o impedimento do seu titular, no período de 23 a 25 de abril de 1975.
Brasília, 08 de maio de 1975
Engº JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Diretor Superintendente

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

Atos do Chefe

A CHEFIA DA DIVISAO DE SERVIÇOS GERAIS DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, usando das atribuições que lhe confere, conforme REGULAMENTO INTERNO DE PESSOAL,
RESOLVE:

Aplicar a pena de SUSPENSAO de 3 (três) dias ao servidor MANOEL ALVES FERREIRA, matrícula nº 17415, Guarda-nível 8, lotado na Divisão de Serviços Gerais-DA, tendo em vista os elementos constantes do processo nº. 30.075/74.

ORLANDO RODRIGUES DA CUNHA FILHO
Chefe da Divisão de Serviços Gerais-DSG
Respondendo

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

CONSELHO EXECUTIVO DO DER-DF

ATA DA 324ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO EXECUTIVO DO DER—DF
Aos dezessete dias do mês de março de mil novecentos e setenta e cinco, no Edifício Sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, situado no Setor de Areas Isoladas Norte - Bloco "C" Brasília-DF realizou-se a 324ª. Reunião Ordinária do Conselho Executivo do DER-DF, sob a presidência do Engº Nid Dutra d'Amorim e com a presença dos seguintes Membros: Arthur Coelho de Mello, Élio Moulin, João Carlos Ribeiro de Paula Pinto, José Medeiros de Oliveira e Rubens Zeferino do Amaral. ABERTURA DA SESSÃO E LEITURA DA ATA: Às quinze horas e trinta minutos, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão e determinou que se procedesse à leitura da Ata da reunião anterior que, posta em discussão foi aprovada. Em seguida, o Doutor Elio Moulin, por solicitação do Sr. Presidente, saudou o novo Membro do Conselho Executivo do DER-DF, Engº. João Carlos Ribeiro de Paula Pinto, designado pela Instrução de Serviço de 11/03/75, do Sr. Diretor Geral do DER-DF, para o cargo de Diretor da Divsão de Equipamento Mecânico e Produção Industrial, e consequentemente Membro deste Conselho conforme disposto no Art. 11, letra "b", do Decreto "N" Nº. 464, de 10 de dezembro de 1 965. Logo após, o Engº. João Carlos Ribeiro de Paula Pinto agradeceu os votos de boas vindas recebidos e disse da satisfação e honra em participar deste Colegiado, prometendo evidar os melhores de seus esforços, no sentido de cumprir dignamente as tarefas que lhe foram confiadas. ORDEM DO DIA: Processo Nº. 00267/75 - referente à Tomada de Preços Nº. 002/75, para fornecimento de pneus e câmaras de ar para veículos e máquinas. DECISÃO: O Conselho, face ao relatório da Comissão Permanente de Concorrências, decidiu homologar a Tomada de Preços Nº. 002/75 e, em consequência, autorizar o fornecimento de pneus e câmara de ar pelas firmas: Renovadora de Pneus OK Ltda, Recapagem Royal Ltda, Canadense S/A - Indústria e Comércio de Borracha e Derivados, H.C. Pneus Ltda e Pneus Goiano Ltda, conforme indicação constante dos Mapas Resumos de fls. 51 a 54 do Processo em epígrafe, no valor global de Cr$ 132.314,96 (cento e trinta e dois mil, trezentos e quatorze cruzeiros e noventa e seis centavos), com prazo de entrega de 10 (dez dias contados do recebimento pelas firmas vencedoras da Nota de Empenho respectiva, observadas as demais condições estipuladas no Edital da Tomada de Preços em referência. ENCERRAMENTO: As dezessete horas, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Leonardo Leite Praça, lavrei a presente Ata que, aprovada, vai assinada pelo Sr. Presidente, por mim que a secretariei e pelos Senhores Membros presentes.

NID DUTRA D' AMORIM
Presidente
LEONARDO LEITE PRAÇA
Secretário

MEMBROS:
ARTHUR COELHO DE MELLO
ELIO MOULIM
JOÃO CARLOS RIBEIRO DE PAULA PINTO
JOSE MEDEIROS DE OLIVEIRA
RUBENS ZEFERINO DO AMARAL.

CONSELHO RODOVIÁRIO

ATA da 405ª. Reunião Ordinária do Conselho Rodoviário do Distrito Federal, realizada aos dois dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e cinco, no Edifício Sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, situado no Setor de Areas Isoladas Norte - Bloco "C" - Brasília-DF. PRESIDENCIA: Presidiu a reunião o Doutor Joir da Silva Martins Brasileiro, Chefe do Gabinete da Secretaria de Viação e Obras, Substituto legal do Exmo. Sr. Secretário de Viação e Obras, Engº Sizínio de Andrade Galvão, Presidente Nato deste Conselho. CONSELHEIROS PRESENTES: Aloysio de Carvalho Silva, Carlos Alberto Ribeiro de Brito, Jethro Bello Torres, João Mata Pires e Arthur Coelho de Mello, Chefe do Gabinete, respondendo pelo Diretor-Geral do DER-DF, tendo como Secretário o servidor João Daniel de Souza Queiroz. ABERTURA DA SESSAO E LEITURA DA ATA: As onze horas e trinta minutos, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão e determinou que se procedesse à leitura da Ata da reunião anterior que, posta em discussão, foi aprovada. EXPEDIENTE: Não houve. ORDEM DO DIA: Processo Nº 00718/75 - referente ao parecer conclusivo da Junta de Controle do DER-DF, no Balancete do mês de FEVEREIRO/75. - Distribuído ao Conselheiro Carlos Alberto Ribeiro de Brito, para relatar. ASSUNTOS DIVERSOS: O Conselheiro Jethro Bello Torres, solicitou informações sobre a Via Expressa - Estrada Parque Ceilândia (EPCL), especialmente, quanto ao Trevo de interseção daquela Via com a Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA). O Engº. Arthur Coelho de Mello e o Arquiteto Aloysio de Carvalho Silva, respectivamente, Chefe do Gabinete, respondendo pelo Diretor-Geral do DER-DF e Diretor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras, informaram que o assunto está sendo examinado e das 3 (três) opções apresentadas à Secretaria de Viação e Obras, como se seguem, brevemente se terá uma definição: 1ª. opção - ligação direta ao Eixo Monumental, apresentada pela EULER S/A - Engenharia e Consultoria, responsável pelo projeto da referida Via Expressa; 2ª. opção - trevo de distribuição em frente à Estação Ferroviária, apresentada pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo - SVO; 3ª. opção - ligação direta ao Eixo Monumental, apresentada pela Empresa de Consultoria acima citada, contratada pelo DER-DF, para a execução do Projeto da referida Via. O Sr. Diretor do D.A.U./SVO afirmou sua opinião em defender o Eixo Monumental, considerando-o via urbana, razão pela qual, não se deve ligá-lo diretamente a uma Estrada Parque, principalmente, quando se trata de uma Via Expressa, uma vez que o citado Eixo é a via cívica do Distrito Federal, e como tal, essa interseção direta estará desrespeitando as características do seu projeto original. Em seguida, o Engº Arthur Coelho de Mello comunicou ao Conselho que o DER-DF, por solicitação do Exmo. Sr. Secretário de Viação e Obras, está procedendo ao desmatamento do Eixo Monumental, no trecho restante, para complementação dessa via, ligando-o à Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA). Logo após, o Conselheiro João Mata Pires, solicitou ao Sr. Presidente, e este ao Sr. Diretor Geral do DER-DF, diligenciar meios para providências do Processo nº 00134/75 - referente à Minuta da nova estrutura orgânica do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, visando a implantação do novo Plano de Classificação de Cargos do Pessoal Civil do Distrito Federal. Usando da palavra o Conselheiro Carlos Alberto Ribeiro de Brito deu conhecimento ao Conselho do novo traçado da Rodovia BR-020, explicando as razões da referida alteração. Finalmente, o Sr. Presidente transmitiu a todos o Convite do Exmo. Sr. Secretario de Viação e Obras, Engº Sizínio de Andrade Galvão, para a Missa a ser celebrada na Catedral de Brasília, às dezenove horas deste dia., a pedido da Associação Comercial e Federações da Indústria e do Comércio do Distrito Federal, pela passagem do primeiro ano do Governo Elmo Serejo Farias. ENCERRAMENTO: As doze horas e trinta minutos, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, João Daniel de Souza Queiroz, lavrei a presente Ata que, aprovada, vai assinada pelo Sr. Presidente, por mim que a secretariei e pelos Senhores Conselheiros presentes.

PRESIDENTE
JOIR BRASILEIRO
SECRETARIO:
JOAO DANIEL DE SOUZA QUEIROZ
CONSELHEIROS:
CARLOS ALBERTO RIBEIRO DE BRITO
JETHRO BELLO TORRES
ALOYSIO DE CARVALHO SILVA
JOFFRE MOZART PARADA
NID DUTRA D'AMORIM

ATA da 408ª. Reunião Ordinária do Conselho Rodoviário do Distrito Federal, realizada aos vinte e quatro dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e cinco, no Edifício Sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, situado no Setor de Areas Isoladas Norte - Bloco "C" Brasília-DF. PRESIDENCIA: Presidiu a reunião o Doutor Joir da Silva Martins Brasileiro, Chefe do Gabinete da Secretaria de Viação e Obras, Substituto legal do Exmº. Sr. Secretário de Viação e Obras. Engº. Sizínio de Andrade Galvão, Presidente Nato deste Conselho. CONSELHEIROS PRESENTES: Aloysio de Carvalho Silva, João Mata Pires, Joffre Mozart Parada, Geraldo Rodrigues dos Santos, Jethro Bello Torres e Nid Dutra d' Amorim. ABERTURA DA SESSÃO E LEITURA DA ATA: Abrindo a sessão, às onze horas e quinze minutos, o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Conselho o nome do servidor Celso Kleber de Souza Corrêa, para substituir o Secretário João Daniel de Souza Queiroz, no período de 22.04.75 a 02.05.75, conforme proposta do Sr. Diretor Geral do DER-DF contida no Processo Nº.01048/75. Tendo sido a indicação acolhida pelo Conselho, o Sr. Presidente determinou ao Secretário Substituto que procedesse à leitura da Ata da reunião anterior que, posta em discussão foi aprovada. EXPEDIENTE: O Conselho tomou conhecimento das Atas da 702ª. e 703ª. reuniões da Junta de Controle do DER-DF, bem como dos relatórios que as acompanhavam, tendo o Sr. Presidente determinado seus respectivos arquivamentos. ORDEM DO DIA: Não houve. ASSUNTOS DIVERSOS: O Conselheiro Nid Dutra d'Amorim comunicou ao Conselho que, no dia 22/04/75, foi publicada a notícia resumida de Concorrência Nº 002/75, para construção sob o regime de empreitada por preço global de 2 (dois) Viadutos situados na interconexão EPTG/EPCT, na Cidade Satélite de Taguatinga-Distrito Federal, é que as obras estão estimadas aproximadamente em Cr$ 6.000.000,00, cumprindo-se assim mais uma etapa do plano de trabalho do Departamento para o corrente exercício. ENCERRAMENTO: As doze horas e trinta minutos, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Celso Kleber de Souza Corrêa, lavrei a presente Ata que, aprovada, vai assinada pelo Sr. Presidente, por mim que a Secretariei e pelos Senhores Conselheiros presente.

JOIR BRASILEIRO
Presidente
CELSO KLEBER DE SOUZA CORREA
Secretário.

DISTRITO FEDERAL

Bancas de Jornais e Revistas na Avenida W/3, Plano Piloto, em que podem ser adquiridos exemplares do DISTRITO FEDERAL:

CASA DO PEQUENO POLEGAR - Av. W/3, Q. 509.

BANCA PREDIAL-BRASÍLIA - Do sr. Francizek Limach. Quadra 502, ao lado da Inca S/A.

BANCA J. SILVA - Do sr. José Lindolfo da Silva. Quadra 504, ao lado da Drogaria Carioca.

BANCA DOM BOSCO - Do sr. Antônio Barbosa, quadra 506 ao lado da Padaria Dom Bosco.

BANCA BANCO FRANCÊS - Do sr. Divino Rodrigues Faria. Quadra 507, ao lado do Banco Frances.

BANCA CRUZEIRO DO SUL - Do sr. Miguel Dante, Quadra 507, ao lado da Caixa Econômica.

BANCA BRASÍLIA - Do sr. Raimundo Caiado. Quadra 508, ao lado dos Correios e Telégrafos.

EDIFÍCIO DO I.R.B. - Setor de Autarquias Sul - andar térreo.

BANCA MARIA GARCIA SILVA - SQ-303.

BANCA SAN FRANCESCO DI PAOLA - SQS-312.

BANCA AÇÃO SOCIAL DO PLANALTO - AV. W-3, Quadra 510 - Entre os blocos B e C.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 21 DE MAIO DE 1975

O SECRETARIO E DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.868, de 25 de março de 1975, e tendo em vista o que preceitua o artigo 143, do Decreto nº 59.310, de 27 de setembro de 1966,
RESOLVE:
aprovar o elogio outorgado aos servidores abaixo mencionados, pelo Coordenador de Informações, Planejamento e Operações, nos seguintes termos:

"Ao se afastar da CIPO para assumir a direção do Centro de Internamento e Reeducação - CIR, é com muito prazer e dever de justiça que louvo o Dr. ROGÉRIO BERNARDINO BARBOSA GOMES, Delegado de Polícia PC:201.7, matrícula nº 33.335, pela organização, trabalho e alto senso de responsabilidade.
Executou, na área de segurança bancária, um trabalho exemplar, com seriedade e firmeza, mantendo um relacionamento agradável com todos, ao mesmo tempo que cumpria as tarefas a que se propôs.
Deixa o Dr. Rogério aqui na CIPO, amigs, levando consigo votos de muitas felicidades na sua nova missão, na qual, estamos certos, sair-se-á galhardamente, pois é dinâmico organizado e possuidor de forte espírito de luta.

O Agente Auxiliar de Polícia 15-B, JOSÉ BEZERRA DA COSTA, matrícula nº 30.875, auxiliou Dr. Rogério na organização do serviço de segurança bancária. É amigo do chefe e colaborador com colegas de equipe, sério, trabalhador e organizado, deixando sua marca no trabalho empreendido. É com pesar que vemos o seu afastamento, mas estamos certos que continuará dando tudo para cumprir as novas tarefas que lhe forem atribuidas no CIR. É leal, merecedor da confiança do chefe e possuidor de espírito embativo.

O Patrulheiro B, JOSÉ XAVIER DO NASCIMENTO, matrícula nº 31.469, auxiliou o Dr. Rogério na organização da segurança bancária, onde trabalhou incansável e valiosamente.
Foi responsável pelo material e transporte da CIPO, onde seu alto senso de responsabilidade pôde ser avaliado, a par da capacidade de fiel cumpridor de seus deveres.
Lamentámos seu afastamento da CIPO e desejamo-lhes felicidades no cumprimento das novas missões.
Distrito Federal, de maio de 1975
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel
Secretário de Segurança Pública do DF.

PORTARIA DE 27 DE MAIO DE 1975

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.868, de 25 de março de 1975, e tendo em vista o que preceitua o artigo 443, do Decreto nº. 59.310, de 27 de setembro de 1966,

RESOLVE:

aprovar os elogios outorgados pelo ex-Diretor do Centro de Internamento e Reeducação, nos seguintes termos:
"Elogio os servidores ADELMO OLIVEIRA VIEIRA, matrícula nº. 32.423; ADELINO MARTINS DA SILVA, matrícula nº.33.816; ALQUIAS PEREIRA DE SALLES, matrícula nº. 33.204; ANTONIO DANIEL QUINTANO, matrícula nº. 33.191; ANTONIO JULIO DOS SANTOS, matrícula 32.473; CIRINO DA CRUZ COSTA, matrícula 33.471; EDIVALDO DE JESUS FRANÇA, matrícula 32.539, FRANCISCO RICARDO BEZERRA, matrícula 31.295; GILSON BRASIL BARROS, matrícula 32.599; JOSÉ FRANCISCO DO NASCIMENTO, matrícula 32.157; JOSE VALMIR MODESTO, matrícula nº. 32.955; JOSE VIEIRA DE ANDRADE, matrícula 33.109; MANOEL GOMES DA SILVA, matrícula 32.763 e VALDEIR BERNARDO, matrícula 31.661, pela eficiência com que desempenharam às suas funções neste Centro, durante o ano de 1974, pelo espírito de urbanidade dispensado à Administração e aos internos, e pela responsabilidade em seus respectivos setores de trabalho, tarefa não fácil numa Casa Prisional que tem como objetivo reeducar homens que transgrediram preceitos jurídicos-penais, tornando-se assim incapazes temporariamente de integrarem a sociedade. da qual, a função policial cumpre zelar e proteger".
"Elogio o 2º.Ten,QOA, da PMDF, FRANCISCO LUIZ DE CARVALHO, matrícula 33.913, à disposição da SEP, onde exerce a Função em Comissão, símbolo FC-8, de Chefe do Serviço de Segurança Externa dos Presídios, o qual, muito embora a sua missão específica fosse fora do quadro do CIR, constituiu-se em um grande auxiliar deste Diretor, revelando-se capaz de cumprir as mais variadas missões. Auxiliou de maneira elogiosa aos internos de quem é muito estimado".
"Elogio o servidor JOSE TOLEDO, matrícula nº. 30.433, o qual, como Chefe do Serviço de Vigilância Interna deste CIR, comportou-se airosamente, muito embora a sua missão fosse perigosa. Sua vivência em lidar com sentenciado o credenciaram a ser o substituto deste Diretor. Extravasando as suas atribuições, procurou atender à parte da produção animal e vegetal deste Centro, não poupando energias no sentido de que a mesma jamais sofresse qualquer solução de continuidade".
"Elogio o servidor MILTON RODRIGUES DA PAIXÃO, matrícula 81.081, Profissional competente que, com a fina educação atendeu sempre com presteza e dedicação, como médico que é, aos internos deste CIR, bem como a população circunvizinha deste Presídio. Prestou relevantes serviços a este Centro".

'Elogio o servidor ABDIAS OLIVEIRA, matrícula 32.419 que, com seu trato diplomático consegue impor sua vontade aos internos conseguindo que eles produzam mais do que às vezes querem. Auxiliou nas obras levadas a efeitos neste CIR, nas quais se revelou um mestre. As vezes quase se perde pelo seu bom coração. Constitui-se num grande auxiliar".

"Elogio o servidor ROBERTO VIANNA PENNA, matrícula 33.945 que, como dentista deste CIR, sempre atendeu com presteza aos que dele precisavam. Revelou-se um ótimo profissional e grande auxiliar".
"Elogio a servidora SENHORINHA ABADIA LEAL STERNBERG, matrícula 33.952, que, como Assistente Social revelou todo denodo de que é possuidora, procurando resolver com sabedoria todos os problemas que os internos lhe expôs".
"Elogio a servidora YARA GRAÇA SANTORO, matrícula 33.953, a qual, como Assistente Social desdobrou-se no sentido de auxiliar na solução dos problemas dos menos aquinhoados pela sorte".
"Elogio o servidor JONIO FERNANDES DE OLIVEIRA, matrícula 32.653, o qual sempre demonstrou boa vontade nas missões que lhe foram atribuídas. Substituiu, com êxito, todos os Chefes de Seção deste CIR, credenciándo-se, por isso, a qualquer função de relevo na Polícia Civil".
"Elogio o servidor JOÃO MARIANO DE OLIVEIRA, matrícula nº. 31.367, o qual, como Adjunto-de-Dia neste CIR, revelou-se um excelente auxiliar, cumpridor de seu dever, jamais titubeando em cumprir e fazer cumprir as missões que lhe foram abribuídas".
"Elogio o servidor CARLOS PEREIRA DE MESQUITA, matrícula 33.918, que revelou-se um ótimo auxiliar sendo, por isso aproveitado na função de Adjunto, na qual comprovou o acerto na sua escolha. Substituiu em êxito o Chefe de Vigilância Interna do CIR nos seus impedimentos tuais. Tem um grande futuro nessa Secretaria".
"Elogio o servidor GILSON SANTIAGO, matrícula nº. 32.601, sendo que diz bem de sua capacidade o fato de ser o permanente Sub-Diretor do Núcleo de Custódia de Brasília. Nos vários contados mantidos com este Diretor revelou-se elemento competente, inteligente, jamais se intimidando diante da complexidade dos problemas que lhe foram apresentados. Realmente, o NCB está de parabéns com o seu Diretor Substituto. O mesmo funcionou a contendo junto a este CIR na condição de Adjunto".
"Elogio o servidor CARLOS JÔSE DE OLIVEIRA, matrícula 30.733, o qual, embora há pouco tempo classificado no CIR, destacou-se pela sua capacidade dentre os seus companheiros, sendo, por isso, convocado a servir na função de Adjunto na qual vem se revelando como bom servidor que é".
"Elogio o servidor HERCULES ANTUNES BAPTISTA, matrícula 33.827, que, embora há pouco classificado na função de adjunto no CIR revelou-se um servidor de boa vontade sempre pronto a cumprir as missões que lhe foram atribuídas".
"Elogio o servidor MARCELINO FELICIANO DOS SANTOS, matrícula 32.771, o qual, como motorista do Diretor, revelou-se um prestimoso auxiliar, excedendo-se a si mesmo para cutras missões não específicas de sua função".
"Elogio o servidor WALDI FREIRE SOARES, matrícula 31.661, o qual, pela destreza e desembaraço, assim como pela maneira cordata e a presteza em atender as determinações de seus superiores, foi chamado a servir diretamente junto ao Chefe do Serviço de Administração deste CIR, tendo se esmerado em executar as suas atribuições o que muito contribuiu para a melhor execução das complexas atividades daquela Chefia. Assim, reconhecido de seus préstimos, felicito-o".
"Elogio ao servidor LUIZ RIOGI MIURA, Chefe do Serviço de Assistência ao Interno, do Núcleo de Custódia de Brasilia, pelos serviços prestados na função de Adjunto-de-Dia neste Centro, nos quais se houve com galhardia e eficiência, demonstrando perfeiro entrosamento com as normas e ordens da Administração, para levar avante a tarefa de cumprir e fazer cumprir as disposições gerais deste Presídio".
Distrito Federal, de Maio de 1975

AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel
Secretário de Segurança Pública.

portaria nº. 54, DE 12 DE JUNHO DE

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, parágrafo 1º., do Regimento Interno, e tendo em vista o constante do Processo nº. 861/75-STC,

RESOLVE:

Designar, a partir de 09 do corrente, nos termos do disposto no art. 33, parágrafo 1º., do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela resolução 1º, de 13 de novembro de 1973, ANA MARIA SIMOES, Auxiliar de Controle Externo "A", código TCDF-CE-012.1, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares, para exercer, em substituição, a função de assistente, com exercício no Gabinete do Procurador Dr. Roberto Ferreira Rosas, durante o impedimento do titular, por motivo de férias, no período de 09 de junho a 08 de julho de 1 975.
Brasília-DF, em 12 de Junho de 1975
JOSE WAMBERTO PINHEIRO DE ASSUNÇÃO
Presidente.

PORTARIA Nº. 347, DE 23 DE MAIO DE 1 975

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 142, VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2868/75, e tendo em vista o que consta do processo nº. 306/75-SCDP/SEP.
RESOLVE:
conceder à firma OZORIO VICENTE DA SILVA, estabelecida na QNN 07, Conjunto "P", Lote 46, Ceilândia, Distrito Federal, AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAR, no corrente ano com La Snooker", no horário de 07.00 às 24:00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA E VALIDA SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1975.

Distrito Federal, 23 de Maio de 1 975

AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON-Cel.
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA Nº. 357, DE 28 DE MAIO DE 1 975

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 142, VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2868/75, e tendo em vista o que consta do processo nº. 313/75-SCDP/SEP,

RESOLVE,
conceder à firma NOEME GARCIA SMADI, estabelecida na CND 01, Lote 01, Loja 01, Taguatinga, Distrito Federal, AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAR, no corrente ano, com "Snooker", no horário de 07:00 às 24:00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA É VALIDA SOMENTE ATE 31 DE DEZEMBRO DE 1975

Distrito Federal, 28 de Maio de 1 975

AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel.
Secretário de Segurança Pública.

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 131/75—DETRAN—DF, DE 04 DE ABRIL DE 1975
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº 62.127/68), combinado com o inciso III, do artigo 127, do Decreto nº 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal e tendo em vista o que consta dos processos nºs 02766/75 e 01442/75,
CONSIDERANDO que o condutor Luiz Pereira de Carvalho, teve a sua Carteira Nacional de Habilitação apreendida por 03 (três) meses, a partir de 26.02.75, conforme consta da Ordem de Serviço nº 067/75—DETRAN—DF,
CONSIDERANDO que não obstante a apreensão de sua Carteira Nacional de Habilitação, o Sr. Luiz Pereira de Carvalho continuou dirigindo o veículo automotor, sendo surpreendido na direção do veículo placa AA—2015—DF, em 02.04.75, pela Fiscalização da Polícia Militar do DF;
RESOLVE:
CASSAR de acordo com o artigo 200, inciso I, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, combinado com a RESOLUÇAO nº 466/74—CONTRAN, a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 0005395—Y—001, profissional, expedida pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal, em nome LUIZ PEREIRA DE CARVALHO, natural de Ribeiro Gonçalves Estado do Piauí, nascido 24 de maio de 1944.
2. Fica o Serviço de Administração deste Departamento, encarregado de encaminhar cópia da presente Ordem de Serviço ao CONTRAN e aos DETRANS dos Estados e Territórios.
JOSEVAL BRITO CARNEIRO — Bel
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 124/75-DETRAN-DF, DE 07 DE ABRIL DE 1 975

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº. 62.127/68), combinado com o inciso III, do artigo 127, do Decreto nº. 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal e tendo em vista o que consta do processo nº. 02679/75-DETRAN-DF,

RESOLVE:

SUSPENDER de dirigir veículo automotor o condutor LUIZ MOTTA TEIXEIRA, portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº. 0022705-Y-001, amador, expedida pelo DETRAN-DF, pelo prazo de 01 (hum) mês, de acordo com o artigo 199, inciso I, e parágrafo 1º. do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter entregue a direção do veículo placa AA-40-18-DF, a pessoa não habilitada, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181, inciso II, do mesmo diploma legal.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 125/75-DETRAN-DF, DE 07 DE ABRIL DE 1 975

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº. 62.127/68), combinado com o inciso III, do artigo 127, do Decreto nº 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal e tendo em vista o que consta do peocesso nº. 02832/75-DETRAN-DF,

RESOLVE:

SUSPENDER de dirigir veículo automotor o condutor JORGE LUIZ TIRRE, portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº. 0027460-Y-001, amador, expedida pelo DETRAN-DF, pelo prazo de 01 (hum) mês, de acordo com o artigo 199, inciso I, parágrafo 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter entregue a direção do veículo placa AH-9008-DF, a pessoa não habilitada, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181, inciso II, do mesmo diploma legal.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 131/75—DETRAN—DF, DE 14 DE ABRIL DE 1975

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº 62.127/68), combinado com o artigo 127 inciso III, do Decreto nº 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do processo nº 02674/75,

RESOLVE:

REDUZIR para 01 (hum) mês, a suspensão de dirigir veículos automotores, aplicada ao condutor FRANCISCO XAVIER RIBEIRO, pela Ordem de Serviço nº 094/75, deste Departamento.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO — Bel
Diretor

CONTRATOS E CONVÊNIOS

Mi.Termo.Conv. 417 /75

PROCESSO Nº 10.416/75-

TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S. A. E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, TENDO POR FINALIDADE A ADMINISTRAÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA SUA AGÊNCIA NA CIDADE SATÉLITE DO GAMA, NA FORMA SEGUINTE:

O BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S. A., com sede no Setor Bancário Sul, Bloco "A", nesta Capital, doravante designado simplesmente BANCO, representado neste ato pelo seu Presidente, Dr. FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, e Diretor Administrativo, LUIZ GONZAGA FURTADO DE ANDRADE, brasileiros, casados, residentes e domiciliados em Brasília, Distrito Federal, e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante designada simplesmente NOVACAP, empresa pública, com sede no Setor Bancário Norte, representada neste ato por seu Superintendente, engenheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, Estatutos Sociais vigentes e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da NOVACAP, em sua 1046a. e 915a. sessões, realizadas em 27.05.75, resolvem firmar o presente Convênio, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção da agência do Banco Regional de Brasília S. A., na cidade satélite do Gama, nesta Capital, na conformidade das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O BANCO, por este ato e instrumento, delega à NOVACAP a administração das obras de construção de uma Agência a ser edificada na Cidade Satélite do Gama, nos lotes 1,3,5,7,9 e 11 do Comércio central do Setor Central, de propriedade do Banco.

CLÁUSULA SEGUNDA - A NOVACAP poderá, obedecidas as suas normas e mediante conhecimento prévio do BANCO, contratar com terceiros, por empreitada ou administração, total ou parcialmente, a execução das obras, objeto do presente Convênio, ou mesmo executar diretamente se assim julgar conveniente.

CLÁUSULA TERCEIRA - O BANCO, através de representante credenciado, independentemente da fiscalização que será exercida pela NOVACAP, também fiscalizará as obras, objeto do presente convênio.

CLÁUSULA QUARTA - O valor do presente convênio fica estimado em CR$ 4.090.900,00- (quatro milhões, noventa mil e novecentos cruzeiros), que poderá ser alterado mediante acordo entre as partes.

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas serão atendidas com recursos próprios do Banco.

CLÁUSULA QUINTA - Os recursos previstos na cláusula quarta serão liberados pelo BANCO, na conformidade do cronograma de desembolso a ser estabelecido pela NOVACAP.

CLÁUSULA SEXTA - O BANCO pagará à NOVACAP, a taxa de 10% (dez por cento), a título de administração, calculada sobre o valor dos serviços efetivamente executados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O valor da taxa de administração mencionada nesta cláusula, poderá ser debitado pela NOVACAP à conta vinculada mencionada na cláusula sétima, à proporção em que forem sendo efetuados os pagamentos às firmas construtoras e fornecedoras.

CLÁUSULA SETIMA - A NOVACAP manterá o quantitativo recebido em conta corrente a ser aberta no BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S. A., vinculada aos fins estipulados no presente convênio, reservando-se o direito de condicionar o início dos serviços, bem como o seu andamento, ao prévio recolhimento das importâncias programadas.

CLÁUSULA OITAVA - O prazo de vigência do presente convênio será de 18 meses, contado a partir da data de sua publicação no Órgão Oficial "Distrito Federal", podendo ser prorrogado com concordância das partes.

CLÁUSULA NONA - A NOVACAP prestará contas ao BANCO, trimestralmente, das importâncias que lhe forem entregues.

CLÁUSULA DÉCIMA - A NOVACAP apresentará ao BANCO, relatórios trimestrais sobre o andamento das obras e relatório final dos trabalhos executados, acompanhado do respectivo balanço geral.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os serviços previstos na cláusula Primeira, serão realizados pela NOVACAP, com observância das normas contidas no título XII, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e de acordo com as normas em vigor na NOVACAP.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A NOVACAP fica dispensada do recolhimento da caução de garantia da boa execução dos serviços, nos termos do artigo 135 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O BANCO poderá solicitar à NOVACAP qualquer alteração ao projeto original e as eventuais alterações ou modificações deverão ser acordadas pelo Banco. Ao final dos serviços, no ato da entrega da obra, a NOVACAP entregará ao Banco os seguintes documentos:

a) todos os originais do projeto de arquitetura, detalhes, instalações, estrutura e especificações, inclusive das alterações que vierem a ser feitas, inclusive "Habite-se", definitivo e apropriação do custo total da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O descumprimento do prazo previsto na cláusula OITAVA sujeita a NOVACAP a uma multa de 1,5% ao mês, a contar do prazo final deste Convênio, incidente sobre o valor da parte da obra que não tiver sido concluída; a mesma multa se aplicará ao BRB caso não libere, nos prazos fixados, os recursos previstos na cláusula QUINTA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir qualquer dúvida relativa ao cumprimento do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que tenham, ou venham ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e convenidos, mandaram datilografar o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme perante as duas testemunhas adiante nomeadas e assinadas, a tudo presentes, vai subscrito e assinado pelos contratantes, que se obrigam a cumprí-lo e fazê-lo cumprir, tão inteiro e fielmente como nele se contém.

Brasília, DF., 12 de junho de 1.975

Pelo BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S. A.:

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
Presidente

LUIZ GONZAGA FURTADO DE ANDRADE
Diretor

Pela NOVACAP:

JOSE REINALDO CARNEIRO TAVARES
Superintendente

TESTEMUNHAS:

ELIENE SOARES DE SOUZA

MARLENE DE GUSMÃO

TERMO DE OCUPAÇÃO DO GINASIO DE BRASÍLIA, CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A CASA DO CANDANGO, OBJETIVANDO A APRESENTAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO, EM BENEFÍCIO DA BARRACA DE SÃO PAULO, NO DIA 28 DE MAIO DE 1975.

Aos 28 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete da Superintendência da Administração das Unidades Desportivas (AUD), presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo senhor TAQUEGI KORESSAWA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta capital, autorizado pelo artigo 3º, Inciso I, do Decreto nº 2.070, de 09 de outubro de 1972, e, do outro a CASA DO CANDANGO, entidade civil, sem fins lucrativos, doravante denominada simplesmente OCUPANTE, neste ato representada pela sua Presidente senhora HELLÊ CAIADO DE CASTRO ROLLER, brasileira casada, residente e domiciliada nesta Capital, resolvem firmar o presente Termo de Ocupação, com fulcro no artigo 24 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1 964, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento tem por objeto a utilização, pela OCUPANTE, do Ginásio de Brasília, no dia 28 de maio de 1975, para apresentação do Show Artístico. PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam excluídos da utilização a que se refere esta cláusula os bares e as Tribunas de Honra e Especial. CLÁUSULA SEGUNDA - A OCUPANTE recolherá à Coletoria Central da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, importância correspondente a 10 (dez) salários-mínimos da região, para pagamento da Taxa de Ocupação. PARÁGRAFO ÚNICO - O recolhimento da importância mencionada nesta cláusula, será efetuado até 48 (quarenta e oito) horas após a publicação deste Termo no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA TERCEIRA - Serão de responsabilidade do Distrito Federal as despesas operacionais. CLÁUSULA QUARTA - Correrão por conta da OCUPANTE os pagamentos de todos os impostos e taxas que incidirem sobre este instrumento. CLÁUSULA QUINTA - O DISTRITO FEDERAL não se responsabilizará por quaisquer acidentes com os integrantes do Show Artístico. CLÁUSULA SEXTA - Pelo inadimplemento de qualquer das cláusulas deste Termo, sujeitar-se-á a OCUPANTE, ao pagamento de multa equivalente a 20 (vinte) salários-mínimos do Distrito Federal. CLÁUSULA SÉTIMA Ao DISTRITO FEDERAL, através da Administração das Unidades Desportivas, caberá fiscalizar a execução do presente instrumento. CLÁUSULA OITAVA - Os débitos para com o DISTRITO FEDERAL, que decorrerem do presente Termo serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA NONA - O presente Termo entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", às expensas da OCUPANTE, expirando após o integral cumprimento das obrigações assumidas pelos contratantes. CLÁUSULA DECIMA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente ajuste. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) TAQUEGI KORESSAWA; Pela OCUPANTE: (as.) HELLÊ CAIADO DE CASTRO ROLLER; Testemunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) EUGÊNIO DA ROCHA FRAGOSO.
jos

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 20, fls. 354/55 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 30 / 05 / 1975

VISTO
EM, 02/6/75

EMMANUEL F. MENDES LYPIO
1º Subprocurador-Geral do DF

MARCUS ANTONIO BARBOSA
Secretário e Diretor de Contratos e Convênios
DAA/1ª SFRG - Chefe

(RG.nº 091505 de 18.6.75
Valor CR$162,00)

TERMO DE OCUPAÇÃO DO GINÁSIO DE BRASÍLIA, CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A CASA DO CANDANGO, OBJETIVANDO A APRESENTAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO, EM BENEFÍCIO DA BARRACA DE BRASÍLIA NO DIA 24 DE MAIO DE 1975.

Aos 23 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete da Superintendência da Administração das Unidades Desportivas (AUD), presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo senhor TAQUEGI KORESSAWA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, autorizado pelo artigo 3º, Inciso I, do Decreto 2070, de 09 de outubro

de 1972, e, do outro, a CASA DO CANDANGO, entidade civil, sem fins lucrativos, doravante denominada simplesmente OCUPANTE, neste ato representada pela sua Presidente senhora HELLÉ CAIADO DE CASTRO ROLLER, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta Capital, resolvem firmar o presente Termo de Ocupação, com fulcro no artigo 24 da LEI Nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, mediante as seguintes cláusulas. CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento tem por objeto a utilização, pela OCUPANTE, do Ginásio de Brasília, no dia 24 de maio de 1975, para apresentação de SHOW ARTÍSTICO. PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam excluídos da utilização a que se refere esta cláusula os bares e as Tribunas de Honra e Especial. CLÁUSULA SEGUNDA - A OCUPANTE recolherá à Coletoria Central da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, importância correspondente a 10 (dez) salários-mínimos da região, para pagamento da Taxa de Ocupação. PARÁGRAFO ÚNICO - O recolhimento da importância mencionada nesta Cláusula, será efetuado até 48 (quarenta e oito) horas após a publicação deste Termo no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA TERCEIRA - Serão de responsabilidade do Distrito Federal as despesas operacionais. CLÁUSULA QUARTA - Correrão por conta da OCUPANTE os pagamentos de todos os impostos e taxas que incidirem sobre este instrumento. CLÁUSULA QUINTA - O DISTRITO FEDERAL não se responsabilizará por quaisquer acidentes com os integrantes do SHOW ARTÍSTICO. CLÁUSULA SEXTA - Pelo inadimplemento de qualquer das cláusulas deste Termo, sujeitar-se-á à OCUPANTE, ao pagamento de multa equivalente a 20 (vinte) salários-mínimos do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA SÉTIMA - Ao DISTRITO FEDERAL, através da Administração das Unidades Desportivas, caberá fiscalizar a execução do presente instrumento. CLÁUSULA OITAVA - Os débitos para com o DISTRITO FEDERAL, que decorrerem do presente ajuste, serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA NONA - O presente Termo entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal" às expensas da OCUPANTE, expirando após o integral cumprimento das obrigações assumidas pelos contratantes. CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente ajuste. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as cláusulas, lavrou-se o presente em LIvro próprio da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) TAQUEGI KORESSAWA ; Pela OCUPANTE: (as.) HELLÉ CAIADO DE CASTRO ROLLER; Testemunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) ERASMO RAMOS DE SIQUEIRA.

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 19, fls. 150/151 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 23/05/1975

MARCOS ANTÔNIO BARBOSA
Subchefe da 1 Distrito de Contratos e Convênios
MAT.º 8960 - Class.

(RG: nº 091504 de 18.6.75
Valor CR$162,00)

VISTO
Em, 28/5/75

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral do
Distrito Federal

PROCESSO Nº 10416/75
TERMO DE CONVENIO CELEBRADO ENTRE O BANCO REGIONAL DE BRASILIA S. A; E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, TENDO POR FINALIDADE A ADMINISTRAÇAO DAS OBRAS DE CONSTRUÇAO DA SUA AGENCIA NA CIDADE SATELITE DO GAMA, NA FORMA SEGUINTE:

O BANCO REGIONAL DE BRASILIA S.A., com sede no Setor Bancário Sul, Bloco "A", nesta Capital, doravante designado simplesmente BANCO, representado neste ato pelo seu Presidente, Dr. FERNANDO TUPINAMBA VALENTE, e Diretor Administrativo, LUIZ GONZAGA FURTADO DE ANDRADE, brasileiros, casados, residentes e domiciliados em Brasília, Distrito Federal, e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante designada simplesmente NOVACAP, empresa pública, com sede no Setor Bancário Norte, representada neste ato por seu superintendente, engenheiro JOSE REINALDO CARNEIRO TAVARES, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº. 5.861, de 12 de dezembro de 1972, Estatutos Sociais vigentes e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da novacap, em sua 1046ª. e 915ª. sessões, realizadas em 27.05.75, resolvem firmar o presente Convênio, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção da agência do Banco Regional de Brasília S.A., na cidade satélite do Gama, nesta Capital, na conformidade das seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA - O BANCO, por este ato e instrumento, delega à NOVACAP a administração das obras de construção de uma Agência a ser edificada na Cidade Satélite do Gama, nos lotes 1, 3, 5, 7, 9e 11 do Comércio central do Setor Central, de propriedade do Banco.

CLAUSULA SEGUNDA - A NOVACAP poderá, obedecidas as suas normas e mediante conhecimento prévio do BANCO, contratar com terceiros, por empreitada ou administração, total ou parcialmente, a execução das obras, objeto do presente Convênio, ou mesmo executar diretamente se assim julgar conveniente.

CLAUSULA TERCEIRA - O BANCO, através de representante credenciado, independentemente da fiscalização que será exercida pela NOVACAP, também fiscalizará as obras, objeto do presente convênio.

CLAUSULA QUARTA - O valor do presente convênio fica estimado em 4.090.900,00 (quatro milhões, noventa mil e novecentos cruzeiros), que poderá ser alterado mediante acordo entre as partes.

PARAGRAFO UNICO - As despesas serão atendidas com recursos próprios do Banco.

CLAUSULA QUINTA - Os recursos previstos na cláusula quarta serão liberados pelo BANCO, na conformidade do cronograma de desembolso a ser estabelecido pela NOVACAP.

CLAUSULA SEXTA - O BANCO pagará à NOVACAP, a taxa de 10% (dez por cento), a título de administração, calculada sobre o valor dos serviços efetivamente executados.

PARAGRAFO UNICO - O valor da taxa de administração mencionada nesta cláusula, poderá ser debitado pela NOVACAP à conta vinculada mencionada na cláusula sétima, à proporção em que forem sendo efetuados os pagamentos às firmas construtoras e fornecedoras.

CLAUSULA SETIMA - A NOVACAP manterá o quantitativo recebido em conta corrente a ser aberta no BANCO REGIONAL DE BRASILIA S. A., vinculada aos fins estipulados no presente convênio, reservando-se o direito de condicionar o início dos serviços, bem como o seu andamento, ao prévio recolhimento das importâncias programadas.

CLAUSULA OITAVA - O prazo de vigência do presente convênio será de 18 meses, contado a partir da data de sua publicação no Orgão Oficial "Distrito Federal", podendo ser prorrogado com concordância das partes.

CLAUSULA NONA - A NOVACAP prestará contas ao BANCO, trimestralmente, das importâncias que lhe forem entregues.

CLAUSULA DECIMA - A NOVACAP apresentará ao BANCO, relatórios trimestrais sobre o andamento das obras e relatório final dos trabalhos executados, acompanhado do respectivo balanço geral.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - Os serviços previstos na cláusula Primeira, serão realizados pela NOVACAP, com observância das normas contidas no título XII, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e de acordo com as normas em vigor na NOVACAP.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - A NOVACAP fica dispensado recolhimento da caução de garantia da boa execução dos serviços, nos termos do artigo 135 do Decreto-Lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - O BANCO poderá solicitar à NOVACAP qualquer alteração no projeto original e as eventuais alterações ou modificações deverão ser acordadas pelo Banco. Ao final dos serviços, no ato da entrega da obra, a NOVACAP entregará ao Banco os seguintes documentos:
a (TODOS OS ORIGINAIS DO PROJETO DE ARQUITETURA: DETALHES: INSTALAÇOES: ESTRUTURA E ESPECIFICAÇÕES: INCLUSIVE DAS ALTERAÇÕES QUE VIEREM A SER FEITAS: INCLUSIVE "Habite-se" definitivo e apropriação do custo total da obra.

CLAUSULA DECIMA QUARTA - O descumprimento do prazo previsto na cláusula OITAVA sujeita a NOVACAP a uma multa de 1,5% ao mês, a contar do prazo final dêste Convênio, incidente sobre o valor da parte da obra que não tiver sido concluída; a mesma multa se aplicará acBRB caso não libere, nos prazos fixados, os recursos previstos na cláusula QUINTA.

CLAUSULA DECIMA QUINTA - Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir qualquer dúvida relativa ao cumprimento do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que tenham, ou venham ter, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem assim justos e convenidos, mandaram datilografar o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme perante as duas testemunhas adiante nomeadas e assinadas, a tudo presentes, vai subscrito e assinado pelos contratantes, que se obrigam a cumprí-lo e fazê-lo cumprir, tão inteiro e fielmente como nele se contém.

Brasília, DF., 12 de junho de 1.975
Pelo BANCO REGIONAL DE BRASILIA S.A.:
FERNANDO TUPINAMBA VALENTE
Presidente
LUIZ GONZAGA FURTADO DE ANDRADE
Diretor
Pela NOVACAP:
JOSE REINALDO CARNEIRO TAVARES
Superintendente
TESTEMUNHAS:
ELIENE SOARES DE SOUZA
MARLENE DE GUSMAO

EDITAIS E AVISOS

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
PCDF. CPJ. 12a. DP. TAGUATINGA
EDITAL DE CITAÇÃO

O Bel. JOÃO VIEIRA, Delegado-Chefe da 12a. Delegacia de Polícia da Coordenação de Polícia Judiciária da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais, etc...
Faz saber a todos que o presente edital virem, ou conhecimento dele tiverem, que por esta 12a. Delegacia de Polícia - Taguatinga-DF, tramitam os autos da ação penal instaurado sob nº 231/75, contra ANTÔNIO WILSON DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, com 26 anos de idade, natural de Cachoeiro do Itapemirim/ES, filho de Antônio Alves de Oliveira e Eurides Alves de Macedo, acusado de haver praticado o delito previsto no artigo 121 §§ 3º e 4º do Código Penal, figurando como vítima ROSA MARIA DOS SANTOS, brasileira, casada, com 58 anos de idade, natural de Nilo Peçanha/BA, filha de Graciliano Gualberto dos Santos e Antônia Maria dos Santos.
E porque o acusado encontra-se em lugar incerto e não sabido, é expedido este edital, pelo prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de sua publicação, findo o qual será o nominado havido como citado para se ver processar até final julgamento, ciente de que haverá, no dia 19 de julho do ano em curso, às 10:00 horas, se fazer presente a esta Delegacia, acompanhado de defensor (advogado), a fim de ser qualificado, identificado, ter sua vida pregressa relatada, presenciar a inquirição das testemunhas José Olésio de Oliveira e João Nunes Ferreira. Dado e passado nesta Cidade de Taguatinga, Distrito Federal, aos vinte e oito dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e cinco. Eu, Rubens Tavares e Sousa, escrivão, o lavrei. (c.s.c.s.).

Bel. JOÃO VIEIRA
Delegado Chefe

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - S.A.
CENABRA
S.I.A. - Trechos 5 a 15 - Fones: 43-3854 - 43-6591
CGC nº 00.314.310/001 - Inscr. do GDF nº 135.973
BRASÍLIA - D.F.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Central de Abastecimento de Brasília S/A - CENABRA, para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, na sede social desta Central, sita no S.I.A. - Trechos 5 a 15, em Brasília - Distrito Federal, no dia 23 de junho do corrente às 16:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:
1. MUDANÇA DE DENOMINAÇÃO, conforme preceitua a Lei nº 6.208 de 26.05.75, publicada no D.O. de 27.05.75.
2. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO

Brasília, junho de 1975

LUIZ HENRIQUE FERREIRA HORTA
Diretor-Presidente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº CI-03/75, CAESB

ABASTECIMENTO DE ÁGUA: CEILÂNDIA, TAGUATINGA E GAMA

A "COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB", avisa que se acha aberta a Concorrência Internacional nº CI-03/75-CAESB, para fornecimento de válvulas, registros e ventosas, destinados às adutoras, subadutoras e reservatórios de água potável do Sistema Rio Descoberto.

A aquisição dos equipamentos objeto desta Concorrência, será financiada pelo Governo do Distrito Federal-GDF, Banco Nacional da Habitação-BNH e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, decorrente do Contrato de Empréstimo 296/SF-BR.

Poderão participar desta Concorrência, além de firmas nacionais, firmas estrangeiras estabelecidas em países membros do BID ou por ele considerados elegíveis, sendo admitido o consórcio de firmas.

As propostas deverão ser apresentadas em Brasília, Distrito Federal, no 5º andar do Edifício-Sede da CAESB, situado no Setor Comercial Sul, Quadra 13, nºs 67 a 97, na "Sala de Licitações" no dia 29 de julho de 1975, às 15:00 horas.

Edital, com especificações e demais elementos componentes, poderá ser obtido pelos interessados no Grupo Sistema Rio Descoberto, no 2º andar do Edifício supramencionado, mediante o pagamento de Cr$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros.)

Brasília, 13 de junho de 1975

ENG. FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA

Superintendente da CAESB.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DA RECEITA

DIVISÃO DA RECEITA DO GAMA

EDITAL Nº 009/75-DRG

O Diretor da Divisão da Receita do Gama, do Departamento da Receita, da Secretaria de Finanças, torna público a lavratura do seguinte TERMO ADITIVO: "Aos treze dias do mês de fevereiro de 1975, na sede da IV Inspetoria Fiscal da Divisão de Fiscalização da SEF, lavrei o Termo Aditivo ao Auto de Infração e Apreensão nº 29752 de 21 de fevereiro de 1973, contra a firma Iracema Cirila Alves, anteriormente estabelecida à Avenida Colombo nº 111, Núcleo Bandeirante, com negócio de Bar e Mercearia, para corrigir: Onde se lê: infringiu o disposto nos artigos 61 e 63 do Decreto-Lei nº 82 de 26 de dezembro de 1966, e artigo 73 item V Letra C do Decreto nº 1697 de 27 de maio de 1971, leia-se: Infringiu o disposto nos artigos 49, 61 e 70 do Decreto-Lei nº 82 de 26 de dezembro de 1966, combinado com o inciso IV, letras A e B da Portaria "N" nº 01 de 12/01/67; artigo 1º do Decreto nº 931 de 29/01/69 artigo 33 do Regulamento baixado pelo Decreto nº 1697 de 27/05/71. "Onde se lê: Cessadas as suas atividades, por extinção ou cessão do estabelecimento, não requereu baixa de inscrição, leia-se: "Encerrou as atividades comerciais e não requereu baixa de inscrição". Ratificando os demais dizeres do referido Auto de Infração. Outrossim, fica o infrator cientificado de que deverá apresentar defesa escrita acompanhada das provas que entender necessárias, no prazo de 20 (vinte) dias, como dispõe os artigos 252 e 247, ítem III - da Lei nº 4191/66, sob pena de REVELIA. Distrito Federal, 13 de fevereiro de 1975. NILTON DE JESUS ARAÚJO - Agente Fiscal de Tributos.

Em 05 de junho de 1975

PAULO DA COSTA
Diretor

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

Concurso Público para a Seleção de Motorista da - CEB

AVISO Nº 35/75 - CEST

Os candidatos aprovados deverão comparecer à Garagem da C E B situada à Avenida W5 Q. 904, para a realização da prova Prático - Oral no dia 21 de junho de 1975, conforme calendário abaixo:

CALENDÁRIO

08:00 horas

Nº de Ordem	Nº de Inscr.	N o m e
01	01	Valter Ferreira de Araújo
02	02	José Clorisval Alencar Marinho
03	03	Arlindo Gonçalves de Oliveira
04	04	Cassildo Dias Correia
05	05	Clarindo Martins da Silva
06	06	José Bernardes Santos
07	08	Geraldo Benevenuto Filho
08	09	Antonio Diogo Gomes

09:00 horas

Nº de Ordem	Nº de Inscr.	N o m e
01	10	Eliseu Cordeiro Castro
02	11	Gilberto Pereira Ramos
03	12	Ademir Lopes Egito
04	13	José Luiz dos Santos
05	14	Edis Rodrigues
06	15	José Pereira Miranda
07	16	José Ribamar de Carvalh
08	17	José Costa de Brito

10:00 horas

Nº de Ordem	Nº de Inscr.	N o m e
01	19	Antonio Carlos Gomes Leite
02	20	Elio da Silva Ferreira
03	22	Izonel Nicomedes de Resende
04	23	Francisco de Almeida Barreto
05	24	Antonio Sobral Barros
06	26	Paulo Antonio dos Santos
07	27	Olavo Estevam dos Santos
08	28	Marcos Valadão de Melo

11:00 horas

01	29	João Mendes da Silva
02	31	Firmino Francisco da Costa
03	32	Adézio José de Carvalho
04	33	Antonio Carlos Coutinho
05	34	Geraldo Alves da Silva
06	40	Noraldino Abilio dos Santos
07	41	Raimundo Pereira dos Santos
08	42	Valdir Ferreira dos Santos

12:00 horas

01	44	Valdeni Augusto de Lima
02	44-A	Benedito Rodrigues Corrêa
03	45	Francisco José de Moura
04	46	Francisco Amaro da Silva
05	47	Pedro Antonio Fernandes
06	49	José Sátiro da Nobrega
07	50	Goiás Silva
08	51	Hildebrando Alves Resend

13:00 horas

Nº de Ordem	Nº de Inscr.	N o m e
01	52	Geraldo Nunes dos Santos
02	53	Luiz Eduard
03	54	Belchior Ribeiro da Cunha
04	55	Paulo Claúdio da Silva
05	56	Edgar de Castro Torres
06	57	José Maria Reis
07	58	Sidiney Xavier do Rego
08	59	Moacir Rodrigues da Silva

14:00 horas

01	60	Pedro Ferreira
02	61	Jani Francisco Gouveia
03	63	Edson Rosa Martins
04	64	Eugenio Bandeira de Sousa Filho
05	65	Antonio Leite da Silva
06	66	José Severino Gomes
07	67	José Ferreira da Silva
08	70	Paulo Célio Soares da Silva

15:00 horas

01	71	Jessé Tomaz Cantuária
02	72	Francisco Cruz
03	73	Zenaide Chavelino de Carvalho
04	74	José de Souza Costa
05	75	Euvaldo Serra
06	76	Antonio Hugo Fernandes Pequeno
07	77	José Marcondes de Lima
08	79	Dário José de Almeida

16:00 horas

Nº de Ordem	Nº de Inscr.	N o m e
01	80	Carlos Humberto Pereira
02	81	José Rodrigues Martins
03	82	Wilmar da Silva
04	83	Agnaldo Lima Fontes
05	84	Manoel Ferreira Florentino
06	85	Daniel Gomes de Abreu
07	86	José Gomes de Lucena
08	87	José Ageo Caetano

17:00 horas

01	88	Carlos Natal Ponce Leones
02	89	Nagib Abrahão Guerra
03	90	Manoel Francisco de Araújo Filho
04	91	Milton Antonio Salgado
05	92	Eluzai Araújo Barbosa
06	93	Valdemar de Sousa Milhomem
07	95	José Soares de Barros
08	97	Enildo Gomes Silva

18:00 horas

01	98	Mauro Pereira da Luz
02	99	Salatiel Ramos
03	100	Genival Antonio da Silva
04	101	Júlio Cezar Silva Pires

OBS: Solicitamos aos candidatos que compareçam ao local de realização de provas 15 minutos antes da hora determinada.

Brasília, 13 de junho de 1975

JOSE ANTONIO ROCHA DA CUNHA
Diretor

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO
CONCURSO PÚBLICO PARA SELEÇÃO
A EMPREGOS DE MOTORISTA DA
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA
- CEB
AVISO Nº - 036/75 - CEST

ASSUNTO: Convoca candidatos aprovados na Prova Escrita de Conhecimentos Específicos para Motorista da CEB para realização da Prova Prático-Oral

LOCAL : Setor de Transporte da CEB situado na avenida W-5 - Quadra 904 Sul

DATA : 21 de junho de 1975 (sábado)

CALENDÁRIO: Os candidatos deverão comparecer à sede do Centro de Seleção e Treinamento para tomar conhecimento do seu horário.

OBS.: Solicitamos aos candidatos que compareçam ao local de realização de provas, 15 minutos antes da hora determinada levando o cartão de identificação.

Brasília, 13 de junho de 1975

José Antonio Arocha da Cunha
Diretor

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL
PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público, de ordem do Exmº Sr. Juiz Amaury Ubirajara da Silva Ramos, Presidente da Egrégia Junta de Recursos - Fiscais do Distrito Federal, sediada no Anexo do Palácio do Buriti, 15º andar, que constam da pauta para a Sessão que se realizará no dia 24 de Junho de 1975, (terça-feira) às 15,00 horas, ou Sessão subsequente processos com julgamentos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores , publicadas e mais o (s) seguinte(s) feito(s):

Recurso Voluntário nº 524/74
Recorrente: Cândido Pilote da Silva
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Juiz Relater: Walter Basniaki Linhares

Recurso Voluntário nº 20/75
Recorrente: Wilson Calisto Gonçalves
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Relater: Juiz Walter Basniaki Linhares

Recurso Voluntário nº 63/75
Recorrente: Antonio Saraiva de Souza
Recorrido: Departamento da Receita
Relater: Juiz Mauro Renan Bittencourt
Advogado: Antonio Lopes da Silva

Secretaria da Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal.
Em, 19 de Junho de 1 975.

RONALDO MARCIO DO VALLE
Assistente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA
- CAESB

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº CP-001/75-CAESB
PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E PEÇAS DE FºFº

Chamamos a atenção dos interessados para a Concorrência Pública nº CP-001/75-CAESB, destinada à aquisição de tubos e peças de ferro fundido, para implantação de redes de água potável em Brasília e Cidades Satelites, que a Companhia de Água e Esgotos de Brasília, fará realizar às 10:00 horas do dia 22 de julho de 1.975, no 5º andar do seu Edifício-Sede, no Setor Comercial Sul, Quadra 13, nºs 67 a 97, em Brasília - Distrito Federal.

O Edital, as especificações e as normas referentes à licitação em tela, poderão ser adquiridos no Serviço de Comunicações e Arquivo, na sobre-loja do Edifício-Sede da CAESB, e quaisquer informações adicionais a respeito do Edital serão prestadas na Seção de Concorrências 5º andar do mesmo Edifício.

Brasília, 06 de junho de 1.975

ENGº NEI CAPUR
Presidente da Comissão de Licitações

PREÇO DESTE EXEMPLAR - Cr$ 1,00